

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Instituto de Geociências

Programa De Pós-Graduação em Geografia

Paola Luchesi Braga

NO FIM-FINAL DO SERTÃO:

**dominação social no capitalismo de crise e a rapina de terras pela “milícia do agro”
norte-mineira**

Belo Horizonte

2023

Paola Luchesi Braga

**NO FIM-FINAL DO SERTÃO:
dominação social no capitalismo de crise e a rapina de terras pela “milícia do agro”
norte-mineira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de mestra em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura e Educação em Geografia

Orientadora: Prof^a. Dra. Doralice Barros Pereira
Coorientadora: Prof^a Dra. Ana Elisa Cruz Correa

Belo Horizonte

2023

B813n
2023

Braga, Paola Luchesi.

No fim-final do sertão [manuscrito] : dominação social no capitalismo de crise e a rapina de terras pela milícia "do agro" norte-mineira / Paola Luchesi Braga. – 2023.

125 f., enc. il. color.

Orientadora: Doralice Barros Pereira.

Coorientadora: Ana Elisa Cruz Corrêa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2023.

Área de concentração: Organização do Espaço.

1. Capitalismo – Teses. 2. Crise econômica – Teses. 3. Agroindústria – Minas Gerais – Teses. 4. Milícias – Teses. I. Pereira, Doralice Barros. II. Corrêa, Ana Elisa Cruz. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências.

IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

**"NO FIM-FINAL DO SERTÃO: dominação social no capitalismo de crise e a rapina de terras pela
"milícia do agro" norte-mineira"**

PAOLA LUCHESI BRAGA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 24 de abril de 2023, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, constituída pelos seguintes professores:

Doralice Barros Pereira

IGC/UFMG

Ana Elisa Cruz Corrêa

COLTEC/UFMG

Felipe Nunes Coelho Magalhães

ICB/UFMG

Marildo Menegat

UFRJ

Débora Assumpção e Lima

ICB/UFMG

Belo Horizonte, 24 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Nunes Coelho Magalhaes, Professor do Magistério Superior**, em 28/04/2023, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Elisa Cruz Correa, Professora Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 02/05/2023, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marildo Menegat, Usuário Externo**, em 02/05/2023, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Doralice Barros Pereira, Membro**, em 02/05/2023, às 20:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Débora Assumpção e Lima, Usuária Externa**, em 03/05/2023, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2261360** e o código CRC **ECAB0C76**.

Dedico esse texto a todas e todos que não sobreviveram ao genocídio sanitário que vivemos entre 2020 e 2022 e em especial ao meu tio Edmilson Gualberto Braga (in memorian), vítima da negligência na compra de imunizantes para a combater a COVID-19 no Brasil.

Também dedico a Cleomar Rodrigues (in memorian), liderança da Liga dos Camponeses Pobres do norte de Minas, brutalmente assassinado em 2014 enquanto denunciava a pressão fundiária contra comunidades que vivem nas margens do rio São Francisco.

Agradecimentos

Pensar em agradecimentos faz ecoar uma frase que foi bastante escutada durante a minha infância quando minha mãe dizia: “estude, é tudo o que posso deixar para você; é algo que jamais alguém poderá tirar de você”. Talvez não seja a melhor estratégia abrir os agradecimentos com essa fala de minha mãe, já que ela pode carregar um tom bem moralista e meritocrático. O que desejo aqui é, de fato, reconhecer abertamente o quanto esse carinho envolto por votos de autonomia me constituíram e compõem a trajetória de elaboração do presente texto. O cuidado da mãe com a filha que hoje permite que a filha possa cuidar de si e, não sem dificuldades, vivenciar essa etapa da vida, que concilia estudos com a manutenção da própria sobrevivência por meio do trabalho. Evidencio essa dimensão do cuidado porque ela é a variável invisível das trajetórias pessoais na sociedade em que vivemos. Em toda pesquisa, em todos os níveis de estudos, há cuidado. Sutil, cotidiano, diluído nos títulos, nos méritos, o cuidado se mistura aos textos como água de coco se mistura à água pura. Ninguém vê. Nas linhas, nas sílabas, nos gestos, do início ao fim, encoberto, está ali o cuidado. Hoje, aqui, agora. O cuidado da mãe, que ensina a aprender para viver; o cuidado do pai, que colocava o lixo pra fora toda segunda, quarta e sexta-feira, deixa a pia limpa como “terapia” (cacofonia!), do pai que renasceu como pai pra mim nesse último ano. O cuidado da orientadora, Doralice, atenciosa, disponível, parceira nas aflições e nas vitórias, respeitosa com os processos. O cuidado da co-orientadora, Ana, motivadora, atenta, que orienta pelo poder das perguntas. O cuidado dos parceiros de vida, Marília e Gabriel, com quem aprendo a amar e divergir. Ao cuidado e parceria de Juliana. Cuidados estes que assumem as mais diversas formas no cotidiano. À calma inspiradora de Rafael. À generosidade sem par de Fernando Conde. À força criadora de Larissa. Ao cuidado companheiro do Calops. À presença e gentileza de Denise. À inspiração de luta cartográfica de Jéssica Santos. À generosidade da Gabriela. Ao acolhimento da Poliana e da Jade. À presteza de Sandra. À recepção generosa e persistência e fé dos membros da CPT e do CAA. Ao espírito inquieto e à amizade daqueles que constroem a AGB. Ao companheirismo generoso e cheio de ensinamentos de Maron. Cuidados, carinhos, aprendizados imiscuídos a cada linha desse texto. Sob o peso do nosso tempo esse texto foi sentido e escrito. Sob a violência desse tempo, somente o carinho e o cuidado desses e de tantos outros permitiu que as ideias saíssem do lugar e fossem aqui depositadas. O carinho não diminuiu a dor da experiência no tempo, mas tornou a vida possível e os sofrimentos inerentes à condição de viver sob expectativas decrescentes minimamente suportáveis.

RESUMO

Instrumento daqueles que personificam as categorias econômicas da hodierna forma social, a violência é o principal meio de subjugação de populações nos mais diversos processos de acumulação ocorridos ao longo da história do capital. Assolado por uma crise fundamental, que o comprime no beco da história da valorização do valor, o capital encurralado tem a violência como recurso para apropriação das “últimas fontes de criação duradoura de valor” (BEDSZENT, 2014). Sob esta fase, o fortalecimento de circuitos econômicos baseados na rapina exige a criação de aparelhos repressivos a eles compatíveis, o que tem gerado a insurgência de milícias em áreas urbanas e rurais especialmente na periferia do mercado mundial. As históricas disputas por terras no Brasil são hoje marcadas por esse que se mostrou ser um traço típico da derrocada da forma social capitalista – embora em aparência possam remeter a formas de violência típicas de tempos passados (como as que deram origem ao sistema coronelista). Como meio para subjugar e forçar expropriações de comunidades rurais, donos de terras do assim chamado “sertão mineiro” têm se organizado desde 2017 no entorno de uma milícia intitulada Movimento Segurança no Campo. A milícia ascende junto dos recentes movimentos de extrema-direita ruralista até aqui ligados ao que Pompeia (2022) chamou de “agrobolsonarismo”. Longe de remeterem a práticas de violência antigas ou a relações atrasadas, as ações perpetradas pela milícia integram um atualíssimo processo de asselvajamento dos métodos de repressão que ancora um processo de rapina de terras no norte de Minas Gerais, embora não seja esse o único fim a que se destina a organização. Objetivo com esta análise propor possíveis nexos entre a milícia Movimento Segurança no Campo e o processo de crise fundamental do capital, buscando compreender algumas das particularidades de sua emergência enquanto manifestação de uma forma histórica de violência. A partir de anotações feitas em conversas com representantes de entidades envolvidas nas disputas fundiárias interrogo o contexto de emergência dessa expressão de violência vinculada à milícia, refletindo sobre o seu sentido econômico e extra econômico. Além de pesquisa bibliográfica que informa sobre o atual cenário das relações produtivas norte mineiras, foram realizadas incursões a campo durante os anos de 2020 e 2021 no município de Montes Claros, base de articulação da milícia, mas também dos movimentos de luta pela terra por ela assediados. Proponho que, embora as disputas por recursos (como terra e água) que parecem representar “as últimas fontes de criação duradoura de valor” (BEDSZENT, 2014) no norte de Minas Gerais sejam determinantes para o surgimento das milícias, há motivações para a sua emergência que

escapam ao cálculo econômico, estas, insufladas por aspectos de um radicalismo de direita tipicamente brasileiro.

Palavras-chave: crise do capitalismo; forma social; violência; milícia; extrema-direita.

RÉSUMÉE

Instrument de ceux qui personnifient les catégories économiques de la forme sociale actuelle, la violence est le principal moyen d'asservissement des populations dans les processus d'accumulation les plus divers qui se sont produits tout au long de l'histoire du capital. En proie à une crise fondamentale qui le coince dans l'allée de l'histoire de l'appréciation de la valeur, le capital accaparé utilise la violence comme ressource pour s'approprier les « dernières sources de création de valeur durable » (BEDSZENT, 2014). Dans cette phase, le renforcement des circuits économiques basés sur les proies nécessite la création d'appareils répressifs compatibles avec eux, ce qui a généré l'insurrection des milices dans les zones urbaines et rurales, notamment à la périphérie du marché mondial. Les conflits historiques sur la terre au Brésil sont aujourd'hui marqués par ce qui s'est avéré être une caractéristique typique de l'effondrement de la forme sociale capitaliste - bien qu'en apparence ils puissent faire référence à des formes de violence typiques des temps passés (telles que celles qui ont donné lieu à la système coronalista). Afin d'assujettir et de forcer les expropriations des communautés rurales, les propriétaires terriens de l'« arrière-pays mineiro » se sont organisés depuis 2017 autour d'une milice appelée Movimento Segurança no Campo. La milice monte aux côtés des récents mouvements d'extrême droite ruraliste jusque-là liés à ce que Pompeia (2022) appelait « l'agrobolsonarismo ». Loin de renvoyer à d'anciennes pratiques de violence ou à des relations dépassées, les actions perpétrées par les milices s'inscrivent dans un processus très actuel de déchaînement des méthodes de répression qui ancre un processus d'accaparement des terres dans le nord du Minas Gerais, bien que ce ne soit pas le cas. seul but auquel l'organisation est destinée. L'objectif de cette analyse est de proposer des liens possibles entre la milice Movimento Segurança no Campo et le processus fondamental de crise du capital, en cherchant à comprendre certaines des particularités de son émergence en tant que manifestation d'une forme historique de violence. À partir de notes prises lors de conversations avec des représentants d'entités impliquées dans des conflits fonciers, j'interroge le contexte d'émergence de cette expression de la violence liée à la milice, en réfléchissant à sa signification économique et extra-économique. En plus d'une recherche bibliographique qui renseigne sur le scénario actuel des relations productives dans le nord de Minas Gerais, des visites de terrain ont été effectuées au cours des années 2020 et 2021 dans la municipalité de Montes Claros, base d'articulation de la milice, mais aussi de mouvements luttant pour la terre harcelés par elle. Je propose que, bien que les conflits sur les ressources (telles que la terre et l'eau) qui semblent représenter "les dernières sources de création de valeur durable" (BEDSZENT, 2014) dans le

nord du Minas Gerais soient décisifs pour l'émergence des milices, il existe des motivations pour leur urgence qui échappent au calcul économique, celles-ci, gonflées par des aspects d'un radicalisme de droite typiquement brésilien.

Mots clés: crise du capitalisme ; forme sociale; violence; milice; extreme-droite.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto tirada durante a caminhada O caminho do sertão, 2015. Autoria própria	16
Figura 2 – Vereda no caminho entre Arinos (MG) e Chapada Gaúcha (MG), 2015. Autoria própria	17
Figura 3 – Lavoura de feijão em Arinos (MG), 2015. Autoria própria	18
Figura 4 – Atividade de campo na Escola Estadual de Fabião I, distrito do município de Januária (MG), 2017.	20
Figura 5 - Barraco de família que vivia em acampamento organizado por movimento Sem Terra é incendiado durante a desocupação. Acampamento Retiro das Águias, Capitão Enéas (MG), 2019.	30
Figura 6 - Famílias do Acampamento Recanto das Águias, 2019 Fonte: CPT-MG	34
Figura 7 - Lideranças do grupo Movimento Segurança no Campo, funcionários e apoiadores se reúnem diante da ocupação do terreno da CODEMIG pelo MST em Montes Claros, 2018 Fonte: CPT Minas	35
Figura 8 - Tratores bloqueiam Estrada da Produção para interromper a chegada de alimentos e apoiadores à área ocupada pelo MST, 2018. Fonte: CPT-MG	35
Figura 9 - Famílias se posicionam do lado de dentro da área da CODEMIG, enquanto os ruralistas pressionam pelo despejo do outro lado da porteira, 2018 Fonte: Geanini Hackbardt / MST	36
Figura 10 - General Mário Araújo conversa com policial em meio à estrada interditada pela milícia, CPT 2019;	40
Figura 11 - Foto retirada do site “Aconteceu no Vale” para divulgar a indicação do general como Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, ocorrida em dezembro de 2018	40
Figura 12 - Liderança do Movimento Segurança no Campo fala ao telefone durante despejo forçado do Acampamento Recanto das Águias, Capitão Enéas, 2019	42
Figura 13 – Vivendo sob a alta no preço dos alimentos, em especial da carne, pessoas disputam ossos rejeitados pelos açougues no Rio de Janeiro - Foto: Folha de São Paulo	46
Figura 14 - Comparação de três imagens aéreas do maior cemitério de Manaus. A área ocupada aumentou depois da crise do oxigênio provocada pelo Ministério da Saúde. Imagens: Adriano Liziero/ Geopanoramas	48
Figura 15 - Manifestantes carregam bandeiras confederadas e nazistas durante a manifestação "Unite the Right" em Charlottesville, VA. (Sipa via AP Imagens)	52
Figura 16 - Manifestantes vestidos com as cores da bandeira exibem em suas camisas o rosto e os nomes de seus heróis: Jair Bolsonaro e Sérgio Moro. Ao fundo, um super-homem inflável. Fonte: Portal UOL, por Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR)	53

Figura 17 - Manifestantes de extrema-direita utilizam bandeira do Pravy Sektor (setor direito), grupo de direita ucraniano que defende o ultra-nacionalismo, o conservadorismo e a ideia de nação única. A manifestação ocorreu na Avenida Paulista em junho de 2020.	56
Figura 18 - Em São Miguel do Oeste, Santa Catarina, manifestantes fizeram gesto nazista durante a execução do hino nacional. O ato de forte caráter golpista, ocorreu em novembro de 2022, e contestava o resultado das urnas que elegeram Lula pela 3º vez	57
Figura 19 - Postagens em redes sociais do candidato General Mário Araújo e de seus assessores - na postagem o candidato comemora o "dia da arma de artilharia"	59
Figura 20 - O então presidente Jair Bolsonaro em campanha em Montes Claros. No palco estão Carlos Viana, candidato ao governo do estado apoiado por Bolsonaro, e lideranças ruralistas. Foto: Equipe Política de O TEMPO	61
Figura 21 - Foto do ataque aos prédios da Praça dos Três Poderes em Brasília, ocorrido em 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse do atual presidente da República Lula. Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil / CP	63
Figura 22 - Ocupação Tereza de Benguela, do MTST, em Montes Claros, MG. Foto: Rede de Apoio ao MTST.	79
Figura 23 - Cleomar Rodrigues de Almeida, dirigente da Liga dos Camponeses Pobres no norte de Minas Gerais assassinado em outubro de 2014.	94
Figura 24 - Elizabeth Teixeira ao lado dos filhos logo após o assassinato de João Pedro - Reprodução / Cabra Marcado Para Morrer	94
Figura 26 - Integrante do Movimento Segurança no Campo conversa com policiais que operaram no dia do despejo das famílias do Acampamento Recanto das Águias, 2019	99
Figura 27 - Fotos: Repórter Brasil.	99
Figura 28 - Fotografia produzida sob o sangue frio do caminhante Diego Zanotti durante o 'estouro da boiada'. Arinos, 2015	101
Figura 29 - Casa em ruínas no centro de Montes Claros, 2021. Foto: autoria própria	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela produzida pela Fecomércio com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Tabela 2 - Tabela adaptada a partir dos dados fornecidos pela Gerência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social da Prefeitura de Montes Claros.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANM – Agência Nacional de Mineração

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BOPE - Batalhão de Operações Especiais

CAA - Centro de Agricultura Alternativa

CAGED - Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária

CODEMIG – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais

CPT - Comissão Pastoral da Terra

COOPAGRO - Cooperativa Agropecuária Regional de Montes Claros

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

FUNORTE – Faculdades Unidas do Norte Minas

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GGSUAS – Gabinete Geral do Sistema Único de Assistência Social de Montes Claros

IHG-Montes Claros - Instituto Histórico Geográfico de Montes Claros

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JBS – Empresa Fundada por José Batista Sobrinho

LCP – Liga dos Camponeses Pobres

MSC – Movimento Segurança no Campo

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SOEBRAS - Sociedade Educativa Do Brasil

STF – Supremo Tribunal Federal

UDR – União Democrática Ruralista

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
1 A MILÍCIA E O SENTIDO DA VIOLÊNCIA	30
1.1. UM APARELHO DE REPRESSÃO RURALISTA NO NORTE DE MINAS GERAIS: A MILÍCIA DO “AGRO”, MOVIMENTO SEGURANÇA NO CAMPO	30
1.2. O ASSELVAJAMENTO DOS APARELHOS REPRESSIVOS EM UMA DEMOCRACIA DE “FIM DE FEIRA”	44
2 O SENTIDO DA DOR	50
2.1. ASPECTOS DO NOVO RADICALISMO DE DIREITA E A AGROMILÍCIA NORTE-MINEIRA MOVIMENTO SEGURANÇA NO CAMPO	50
2.2. O “AGROBOLSONARISMO” E A MILÍCIA “DO AGRO” NO NORTE DE MINAS GERAIS	61
3 <u>CRISE E A RAPINA DE TERRAS PELA MILÍCIA “DO AGRO” NO NORTE DE MINAS GERAIS</u>	66
3.1. CRISE, LAND GRABBING E A RAPINA DE TERRAS NO NORTE DE MINAS GERAIS	66
3.2. A ASTÚCIA DE “NINGUÉM”: CRISE, EXPROPRIAÇÕES E MOBILIDADE DO TRABALHO NO NORTE DE MINAS	73
4 O FIM-FINAL DO SERTÃO?	82
4.1. A VIOLÊNCIA DE CORONÉIS E JAGUNÇOS E O SENTIDO DA MODERNIZAÇÃO	82
4.2. MILÍCIAS E O SENTIDO DA VIOLÊNCIA NO PROCESSO DE DESSOCIALIZAÇÃO CATASTRÓFICA	88
4.3. A MILÍCIA PARA ALÉM DO CONTROLE FUNDIÁRIO DE RAPINA	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	108
ANEXO A – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS	112
ANEXO B – MAPA DE OCORRÊNCIAS DE PEDIDOS DE MINERAÇÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS (1936 – 1990)	113
ANEXO C - MAPA DE OCORRÊNCIAS DE PEDIDOS DE MINERAÇÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS (2000 – 2020)	114
ANEXO D - MAPA DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO ENTORNO DE MONTES CLAROS	115

<u>APÊNDICE A - - FORMULÁRIO VIRTUAL PADRÃO ENVIADO AOS ENTREVISTADOS (BASE DAS ENTREVISTAS DE CAMPO)</u>	116
<u>APÊNDICE B – DISTÂNCIA ENTRE AS FAZENDAS BOM JESUS (MONTES CLAROS) E NORTE AMÉRICA (CAPITÃO ENÉAS)</u>	117
<u>APÊNDICE C - AMBULATIO – NOTAS-CRÔNICAS DE CAMPO</u>	118

Apresentação

Inspirada pelo desejo de conhecer aquilo que parecia ser uma das fronteiras do mundo, pois distante de tudo o que vivera até então nos meus conturbados vinte e poucos anos de vida na capital de Minas Gerais, saí em busca do que queria que fosse a terra sem mal. Saltando do meu imaginário, exaurida das impossibilidades da vida urbana, foi com essa visada que fui conhecer o assim chamado sertão (figura 1).



Figura 1 - Foto tirada durante a caminhada O caminho do sertão, 2015. Autoria própria

Quando a prosperidade do *boom das commodities* começou a revelar não integrar um novo ciclo de acumulação do capital, a desesperança com o futuro foi um dos primeiros sintomas a aparecer, sobretudo entre nós jovens. Negando as evidências, do desencaixe de mim, quis então buscar o paraíso deslocado do mundo, lugar onde a magia do dinheiro, dizia-se, era quase desimportante ou, ao menos, menos importante do que os sonhos que para ali eram projetados não somente por mim, mas por várias pessoas que participaram do Caminho do Sertão¹. Pulsava em cada um de nós um desejo de viver uma espécie de utopia sertaneja no avesso da metrópole. Eu, particularmente, pensava ser possível naquele termo que até então se referia a algo desconhecido, o “sertão”, realizar o desejo de fincar raízes em alguma terra distante que ofertasse mais possibilidades do que uma jornada de trabalho exaustiva e mal remunerada, permeada pelas inseguranças que se explicitavam em Belo Horizonte. Projetava para “ali” a fuga², desejando crer na possibilidade de uma vida com mais desfrute e, talvez, também mais frutos, de preferência que fossem colhidos das matas do excêntrico cerrado (figura 2).



Figura 2 – Vereda no caminho entre Arinos (MG) e Chapada Gaúcha (MG), 2015. Autoria própria

Ao pensar com os pés³, nas terras do sertão do norte de Minas, descobri que o chão da realidade (figura 3), porém, não é firme e certo como a imaginação então desejava que fosse. Ao despertar na utopia sertaneja percebi-me num teatro precário edificado sobre o chão do mesmo mundo em ruínas em que pisava em minha vida urbana. E não há chão seco ou alagado demais que o espetáculo não possa fazer encenar sua própria magia. E não estava só. Ao meu lado estavam outros tantos que aqui e acolá se moviam em busca dos restolhos da abundância projetada para o mundo da produção de mercadorias.

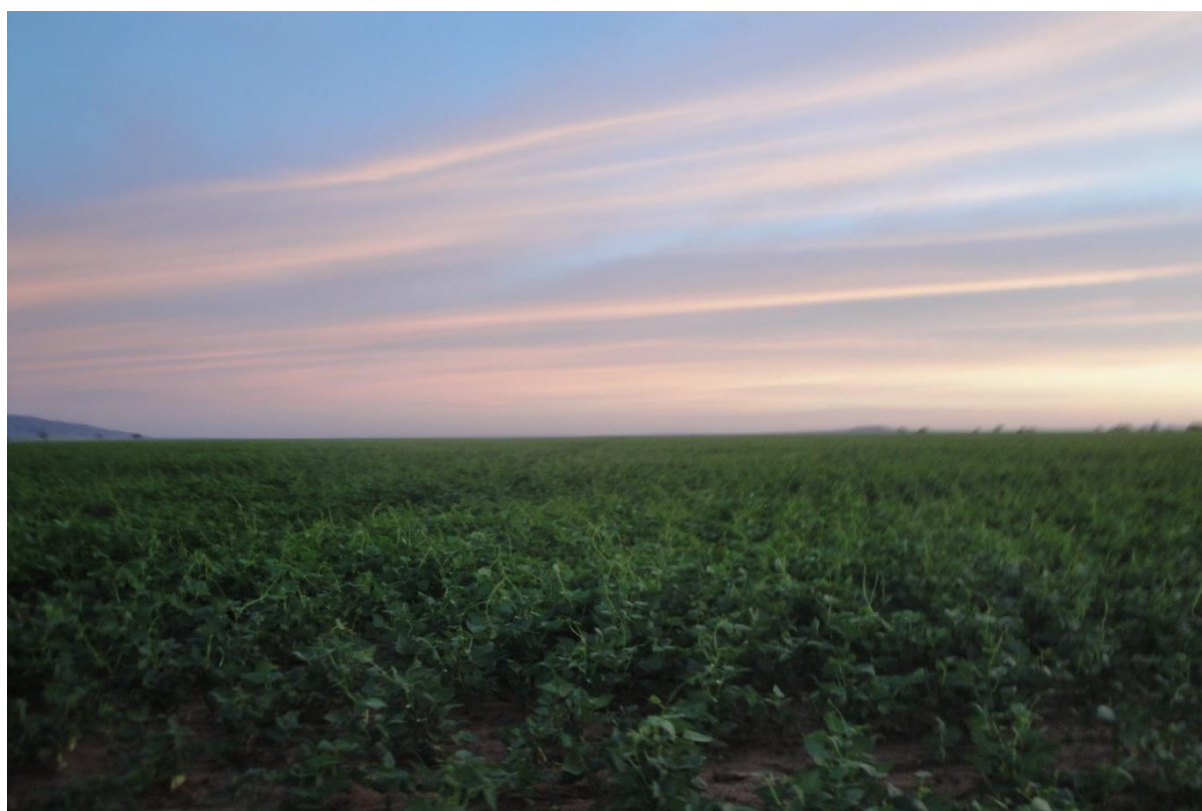


Figura 3 – Lavoura de feijão em Arinos (MG), 2015. Autoria própria

¹ O Caminho do Sertão é uma iniciativa promovida por entidades de base local no norte de Minas Gerais. Os articuladores da iniciativa promovem uma caminhada de 7 dias entre várias comunidades que vivem na fronteira entre os municípios de Arinos e Chapada Gaúcha. A intenção é promover o Turismo de Base Comunitária nessas áreas, sendo esta uma proposta alternativa de geração de renda para as comunidades. O “caminho” é organizado por essas entidades e geralmente é financiado por verbas parlamentares, e recursos prioritariamente públicos de fomento à cultura.

² Penso que essa pesquisa é uma tentativa de enfrentar aquele desejo de fuga. Agora, porém, de porte de considerações que deixam perceber do que se tentava fugir. Ainda que redigida sob o admitido desespero diante das (im)possibilidades do mundo em que vivemos, é urdida sob o desejo de retribuir com sinceridade aquilo que foi proporcionado com tanta generosidade por moradores dos distritos e cidades durante as idas ao “sertão”.

³ Em uma atividade de campo realizada em 2018, em Morro da Garça-MG, ouvi o professor Heinz Dieter Heidemann usar essa expressão ao se referir ao papel do campo para os processos de pesquisa.

Pisamos o chão com a segurança de estarmos em uma verdadeira guerra. A cada manhã temos afiançada a vitória por um oráculo, e é a repetição deste ritual que nos mantém na arena. O oráculo promete um futuro auspicioso mediante a entrega do devido sacrifício diário. Levantamo-nos do, nem sempre, confortável leito, nós, sonhadores, despertados, confiantes de que não devemos nos render nas batalhas travadas, afinal isto pode custar a nossa vida. Ao fim de cada exaustivo dia, recolhemos nossas armas, derrotados e quase-esquecidos da fiança de vitória que nos havia sido feita pelo oráculo. Incrédulos, mas sem alternativas que não a fé no dia de amanhã, voltamos a crer na vitória para o dia que virá. E não há vitória alguma – começamos a perceber. O que há – e é apenas isto que se pode saber com menos suspeita – é mais batalha, para a qual só se pode seguir diariamente. Armamo-nos até os dentes, como servidores de um exército que adentra a uma guerra sem fim. O fim, quando pensamos vê-lo, não nos recobra o alívio, de modo que mesmo diante dele, só o que fazemos é zelar pelo armamento que nos foi entregue em nossas mãos pelo oráculo do trabalho.

Em minha fuga para o sertão entre 2016 e 2019⁴, pude reconhecer o modo como a esperança desesperançada aflige os jovens do então imaginado oásis da modernização capitalista (figura 4). Nas proximidades da sede de Januária-MG, no distrito do Fabião I, e nas terras de assentados em Arinos-MG, em Sagarana, os sonhos dos mais jovens oscilavam entre a impossibilidade de permanecer nas comunidades onde cresceram e as condições cada vez menos animadoras da vida nas grandes cidades próximas. Dentre os fatores para a apatia observada, a baixa adesão a atividades como a pesca, devido à escassez hídrica que afeta a vazão dos rios locais, obriga que os jovens, ainda que diante das evidentes restrições da vida urbana, sigam projetando um horizonte de reprodução pelo trabalho fora das comunidades onde vivem. Estas observações foram sendo construídas ao longo dos anos em que fui generosamente orientada pela professora Doralice Barros, e resultaram na reflexão que me permitiu concluir a graduação em geografia na UFMG.

⁴ Neste período foram realizadas atividades de campo relacionadas com ao projeto de pesquisa de Iniciação Científica intitulada Saberes do Mosaico. O projeto, orientado pela professora Doralice Pereira, combinava atividades de pesquisa com uma proposta de extensão em localidades inseridas no Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas-Peruaçu, nos limites das várias unidades de conservação da região norte de Minas Gerais. Com o Saberes em Mosaico visitamos algumas comunidades buscando conhecê-las e investigar os conflitos mais pungentes em cada uma delas. Propunha-se realizar parcerias, atividades e, por fim, elaborar um jogo de tabuleiro que tratasse das principais questões apresentadas em campo, que foi entregue à escola escolhida para ser parceira do projeto. A execução do jogo foi feita em parceria com o curso de Jogos Digitais da PUC-Minas.



Figura 4 – Atividade de campo na Escola Estadual de Fabião I, distrito do município de Januária (MG), 2017.

Ao longo deste primeiro percurso de pesquisa, alguns sustos em campo chamaram a atenção e agora ganham espaço para elaboração neste presente texto. Logo na primeira ida para pensar com os pés, em 2016, presenciei um “estouro de boiada” em uma das áreas por onde passamos. Na ocasião, mais de 500 rezes corriam soltas pelo pasto que se sabia que seria atravessado pelas cerca de 100 pessoas que estavam ali na caminhada do projeto Caminho do Sertão. Mais tarde descobri que o susto resultou da ação deliberada de um grande proprietário de terras de Arinos. Os conhecedores da vizinhança sabiam que aquilo era uma provocação, como que em protesto contra a nossa presença, mas para nós, que éramos “de fora” era difícil até perceber o risco de vida ao qual ficamos expostos naquela manhã naquele pasto. Outro caso semelhante aconteceu na chegada dos caminhantes ao município de Chapada Gaúcha – MG, cerca de um ou dois dias depois desse primeiro choque. Três homens operavam maquinários que derrubavam e enterravam pequizeiros em uma pequena área. Sabíamos que o pequizeiro era uma árvore cujo corte é proibido por lei⁵ e que, portanto, aquela ação era ilegal. Ao

⁵ “Em 1992 foi promulgada a Lei 10.883, visando à proteção do pequizeiro, declarando-o de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte. Ainda de acordo com essa lei, somente seria admitida a sua supressão mediante prévia autorização do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e quando comprovada a necessidade de realização de obras ou atividades de utilidade pública ou relevante interesse social.”. Fonte: < <https://www.otempo.com.br/opiniaio/artigos/protecao-legal-ao-pequizeiro-1.2442645> > Acesso em 25 de maio de 2022.

questionarmos os três homens, o peso do real, mais uma vez, tombou sobre nossas cabeças. O dono da terra, que era também gerente de um posto de gasolina no município, reagiu ao nosso questionamento dizendo que iria acertar as contas da ofensa que havíamos proferido durante a festa na cidade, prevista para acontecer no fim de tarde. Duas vezes que a realidade chacoalhou a fantasia. E a partir de então, nas outras idas a campo os ouvidos (devidamente grudados à cabeça que pensava com os pés) passaram a ficar mais atentos para a escuta dos conflitos por terra no norte de Minas Gerais. Em 2020 foi a primeira vez que ouvi falar de que havia surgido uma milícia no norte de Minas, que era formada por proprietários rurais próximos aos membros da Sociedade Rural de Montes Claros, que protagonizaram expropriações organizadas contra acampamentos de “sem terra”. Soube da milícia por meio de uma reportagem produzida pela Agência Repórter Brasil⁶, e a partir daí direcionei meus esforços de pesquisa nessa direção, com o intuito de melhor conhecer o contexto de emergência dessa nova forma de violência.

Nas não raras hesitações daqueles com quem conversei sobre o tema, eu observava que uma tensão tácita surgia sempre que o assunto era conflitos fundiários no norte de Minas Gerais. O ascenso da disputa pela água chamava a atenção já àquela ocasião, e segue sendo, como veremos, um dos elementos centrais destas cada vez mais frequentes contendas. Nas falas, os conflitos eram atribuídos à inexplicável atuação de jagunços e coronéis que “ainda” se faziam reger nos sertões. Isto, apesar de apontar para o incômodo com as relações de dominação vigentes, dava um tom de fantasia e de anacronismo para os conflitos, deslocando-os narrativamente para um tempo outro, no qual as pessoas pareciam ao mesmo tempo pertencentes e não-pertencentes; um tempo ficcional. Essa percepção, em meio às desconfianças acendidas pelas atividades de campo, fez esboçar uma primeira pergunta: as formas de violência presentes no sertão do norte de Minas são hoje herança de um passado não superado?

Essa pergunta passou por extensas idas e vindas ao longo do processo que culmina nesta pesquisa e orientou em grande parte o esforço de estudo que foi feito até a primeira atividade de campo. Penso que as hesitações em torno desta pergunta foram ainda mais intensas devido ao fato de a pesquisa ter sido desenvolvida sob as especificidades impostas pela pandemia da COVID-19. Com a determinação do isolamento social e a instalação do regime remoto na maior parte das universidades brasileiras, as possibilidades de atividade de campo ficaram restritas, o que impôs inevitavelmente limitações à aproximação com a investigação e com aqueles

⁶ Disponível em: < <https://reporterbrasil.org.br/velhochico/> > Acesso de 27 de março de 2023.

diálogos que no inesperado do cotidiano auxiliam a lapidar nossas ideias. Embora as limitações não pudessem ser naquele momento superadas, foram balizadas pelas possibilidades de diálogo abertas pelos professores Marildo Menegat e Cássio Boechat, que abriram seus cursos que ocorriam em meio virtual para participação externa. As leituras eram orientadas pela teoria crítica do valor-dissociação, reflexão com a qual eu já tinha tido alguma aproximação, mas que foi a partir dali que passei a me debruçar com mais atenção a partir dela sobre o tema de pesquisa, que era a emergência da milícia no norte de Minas Gerais. A crítica formulada por Robert Kurz e Roswitha Scholz, permitiu analisar as formas de violência em seu vínculo com a sociedade produtora de mercadorias, como método de imposição histórica do trabalho, mas também como expressão de sensibilidades socialmente constituídas.

Entendo que este texto seja documento de um tempo em que a evidência da catástrofe incidiu sobre a vida cotidiana como um clarão intenso que reflete sobre uma fina névoa. Vivemos os últimos anos como se estivéssemos envoltos por algo que limitava o olhar em todas as direções. Sufocante, a turbidez aumentava a cada tragédia, tornando o olhar para o hoje difuso e o pensamento para o amanhã coberto pelo desespero. A tortura diária de se testemunhar o empobrecimento generalizado que se explicitou nas ruas das cidades, a desgraçada impotência que sentimos nos víamos nus diante da miséria, a força que não desejávamos adquirir diante das cada vez mais frequentes perdas de entes queridos, a sensação de que a morte estava à espreita e a convivência com o desprezo cotidiano mediaram ao longo dos últimos anos um estranho encontro com “o outro”, que ficou ainda mais radical durante a pandemia da COVID-19. Antes mesmo que a tragédia tivesse se radicalizado, à revelia das projeções civilizatórias, a experiência recente já parecia ampliar a separação entre “eu” e “outro” por camadas cada vez mais espessas de estranhamento. A nítida exaustão sistêmica que leva à atual experiência de empobrecimento generalizado é mediada pela linguagem em suas expressões falada e escrita e, sem dúvidas, deixa suas marcas aqui.

Em meio à tão profunda e cada vez mais explícita degradação social, a ingenuidade que me moveu para a primeira viagem ao sertão não podia mais orientar o olhar sobre a realidade social. Se lá no início eu buscava segurança e era movida por uma espécie de sonho – de uma vida menos opressiva – encontro, hoje, sob outras formas, mais dúvidas, e percebo que o abismo das relações não poupa “o sertão”. Também ali as relações revelavam os métodos específicos de violência cotidiana, estas, porém, vividos como uma espécie de ficção que recobria o tom das narrativas sobre o tema. Já não é mais possível olhar para o trato interpessoal e não observar entre os jovens a toxicidade das disputas pelos escassos postos de trabalho nas cada vez mais

mecanizadas empresas rurais, nas recém-chegadas empresas da mineração, ou nas atividades que desenvolvem em cidades mais próximas. Tampouco poderia ignorar o quanto as condições de reprodução da vida nestas comunidades, distritos e cidades do semiárido mineiro, ficou comprometida, não só com a progressiva seca dos rios que as abastecem, mas também com a desertificação da renda monetária obtida por meio do trabalho. Para ambas as fontes, o mesmo diagnóstico-decreto de “fim” repercute sobre o sertão contemporâneo: enquanto Altair Sales Barbosa denuncia o fim-final do cerrado⁷, Robert Kurz anuncia o fim-final da sociedade do trabalho.

O registro de pensamento que aqui exponho interpreta o sertão enquanto condição, cujos traços merecem ser investigados em suas inserções históricas, buscando considerar de onde vem a força que se impõe como realidade e, eventualmente, tomba sobre nossas cabeças. Cada chacoalhada da realidade tornava mais evidente que sertão e violência não são substantivos autorreferentes ou caracterizações culturais que atravessam inalteradas o tempo, na medida em que foram incorporadas aos hábitos do eterno coronel – como parece ter sido a interpretação que majoritariamente caracterizou o sertão até aqui. Tampouco a violência deveria ser compreendida como se fosse de algum modo uma linguagem particular, regionalizada, fruto de algum tipo de desvio moral. A violência no sertão não corresponde a uma formação social bucolicamente destacada da acelerada dinâmica global, pois, desde a origem, constitui à sua maneira a ordem do mercado que se fez mundial. Sertão é substantivo-adjetivo que qualifica localidades longínquas. Dialeticamente “sertão” também diz do mundo que o batizou (e ainda batiza) por antagonismo, sertanizando as paragens que pareciam se distanciar das necessidades mais imediatas da ordem econômica colonial, as quais somente foram assim consideradas porque de algum modo também serviam ao propósito de atendê-las.

⁷ O antropólogo e arqueólogo Altair Sales Barbosa aponta nesta (e em várias outras) entrevista, publicada em 05 de novembro de 2015, que a tendência de retirada da cobertura vegetal das áreas de chapada no cerrado reduz a infiltração de água nos solos. Reduzida a água infiltrada, sobretudo nestas áreas, todo o sistema hídrico do cerrado fica comprometido. Fonte: < <https://www.portalraizes.com/o-cerrado-acabou-entrevista-com-altair-sales-barbosa/> > Acesso em 11 de maio de 2022

Introdução

“As milícias não são um simples retrocesso dos costumes políticos. Elas são um passo além na gestão da barbárie. Sendo um produto do caos, elas estão a postos para semear no solo árido que as fertiliza. Uma esquerda capaz de enfrentar este novo desafio, precisará romper com o que se considerou ser a esquerda até ontem. Ou é isso, ou mais barbárie.” (MENEGAT, 2019)

Há, por enquanto, poucos estudos e informações sobre as milícias que surgem em contextos de disputas por terra em contexto rural. Em uma busca rápida, é possível encontrar notícias recentes de milícias, assim chamadas, rurais, que reprimem em contendas fundiárias na Bahia⁸, no Mato Grosso, no Pará⁹ e Rondônia¹⁰¹¹. Parece ser um fenômeno de recente ascensão e em franca expansão em disputas por terra no Brasil. O que se sabe até agora é que elas podem ser compostas por agentes de segurança privada e contar com a colaboração direta ou indireta de agentes de segurança pública. Os “seguranças privados” são muitas vezes chamados de “pistoleiros”, “capangas” e/ou “jagunços”, e prestam esse serviço por meio de empresas de segurança, que podem estar formalizadas ou prestar serviços clandestinos. Estima-se que em 2022 mais de 600 mil seguranças privados estejam atuando sem regulação¹².

Em outras ocasiões, podem ser contratados prestadores de serviço individuais, escolhidos por aqueles que, mediante pagamento, desejam pressionar, ameaçar ou dar fim a alguma causa. Assim como os serviços prestados por empresas de segurança privada, esse tipo de serviço informal foi sem dúvidas facilitado com os diversos decretos de armas que foram editados pela presidência da República ao longo do governo Bolsonaro (2018-2022)¹³. Ao longo dos últimos anos os decretos mencionados estimularam o comércio e o porte de armas em todo

8 Disponível em: < <https://www.metropoles.com/brasil/com-mortes-e-ameacas-indigenas-pataxos-denunciam-milicia-rural-na-bahia> > Acesso em 01 de abril de 2023.

9 Disponível em: < <https://amazoniareal.com.br/milicia-rural/> > Acesso em 01 de abril de 2023.

10 Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/28/como-as-milicias-rurais-dominaram-rondonia-e-quem-e-o-homem-por-tras-da-mais-poderosa-delas> > Acesso em 01 de abril de 2023.

11 Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=wD04EzYqdYk> > Acesso em 01 de abril de 2023.

12 Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/brasil-tem-mais-de-600-mil-segurancas-privados-atuando-sem-controle-da-pf.shtml> > Acesso em 31 de março de 2023.

13 Por exemplo, os decretos nº 9.845/2019, nº 9.846/2019, nº 9.847/2019 e o nº 10.030/2019.

o Brasil, facilitando tanto o uso de armas quanto condições para que gigantes da mineração e da agroindústria formassem tropas particulares, chamadas de “Segurança Orgânica”¹⁴.

O contexto recente que deu origem às milícias mencionadas foi certamente estimulado por estas e outras medidas governamentais que facilitaram o acesso a armas, a profusão de clubes de tiro¹⁵ e, conseqüentemente, o aumento de mortes por armas de fogo¹⁶. Tais decisões políticas foram capazes de promover uma aceleração da destruição em nível nacional, mas sozinhas não explicam o contexto de emergência de milícias de controle fundiário, como a insurgente no norte de Minas, intitulada Movimento Segurança no Campo.

Esta milícia, sobre a qual nos esforçaremos para analisar aqui, possui uma trajetória muito recente, sendo os primeiros registros de sua atuação datam de 2017. O grupo, emprega métodos próprios e o perfil de seus integrantes é muito diferente daquele que controla extensos territórios nas periferias cariocas. Estamos falando aqui de um grupo que em 2020 chegou a ter 300 proprietários rurais organizados e atuando contra comunidades ribeirinhas e acampamentos de “sem terra” do norte de Minas Gerais.

Os métodos empregados nessas disputas e suas explicações chamam aqui a nossa atenção. Entre os relatos, o emprego de novas tecnologias, como articulação por meio de grupos de mensagens virtuais e drones conferem tons de sofisticação ao processo de asselvajamento dos aparelhos repressivos (KURZ, 2015) que dá origem à milícia. Embora as disputas violentas por terra sejam um problema antigo no Brasil, não podemos nos deixar enganar pelas aparentes semelhanças com fenômenos que emergiram em outros momentos históricos. Há algo de novo nas disputas violentas por terra em nosso tempo que merece atenção. É esse sentido da violência de milícias como o Movimento Segurança no Campo que tentaremos explorar na discussão aqui proposta.

Para analisarmos a milícia é preciso que observemos os meios pelos quais ela se impõe, mas também os fins por ela perseguidos dentro do ordenamento social vigente. *Drones, tasers*, grupos de *whatsapp*, câmeras, fuzis e empresários rurais são cada vez mais comuns no meio ruralista e são empregados como ferramentas de repressão de populações ribeirinhas e

¹⁴ Relatório “Oligarquias Armadas”, De Olho Nos Ruralistas, 2022.

¹⁵ “Clubes de tiro cercam indígenas e facilitam agromilícias na Amazônia”. Disponível em: < <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/217453> > Acesso em 01 de abril de 2023.

¹⁶ “Número de mortes por arma de fogo cresceu mais de 20% no Brasil em 2021”. Disponível em: < <https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/numero-de-mortes-por-arma-de-fogo-cresceu-mais-de-20-no-brasil-em-2021-18072022> > Acesso em 01 de abril de 2023.

acampamentos, mas com qual finalidade? Estamos falando de mecanismos de controle social que foram aprimorados pelo desenvolvimento tecnológico que é hoje desfrutado também nos contextos rurais. Mas, quem poderia apostar que a profusão de soluções tecnológicas poderia criar ao mesmo tempo o remédio (em sua versão placebo) e a doença (a qual se propõe a combater)?

O desenvolvimento da microeletrônica, a partir de 1980, tornou possível grande parte da parafernália hoje vastamente utilizada pelo policiamento de Estado, mas também pelas milícias, como mecanismo para a repressão social. Ao mesmo tempo, foram esses novos dispositivos que permitiram que fossem extintos os postos de trabalho substituídos pelos novos aparelhos e tecnologias. Suas consequências atingem em cheio as estruturas do capitalismo mundial na medida em que em toda parte o capitalismo passa a desfazer “a sua própria substância trabalho”, sendo essa “causa autêntica do desemprego estrutural de massas” (KURZ, 2007).

Com cada vez menos postos de trabalho disponíveis, um número crescente de indivíduos encontra dificuldades para manter o próprio sustento na sociedade do trabalho sem trabalho. Diante da impossibilidade de sobrevivência a demasiadas pessoas por meio do “auto-sacrifício voluntário da energia vital”, do trabalho, “se reconstitui o literal sacrifício humano no seu verdadeiro sentido arcaico”. Sem trabalho, o sentido da violência passa a se vincular cada vez mais estreitamente à mecânica sacrificial de uma “maquinaria de morte” (KURZ, 2014, P. 370).

A milícia aqui em análise emerge sob as especificidades de um momento de ascensão de práticas autoritárias que tendem a reconfigurar, em vários níveis, as formas da violência na sociedade. Tal disposição no Brasil associou-se marcadamente ao fortalecimento da extrema-direita, manifestação hoje frequentemente ligada ao apoio ao projeto que elegeu em 2018 o ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse processo também fez ascenderem às instituições várias outras figuras que corroboram com o processo de aceleração da destruição, que tem na política de facilitação de acesso a armas um de seus elementos centrais. A ascensão do militarismo policial (FELTRAN, 2020) é um dos aspectos da ascensão em várias partes do mundo de diferentes expressões de radicalismos de direita em nosso tempo. Apresento como sendo uma das especificidades dos movimentos que deram origem e forma à extrema-direita brasileira o papel desempenhado pelas forças armadas desde a altamente midiaticizada Intervenção Federal no Rio de Janeiro, e também durante todo o governo Bolsonaro. Um dos efeitos mais visíveis do papel das forças armadas nesse processo de radicalização que deu origem à milícia Movimento Segurança no Campo é o fato de que um de seus membros é um general reformado do exército,

que, com a vitória do governo de Romeu Zema no estado de Minas Gerais, foi indicado para ocupar a Secretaria de Segurança Pública. Graças à indispensável colaboração do general junto à milícia, o grupo obteve um de seus maiores feitos, que foi a expropriação das famílias que viviam no Acampamento Recanto das Águias, em Capitão Enéas (MG).

Alinhados às diretrizes do militarismo policial protagonizado por integrantes das forças de segurança pública e das forças armadas, os empresários rurais encontraram nos movimentos de extrema-direita espaço para sua revolta. A emergência do “agrobolsonarismo” (POMPEIA, 2021) como movimento de contestação dos privilégios obtidos pelos gigantes do agronegócio, sobretudo durante os governos petistas, ajuda a explicar em partes a radicalização dos empresários rurais que compõem a milícia.

Embora os efeitos da crise fundamental sobre o trabalho talvez sejam mais visíveis, há fios menos explícitos que conectam a crise com um processo de expropriação que parece estar ligado a um aumento no preço das terras. Este é um processo que exige investigação mais apurada sobre o preço da terra e o modo como isso tem repercutido sobre os empreendimentos rurais de médio porte, dos quais os membros da milícia em geral são possuidores. Sobre isso aponto alguns possíveis nexos entre a crise fundamental e algumas transformações recentes do regime fundiário mineiro que podem ter influenciado no contexto de emergência da milícia.

É sob este amplo espectro que o sentido da violência da milícia é constituído em nosso tempo. Diferentemente do modo como se apresentou em outros momentos da história da dominação social capitalista, os atos de violência cometidos pela milícia de empresários rurais carregam consigo o sentido de reduzir os indivíduos sobre os quais ela se impõe à condição de “puros corpos” – cujos impulsos devem ser submetidos de maneira produtiva, ou descartados. Enquanto força de repressão sob a crise, a espécie de guerra da milícia contra as famílias que vivem em comunidades e acampamentos “tiene connotación masculina” (SCHOLZ, 2013), ainda que suas batalhas sejam protagonizadas por uma mulher¹⁷.

Na tentativa de propor considerações a partir de uma pergunta sobre *o sentido da dominação social personificada pela “milícia do agro” no processo de crise fundamental da forma social capitalista*, me detive a analisar materiais de dois tipos: registros de caderno de campo realizados durante duas incursões a Montes Claros (2020 e 2021)¹⁸ e material de

¹⁷ Refiro-me aqui a uma liderança da milícia que assumiu bastante protagonismo nas várias ações da milícia contra comunidades. É ela quem conduz, junto dos agentes da polícia militar, o despejo das famílias que viviam no Acampamento Recanto das Águias (Capítulo 1, P.37).

¹⁸ Os contatos presenciais ocorreram em dois momentos distintos da pandemia, em novembro de 2020 e em setembro de 2021. Neste primeiro momento, o alto risco de contágio exigiu que eu acompanhasse com maiores cuidados o pleito municipal, o que me levou a restringir os diálogos com prestadores de serviços do cotidiano da

jornalismo investigativo sobre milícias rurais e agromilícias. Por se tratar de um fenômeno relativamente recente, sobre o qual há poucas investigações, conversei com 3 técnicos que atuam na região, que foram escolhidos devido à sua proximidade com os conflitos que envolvem a milícia. Alguns encontros físicos foram possíveis com representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Agricultura Alternativa (CAA), cujas sedes estão situadas em Montes Claros. Busquei em suas falas entender melhor quem eram os ruralistas que compunham a milícia, tendo como foco os participantes e os métodos empregados nos conflitos, mas também busquei apreender o modo como os analisavam. Foi a partir da repetição dos termos “coronel” e “coronelismo” nessas explicações que percebi a necessidade de buscar investigar o sentido da violência da milícia no nosso tempo em diálogo com os pressupostos delineados por Robert Kurz e Roswitha Scholz na formulação da teoria crítica do valor.

Devido às limitações impostas no contexto então vigente da pandemia da COVID-19, foram empregados formulários virtuais (ANEXO A), os quais foram destinados a alguns pesquisadores da Universidade de Montes Claros (Unimontes). A imprecisão das respostas, e a dificuldade do método do questionário para obter percepções a respeito de um assunto delicado como este me fizeram optar por não utilizar como material as 2 respostas (de 10 consultas) que obtive com o formulário. Entretanto, parte delas serviu de roteiro para as conversas conduzidas em campo com os 3 técnicos, 1 membro do Instituto Histórico Geográfico (IHG-Montes Claros) e 3 moradores de Montes Claros.

Duas outras conversas foram realizadas sem ter como recurso este roteiro. Uma delas aconteceu em Montes Claros com uma liderança do Sindicato Rural. Neste diálogo busquei entender qual era a finalidade do sindicato, como mediava a relação entre os ruralistas da região, e busquei coletar as informações e posicionamentos aqui presentes sobre conflitos por terra e a situação produtiva das empresas rurais a ele vinculadas. A outra conversa foi realizada por telefone, junto a um integrante do movimento de luta pela terra que liderou o Acampamento Recanto das Águias, que foi expropriado. Com esse diálogo busquei compreender melhor o contexto da disputa por aquele terreno, além de quem eram os mandantes das ações violentas e seus executores.

cidade. Busquei conhecer suas opiniões a respeito do momento político por eles vivido. Visitei o comitê de campanha de um dos candidatos à prefeitura de Montes Claros e acompanhei a concentração de uma carreta em apoio à sua eleição. Foi apenas na segunda ida a campo que efetivamente entrevistei a maior parte dos interlocutores até o presente momento desta pesquisa.

Ao todo foram 8 encontros presenciais possibilitados por um momento no qual já estava avançada a vacinação contra a COVID-19, e 1 telefônico. Durante estas conversas foram tomadas notas em um caderno de campo, com as quais busco estabelecer um diálogo, principalmente no capítulo 3. Para complementar o desenho que traço sobre o norte de Minas que deu origem à milícia Movimento Segurança no Campo, recorro a dados produzidos por pesquisas acadêmicas sobre a região, sendo algumas com foco específico em Montes Claros. Durante a realização da pesquisa, foi lançado em 2021 um Atlas da Questão Agrária Norte-Mineira, material fundamental na tessitura das considerações aqui apresentadas.

Organizo o texto a seguir de modo a apresentar a milícia Movimento Segurança no Campo, buscando esboçar alguns elementos do seu sentido como aparelho de repressão em um contexto de crise fundamental (Capítulo 1). Para caracterizar a movimentação que dá origem à milícia apresento no capítulo 2 alguns dos aspectos da ascensão dos radicalismos de direita no mundo, e no Brasil, neste último, com foco no protagonismo das forças militares e de setores do agronegócio na sustentação da extrema-direita. No capítulo 3 dialogo mais detidamente com as notas de campo e apresento algumas hipóteses a respeito da maneira como a crise fundamental do capital se apresenta nas relações no norte de Minas. Proponho uma análise que focaliza sobre elementos das categorias terra e trabalho para estabelecer alguns destes nexos. No capítulo 4 retomo a discussão sobre o sentido da violência da milícia como expressão da dominação social em um tempo de crise. Para isso recorro às proposições feitas por Ana Carolina Leite (2014) e pelo Grupo de Sexta (2022) para diferenciar o sentido da violência da milícia da violência do período coronelista, cuja associação é bastante comum. Ao fim, no apêndice, incluo algumas notas de campo, as quais, penso permitirem dar conhecimento ao leitor dos meandros por onde passou a investigação que (re)começa a partir daqui.

1 A MILÍCIA E O SENTIDO DA VIOLÊNCIA

“O triunfo desta sociedade é também a sua ruína”

MENEGAT, 2019, P.49.

1.1. Um aparelho de repressão ruralista no norte de Minas Gerais: a milícia do “agro”, Movimento Segurança no Campo



Figura 5 - Barraco de família que vivia em acampamento organizado por movimento Sem Terra é incendiado durante a desocupação. Acampamento Retiro das Águias, Capitão Enéas (MG), 2019.

Milícias no Mali, no Rio e no Haiti. Na República Democrática do Congo, no Pará e no Norte de Minas Gerais. Milícia étnica, milícia como modelo de gestão de negócios, milícia como método de controle fundiário. O que há em comum entre essas organizações que permita que sejam assim chamadas? A dificuldade de conceituar as milícias está exatamente nisso, já que em cada contexto essas organizações se apresentam de modo distinto e, não raro, são confundidas e/ou associadas a forças policiais oficiais de Estado.

Um estudo sobre milícias no Rio de Janeiro¹⁹ aponta algumas das características dessas organizações nos limites fluminenses. Os grupos armados são caracterizados pelos seguintes atributos: 1. Controle territorial; 2. Coações a moradores e comerciantes; 3. Atividades que visam lucro individual; 4. Comando a partir de agentes de segurança pública; 5. Cobrança de taxas obrigatórias a moradores e comerciantes. A atuação das milícias no Rio de Janeiro está diretamente ligada ao controle de territórios que são disputados, desde a sua origem, com o comércio de drogas exercido por grupos e facções consideradas criminosas. As milícias no Rio se constituem pelo antagonismo com o tráfico, embora possa em várias situações a ele se associar e se assemelhar.

Há definições clássicas como a maquiaveliana, por exemplo, segundo a qual milícia é o mesmo que tropas militares oficiais²⁰, não se fazendo distinção entre tropas oficiais vinculadas e subordinadas ao poder de um determinado Estado Nação e tropas hoje chamadas de *poder paralelo*. Embora cada contexto guarde suas características particulares, é possível dizer que as milícias organizam a violência, servindo como método de repressão que retroalimenta atividades paralelas (não formais e/ou ilegais) de dinâmicas econômicas socialmente determinadas. Sobretudo nas economias periféricas, onde o colapso desta sociedade suscita à emergência das mais diversas formas de economia de rapina, os métodos de repressão a elas associados comumente assumem a forma de milícias. Uma milícia que emerge na moderna sociedade produtora de mercadorias mantém diferentes níveis de relacionamento com o Estado, e para manter controle sobre os dominados utiliza de marcadores (que podem ser vestimentas, ou por caracteres étnico-raciais) que servem para separar seus membros da população em geral.

No Brasil a expressão mais desenvolvida de milícia se apresenta, sem dúvidas, no estado do Rio de Janeiro, onde entre 2006 e 2021 elas ampliaram seu território em 387,3% em relação a outros grupos armados²¹. Como expõe o Relatório sobre a Evolução das Milícias no Rio de

¹⁹ Relatório “A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]”, formulado por Ignácio Cano e Thais Duarte.

²⁰ O sentido de milícia empregado por Maquiavel é o mesmo de “conjunto de tropas militares”. A obra clássica da renascença não distingue as tropas que integram a ordem oficial das assim chamadas “ordens paralelas”. É provável que esta distinção tenha ganhado maior relevância na medida em que se consolidaram os ordenamentos militares nacionais integrados aos modernos Estados-Nação. O sentido de milícia que emprego aqui pressupõe que há uma diferença (ainda que cada vez menor) entre o monopólio da violência pelo Estado e os organismos de violência que se ligam a ele. Nesta sociedade as milícias estão estreitamente ligadas à dinâmica econômica global, embora em diferentes níveis a depender do contexto. Milícia e atividade econômica se retroalimentam.

²¹ “Entre o primeiro e o último triênio da série histórica que compõem o Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro, as milícias apresentaram um crescimento territorial de 387,3% nas áreas sob seu controle (de 52,60Km² para 256,28Km²) e populacional de 185,5% (de 600.813hab para 1.715.396hab). O aumento explosivo, em ritmo mais acelerado que os demais grupos, garantiu que as milícias passassem de 23,7% para 49,9% da área total controlada por grupos armados e de 22,5% para 38,8% da população.” Disponível em: <

Janeiro [2008-2011], os grupos são em geral compostos por policiais que fazem “bicos” fora do horário de trabalho, sustentando uma rede de extorsões por meio da oferta de serviços como TV a cabo, internet, gás e transporte alternativo. Assim como a milícia no Rio, que surge no entorno de agentes de segurança pública, novas modalidades de milícia têm surgido sobretudo em meio a conflitos por terra em áreas rurais do Brasil. Nestes casos, porém, diferentemente das milícias tipicamente urbanas, os agentes policiais não são os principais mandantes dos grupos armados, eles são mediadores e executores da repressão mobilizada por empresários rurais interessados em manter algum tipo de controle fundiário.

Originada da associação entre membros da Sociedade Rural de Montes Claros²², a milícia Movimento Segurança no Campo comanda ameaças e perseguições a acampamentos e comunidades ribeirinhas do norte de Minas Gerais. Os mentores do grupo negam fazer parte de uma milícia, argumentando que durante as incursões aos acampamentos e comunidades não portam armas, mas apenas uma bandeira do Brasil em punho. Apresento a seguir uma breve apresentação de algumas das mobilizações do grupo para que, a partir delas, possamos propor uma análise do sentido que tem a violência por eles personificada.

É de 2017 a primeira notícia da ação organizada de proprietários rurais contra movimentos sociais no norte de Minas Gerais. Logo no início do ano, em janeiro daquele ano, 150 famílias ocuparam um lote cuja propriedade estava em litígio judicial. Era o Acampamento Recanto das Águias²³ (FIGURAS 5 E 6), localizado nas imediações do município de Capitão Enéas. Três meses depois da entrada das famílias no terreno, muitos ainda se estabeleciam no local, quando, em abril de 2017, alguns ocupantes foram chamados para uma reunião na sede da fazenda. Mesmo sendo alertados do risco, e, não sem hesitarem antes, alguns deles se dirigiram até lá, buscando negociar as condições de permanência na terra. Foram, então, recebidos à bala por “capangas” da fazenda. Na ocasião, a família de Leonardo Andrade, à época apontado como suposto proprietário do terreno ocupado, alegou que não tinha vínculo

<https://fontesegura.forumseguranca.org.br/mapa-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/>> Acesso em 02 de abril de 2023.

²² A Sociedade Rural é uma associação de classe, representativa dos interesses de ruralistas do norte de Minas Gerais. A entidade é responsável pela organização de eventos agropecuários no Parque de Exposições de Montes Claros e atua em parceria com o Sindicato Rural, entidade de classe, cuja sede fica ao lado da sala da Sociedade Rural. O inquérito da Polícia Civil que investigou a atuação da milícia no norte de Minas apontou que foi na sede da Sociedade Rural que foi planejado o primeiro grande ataque com pistoleiros perpetrado pela milícia Movimento Segurança no Campo.

²³ Segundo relata um membro da Frente Nacional de Luta (FNL), a ocupação do terreno foi iniciada pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas depois a FNL assumiu a coordenação do acampamento.

com o conflito, e que os militantes haviam sido feridos por criminosos devido a uma disputa com traficantes de drogas. Depois desse primeiro episódio, segundo relata um entrevistado, parte das famílias se deslocaram para uma área próxima à fazenda, mas que aparentemente não pertencia mais aos limites da propriedade. Uma outra parte, ocupou a sede da fazenda durante dois meses.

Um segundo acontecimento violento marcou a história da ocupação 11 meses depois da entrada na terra, em março de 2018. Um caminhão-baú adentrou a área ocupada. Dentro dele, aproximadamente 20 homens armados. Ali, dispararam contra as famílias acampadas, caçaram lideranças, sendo sido uma delas espancada, ao final, seis pessoas ficaram feridas. O ataque deu início a uma investigação da Polícia Civil, que descobriu que o ataque foi planejado na sede da Sociedade Rural, localizada no Parque de Exposições de Montes Claros. O inquérito apontou Leonardo Andrade, a quem mais tarde descobriu-se ser um grileiro²⁴, como mandante da ação.

Foi esse o primeiro episódio de que se tem registro oficial da ação da milícia Movimento Segurança no Campo, na ocasião, em apoio ao suposto proprietário do terreno. Segundo informa o inquérito, no dia do ataque em que os cerca de 20 pistoleiros saíram de dentro de um caminhão-baú, foram pagos R\$ 400,00 para cada um deles. Uma das lideranças com quem conversei sugere que, além de pistoleiros vinculados a empresas de segurança, foram chamados para fazer o serviço, dependentes químicos em situação de profunda degradação, a quem chamou de “noiados da cidade”²⁵, que integraram o bando no ataque.

²⁴ O que se sabia até então era que o terreno, localizado no município de Capitão Enéas, de mais de 3 mil hectares havia sido arrematado pela empresa Soebrás em um leilão. O antigo proprietário, Leonardo Andrade, possuía dívidas com o Banco do Brasil, e devido ao não pagamento, teve seu contrato de compra do terreno suspenso. O litígio entre consignatários da terra e banco, entretanto, não impediu que Leonardo e seus familiares permanecessem instalados na fazenda, onde na época criavam gado e cavalos de raça.

²⁵ Expressão utilizada por um militante que integrou o movimento de luta que organizava o Acampamento Recanto das Águias. O entrevistado narrou que já havia sido ameaçado várias vezes por conta de sua participação no movimento e que, por sorte, não esteve presente durante o ataque ao acampamento. Se estivesse presente, segundo ele, como liderança que era, estaria correndo sério riscos de vida.



Figura 6 - Famílias do Acampamento Recanto das Águias, 2019 Fonte: CPT-MG

Entre janeiro e abril de 2018 a pressão pelo despejo foi elevada. Houve, neste meio tempo, um mandado de prisão para o (mais tarde descobriu-se) grileiro Leonardo Andrade. Em 18 de abril de 2018, uma semana depois da operação policial que havia revelado que a organização do ataque foi organizada pela milícia (à época intitulada “Paz no Campo”) outra fazenda foi ocupada pelo MST. A área, pública desta vez, estava localizada na Estrada da Produção, em Montes Claros²⁶.

Poucas horas depois da ocupação, os produtores rurais da região uniram-se na estrada que dá acesso à fazenda. Eles exigiam que as famílias abandonassem o terreno de cerca de 200 hectares que pertencia à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), empresa pública do Estado de Minas Gerais. Diferentemente do ataque violento da milícia ao acampamento, que havia acontecido no mês anterior, a mobilização não tinha como finalidade evitar que uma terra de interesse de grileiros fosse ocupada. O que estava em jogo ali era o ímpeto dos ruralistas de conter todo e qualquer tipo de ocupação de terras na região. Um dos integrantes da milícia chegou a manifestar que “não haveria um centímetro de terra a ser destinado para grupos de “sem-terra” no norte de Minas Gerais”. Foram empregados tratores,

²⁶ A Fazenda Bom Jesus fica a 44 quilômetros da fazenda Norte América, o percurso entre os dois terrenos pode ser feito por um veículo de passeio em uma hora. Ambas estão localizadas a norte do município de Montes Claros e a oeste de Capitão Enéas.

caminhonetes e outros tipos de veículos no bloqueio da estrada, impedindo a chegada de alimentos, materiais, móveis e possíveis apoiadores do movimento (FIGURAS 7 E 8).



Figura 7 - Lideranças do grupo Movimento Segurança no Campo, funcionários e apoiadores se reúnem diante da ocupação do terreno da CODEMIG pelo MST em Montes Claros, 2018 Fonte: CPT Minas



Figura 8 - Tratores bloqueiam Estrada da Produção para interromper a chegada de alimentos e apoiadores à área ocupada pelo MST, 2018. Fonte: CPT-MG

Segundo relatos de pessoas presentes durante a ocupação, com quem conversei em campo, ao longo de todo o dia as famílias foram impedidas de ter acesso aos seus pertences, e a itens de necessidade básica, como água e alimentos (FIGURA 9). Todos esses itens foram bloqueados pelos veículos posicionados no meio da estrada. Uma pessoa que esteve presente durante o ataque conta que as famílias passaram o dia todo ali nessas condições, enquanto do outro lado da cerca, os ruralistas faziam um churrasco abastado, regado a bastante cerveja.



Figura 9 - Famílias se posicionam do lado de dentro da área da CODEMIG, enquanto os ruralistas pressionam pelo despejo do outro lado da porteira, 2018 Fonte: Geanini Hackbardt / MST

Já se aproximava a noite quando os ocupantes foram informados pelos agentes de polícia de que pistoleiros estariam prontos para atacá-los e se encontravam posicionados na mata ao redor do terreno. Os próprios policiais recomendaram que os ocupantes “fossem para suas casas” antes que chegasse a noite, para evitar um ataque do grupo armado. Minutos depois, o acampamento foi desfeito. O relato da Comissão Pastoral da Terra sobre o momento da saída foi o seguinte:

Para evitar um massacre, as famílias Sem Terra do MST resolveram sair, sob escolta da PM, e ir para o Assentamento Estrela do Norte, do MST, em Montes

Claros. Milícia armada estava ao redor do Acampamento por todos os lados. Com tratores, os latifundiários e empresários bloquearam a rodovia Estrada da Produção e também o acesso ao Acampamento, impedindo assim a entrada de alimento, água etc.. Queimaram bandeira do MST e proferiram muitas ameaças. Filmaram e divulgaram em rede virtual da internet a bandeira do MST sendo queimada e ameaças sendo proferidas. Soltaram foguetes comemorando a saída dos Sem Terra da área e ameaçaram: “Não haverá mais ocupação de terra no norte de Minas Gerais”. Queimaram a bandeira do MST, soltando foguetes e ameaçando: “Põe fogo nesse trem, nessa porqueira de bandeira. Joga fogo aí. Traga gasolina. Põe fogo (repete várias vezes). Me dá o isqueiro. Chame a televisão para filmar aqui. Filme aqui agora. Olha o Brasil que nós queremos. O Brasil que nós queremos é esse: Brasil sem terra, livre dos Sem Terra. Esses vagabundos. A bandeira nossa é verde e amarela. Vamos exterminar essa cambada de Sem Terra. Olha lá, tá tudo caladinho. Grite agora, Sem Terra!” (CPT MINAS GERAIS²⁷)

Se interpretadas pelo viés psicológico, poderíamos dizer que as falas e os gestos dos ruralistas são, no mínimo, sádicos. Se pensarmos para além dos gestos pessoais, o ato de provocar as famílias famintas, sofrendo restrições durante todo um dia, não dizem somente sobre uma troca de símbolos limitada àquele momento presente. Tratava-se de uma posição que em última instância reforçava a subordinação daqueles que ocupavam aquela terra, e que não poderiam comer até que desistissem da ocupação. Impedi-los de comer era uma forma de reduzi-los à condição de “puros corpos”, que deveriam ter sua revolta pacificada, e, enquanto natureza, deviam ter seus impulsos submetidos e dominados de maneira produtiva (SCHOLZ, 2013, P.50). As sessões de humilhação e tortura são demonstrações do sadismo apenas do ponto de vista pessoal. Os métodos de subordinação servem para forçar o aquietamento diante da força da dominação social abstrata em sua personificação pelos ruralistas.

A “função produtiva” de que fala Scholz, neste contexto, não tem a ver necessariamente com a produção de coisa material por meio do trabalho. No caso da ocupação da terra pública, pertencente à CODEMIG, uma vez que não está em jogo a propriedade de uma porção de terra que seja de interesse imediato de grileiros e rentistas, é provável que o produto adquirido pela sessão de tortura e humilhação das famílias seja, por fim, simbólico. A demonstração de força torna inequívoca a primazia do capital naquela disputa de forças. Não importando o fato de não se tratar de uma propriedade privada, não importando os direitos básicos de acesso à alimentação e água, não importando a ausência de demanda judicial, aquelas vidas deviam se

²⁷ Disponível em: < <https://www.cptmg.org.br/portal/latifundiarios-cercam-e-ameacam-100-familias-sem-terra-do-mst-em-montes-claros-mg-urgente/> > Acesso em: 13 de novembro de 2021.

submeter a qualquer custo à ordem que os ruralistas da milícia representavam. Se não o fizessem, poderiam ser feridos e até perder a vida.

Dentre os xingamentos frequentemente ouvidos pelos ocupantes está a pecha de “vagabundos”, por demandarem a posse de uma terra que não foi conquistada por meio de dinheiro. O xingamento é orientado por um tipo de ética do trabalho que, mesmo sob o desaparecimento progressivo dele na sociedade, o conclama como critério para juízos pessoais. A quase totalidade dos ocupantes da terra são trabalhadores rurais, que atuam nas mais diversas atividades em paralelo, como na construção civil, e fazendo pequenos serviços. Pessoas de pele escura²⁸, em sua maioria, desprivilegiadas desde a formação básica, que atuam sobretudo no setor de serviços e prestando serviços para médias e grandes propriedades agropecuárias, pois necessitam trabalhar para sobreviver. Tal juízo ganha uma dimensão particular, que obnubila até o quase-desaparecimento das pessoas negras e pobres em suas lutas pelos restolhos de trabalhos precários na sociedade.

Municiados de suas características diferenças, marcadas, antes, pela cor, mas também por uma espécie de identificação superior com *o trabalho*, a milícia atua como administradora privada da ordem social, imputando para si a função de repressão daquilo que consideram representar a desordem. Assim, se organizam com a finalidade de conter com violência qualquer gesto de revolta daqueles que, despossuídos de terras e, portanto, demandantes de condições para a sua reprodução, se revoltam com a miséria sem solução e sem horizontes. Lado a lado, estão os agentes de segurança pública, cuja aparente omissão é justificada por uma crescente aproximação orgânica entre os membros da milícia e a esses agentes.

Poucos meses depois, em dezembro de 2018, o delegado responsável pela deflagração da Operação “Paz no Campo”, Renato Nunes Henriques, teve seu posto de trabalho transferido de Montes Claros (MG) para Janaúba (MG). O inquérito que ele havia aberto apontou Leonardo Andrade como responsável pelo ataque ao acampamento Recanto das Águias, assim como denunciou a rede de proprietários rurais que se organizou em auxílio a ele. Sobre o inquérito,

²⁸ Vale lembrar que a região norte de Minas Gerais abrigou durante todo o período colonial grupos de pessoas escravizadas que fugiam e encontravam nesta região outras formas de mediação com os senhores donos de terras. Marcadamente no vale do Gortuba, mas não somente, foram formados muitos quilombos e até os dias atuais a região do estado de Minas Gerais que mais concentra comunidades que demandam reconhecimento como comunidade quilombola (ANEXO A).

Leonardo Andrade afirmou em entrevista concedida no ano seguinte, que a operação havia sido orquestrada por policiais civis ligados a “deputados petistas”.

Enquanto Andrade é salvo por sua influência política, acusa seus inquisidores de possuírem interesses políticos. Em janeiro de 2019, o inquérito contra ele, aparentemente, havia sido suspenso. A justificativa apresentada era a de que o proprietário não teria condições de cumprir pena, pois estava fazendo tratamento para um câncer. Nessa mesma época, Leonardo Andrade apareceu no acampamento Recanto das Águias acompanhado de agentes da Polícia Militar. Na ocasião, eles pressionam pela saída das famílias, que se recusam mais uma vez a sair do terreno. Onze meses depois, no dia 10 de dezembro de 2019, sem que tivesse havido decisão judicial a ser cumprida pela Polícia Militar, as 50 famílias que, apesar das pressões, ainda ocupavam uma área de beira de rio adjacente à Fazenda Norte América, são expulsas da terra.



Figura 10 - General Mário Araújo conversa com policial em meio à estrada interditada pela milícia, CPT 2019;

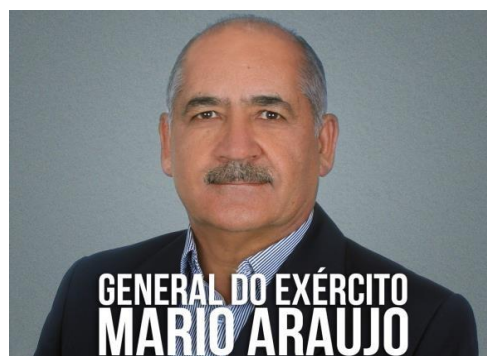


Figura 11 - Foto retirada do site “Aconteceu no Vale” para divulgar a indicação do general como Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, ocorrida em dezembro de 2018

O despejo foi presenciado pela equipe de reportagem da ONG Repórter Brasil, que na ocasião conversou com a representante do Movimento Segurança no Campo presente junto dos policiais militares que forçavam o despejo. À reportagem, Virgínia Tofani ²⁹ menciona espontaneamente o general Mário Araújo (FIGURAS 10 E 11). Afirma com entusiasmo que ele

²⁹ A representante do Movimento Segurança no Campo que participou do despejo tentou um cargo na eleição de 2018, por sua vez, como deputada estadual pelo Partido Social Liberal (PSL). Ela tem 58 anos, possui ensino médio completo, se declara branca, empresária, mas não informou sobre seus bens. Também não informou seus gastos durante a campanha, tendo sido autuada pela Justiça Eleitoral por esse motivo. Recebeu pouco mais de 600 votos e, assim como Mário Araújo, não foi eleita.

é um dos interlocutores do grupo de proprietários rurais que atua no norte de Minas para “evitar invasões” nas áreas de “insegurança no campo”.

Presente na desocupação da Fazenda Bom Jesus, pouco tempo depois o general Mário Araújo se tornou figura determinante para os rumos da ação do grupo. O militar de carreira Mário Lucio Alves De Araujo, de 67 anos, é montesclarese, declara-se branco³⁰ e formou-se na mesma turma que o ex-presidente Jair Bolsonaro, na Academia Militar das Agulhas Negras. Em 2018 concorreu às eleições para o cargo de Deputado Federal pelo Partido Social Liberal (PSL), quando declarou à justiça eleitoral possuir R\$ 1.103.617,00 em bens. O general não foi eleito. Em 2022 ele concorreu novamente para o mesmo cargo, porém, agora por outra sigla, o Partido Republicanos³¹.

Em janeiro de 2019, oito meses depois do episódio de violência na Fazenda Bom Jesus³², o general foi convidado para assumir a Secretaria de Segurança Pública, indicado pelo recém-empossado governador Romeu Zema. Ao indicar um ex-colega de academia militar o primeiro governador eleito pelo Partido Novo fazia uma sinalização evidente ao também recém-eleito Jair Bolsonaro: a Segurança Pública do Estado de Minas Gerais estava “fechada com o presidente”. Esse gesto foi bastante significativo e suas implicações afetaram diretamente a força de articulação do Movimento Segurança no Campo nos anos que seguiram. Explicita-se nele o arremate institucional que estreitou a cumplicidade entre o poder policial oficial do Estado e a milícia do Movimento Segurança no Campo.

No mesmo dia da operação na Fazenda Recanto das Águias, o Diário Oficial do Estado registra remoção do delegado Renato Nunes Henriques, que é promovido de delegado em Janaúba para chefe do 19º Departamento de Polícia Civil de Sete Lagoas (MG). Publicada a movimentação, o delegado perdia a jurisdição no norte de Minas Gerais exatamente no mesmo dia em que ocorreu o despejo da comunidade atacada por Leonardo Andrade.

Diferente dos ataques anteriores, no dia do despejo não foi registrada a presença de pistoleiros. Sem mandado de reintegração de posse, os agentes da Polícia Militar, tendo em sua

³⁰ Acesso em 19/09/2022: <<https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/2022/candidatos/mg/deputado-federal/general-mario-araujo/1070/>>

³¹ Entre as pautas que defende em seu projeto eleitoral, a campanha do general defendeu a família, ser contra a “ideologia de gênero”, diz ser favorável à revisão da atual legislação ambiental, do direito constitucional de legítima defesa, da caça esportiva e do colecionamento de armas. Pautas que ao longo dos últimos anos se unificaram em torno do projeto de extrema-direita então representado pela figura de Jair Bolsonaro.

³² Acesso em 20/09/2022: <<https://reporterbrasil.org.br/velhochico/inseguranca-no-campo>>

companhia a liderança do Movimento Segurança no Campo – que no vídeo disponibilizado pela reportagem aparece em contato direto com outras autoridades policiais (FIGURA 12) – garantiram a desocupação imediata do acampamento que já durava quase 03 anos.



Figura 12 - Liderança do Movimento Segurança no Campo fala ao telefone durante despejo forçado do Acampamento Recanto das Águias, Capitão Enéas, 2019

As estratégias empregadas pela milícia do norte de Minas encontram semelhanças com as que vem sendo denunciadas em outras localidades do país. O contexto de emergência e os nexos com a institucionalidade, porém, conferiram a esse grupo de ruralistas forças para que atingissem seus objetivos mais amplos, que consistiam na desmobilização da rede de movimentos “sem terra” existente na região. Em alguns casos, como no da fazenda Norte América (APÊNDICE I), as expropriações tinham a finalidade de deixar as terras em condições para que fossem griladas. Em outros, a disputa é simbólica e representa um projeto que não diz respeito apenas aos interesses daquele grupo, mas com uma identificação nacionalista que foi nutrida ao longo dos últimos anos no seio da extrema-direita. Portanto, não são apenas interesses econômicos diretos que motivam os ruralistas que fazem parte da milícia. O conteúdo da violência promovida pela milícia também tem uma estruturação psicossocial (SCHOLZ, 2013), que tece a dominação do sistema em fim de linha por uma trama que é costurada por gestos sádicos e elementos de racismo.

Embora neguem o uso do termo milícia, a combinação entre emprego de métodos de coerção, ainda que sob contratação de terceiros, com a função de por meio destes sustentar

interesses econômicos próprios (ou de algum membro do grupo), associada ainda à aproximação com instituições de Estado, permite que o grupo seja, de fato, reconhecido como uma milícia. Não como uma simples associação entre produtores rurais, ou um grupo de extermínio, mas, como uma milícia. A união de ruralistas do norte de Minas Gerais que gesta e dá a luz à milícia do “agro” norte-mineira nasce como fruto de um processo de aumento das formas de repressão em nosso próprio tempo, que é de crise.

A aproximação entre agentes que personificam o controle da terra, e agentes de Estado, que representam o monopólio da violência por parte das instituições, não é atípica, ela já ocorreu antes. Entretanto, a simbiose entre milícia, donos de terras e forças oficiais de Estado se assemelhe na aparência, por exemplo, ao que foi descrito para um momento inicial da acumulação do capital, quando os chamados jagunços, estavam subordinados aos coronéis, é preciso diferenciar os dois momentos. O momento de desenvolvimento das forças produtivas do capital em que emerge a milícia Movimento Segurança no Campo é caracterizado pela desmobilização de “recursos e força de trabalho” (SCHOLZ, 2019). Sob os altíssimos níveis de produtividade do momento do capitalismo de crise, diferentemente do capitalismo inicial (cujo nível de produtividade é relativamente baixo), “recursos e força de trabalho” são descartados. A condição de descarte e dispensabilidade da força de trabalho, como veremos, é determinante para que possamos pensar sobre o sentido social da violência personificado pela milícia.

1.2. O asselvajamento dos aparelhos repressivos em uma democracia de “fim de feira”

A articulação de um governo policialesco do desmoroamento social, com a estruturação de uma economia de pilhagem que funcionou tanto ao nível macroeconômico, como no cotidiano das classes populares e, cada vez mais, também das médias, foi um limite do processo de redemocratização e uma fraqueza do poder constituinte da sociedade brasileira após 20 anos de arbítrio militar. (MENEGAT, 2019)

Desde o final da década de 1980 o anseio civilizatório no Brasil passou a se vincular estreitamente à carta magna da Constituição Federal. A sociedade que lutou para enfim se ver regida por um texto democrático, experimenta desde então a contradição de se lançar como democracia de mercado justamente no fim de linha do sistema mundial produtor de mercadorias. É como um feirante que chega com frutas e verduras frescas já no fim da feira. O “fim de feira”, entretanto, não pode ser explicado pelo esgotamento das necessidades de ofertantes e demandantes. As frutas e verduras estão ali, os antes feirantes, acolá, as suas bancas abarrotadas de itens, mas uma força sensível-suprasensível [*sinnlich übersinnliche*] interrompe a feira. De modo quase-mágico, quase-todos são impedidos de acessar as frutas e verduras que estão ali, sob pena de morte ou longa reclusão. Quem garante que o código da feira seja seguido encontra-se fortemente armado, e é muito bem pago pelo serviço – com a xepa. O feirante frustrado que chega no seu fim, encontra seus concorrentes mergulhado nos produtos que pretendiam vender, os compradores, por sua vez, de mãos vazias e famintos, e, ao mesmo tempo, proibidos até de tocar naquilo que está sobre as bancas.

É em meio a um ascendente processo de “crise geral do sistema produtor mundial de mercadorias” (KURZ, 2015), em curso desde a década de 1980, que a democracia de mercado brasileira tentou se consolidar. A terceira revolução industrial é considerada a principal disparadora desta crise de proporções mundiais. Desde então, um processo de corrosão interna vem solapando as bases do sistema de valorização do valor, força motriz e fim último da forma social capitalista.

Diante da impossibilidade de expansão dos mercados, o capital passa a criar condições para eliminar o trabalho dos processos produtivos. O estímulo à automatização, que resultou nos atuais altos graus de desenvolvimento da microeletrônica, levou à expulsão massiva da

força de trabalho da produção. A partir de então o capital se desfaz de “sua própria ‘substância-trabalho’” (IDEM, P.22), força motriz do sistema de valorização de valor – e, portanto, propulsora da condição fundamental de acumulação de capital. Indivíduos antes identificados na relação capital-trabalho como “trabalhadores” são mergulhados em um oceano de incertezas, sem trabalho fixo, vivendo de “bicos”, em atividades precárias, e cada vez mais dependentes de programas de transferência de renda.

A expulsão progressiva do trabalho dos setores produtivos, e o efeito de degradação das condições gerais da vida humana, dela decorrente, materializam-se de modo particular de acordo com as condições estabelecidas de desenvolvimento do capital. Na metrópole, a fuga de capitais para a “superestrutura financeira” (KURZ, 2015, P.40) e o desemprego estrutural são as marcas mais evidentes do colapso econômico. Na periferia, regiões mundiais inteiras são varridas ainda mais rapidamente por estarem “aquém dos padrões da lógica do capital” (idem). A tendência de concentração de capital cria ilhas de valorização, ao mesmo tempo em que economias periféricas são anuladas pelo mercado mundial.

Os efeitos desse processo foram experimentados ao longo dos trinta anos que sucederam à promulgação constitucional no Brasil em 1988. Seus resultados foram acelerados sob a pandemia da COVID-19. Pouco mais de trinta anos depois do marco constitucional, em outubro de 2020, passados sete meses desde o início da pandemia mundial causada pelo vírus da COVID-19, o Brasil atingia a marca de 14 milhões de desempregados³³. Cerca de 33% a mais do que tinha em maio do mesmo ano³⁴. Desde então, a renda das famílias decaiu profundamente³⁵, e uma parte crescente das pessoas passou a depender de auxílios fornecidos pelos governos estadual e federal³⁶. A decadência das condições de sobrevivência foi acentuada com a pandemia da COVID-19, embora o cenário anterior já fosse de muita precariedade.

33 A expectativa é de que a taxa de desemprego fique em torno de 9% em 2023. Em 2021, a taxa média de desemprego foi de 13,2%, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e de 13,8% em 2020. 19 de jan. de 2023

34 Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghtml> > Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

35 Disponível em: < <https://exame.com/economia/21-das-familias-mais-pobres-estao-sem-renda-na-pandemia-diz-diagnostico/> > Acesso em: 13 de fevereiro de 2023. > Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

36 Durante o período da pandemia da COVID-19 as diferentes instâncias do poder foram mobilizadas de modo a fornecer meios para compensar o decaimento da renda das famílias que tiveram de interromper suas atividades profissionais devido ao isolamento. Em abril de 2020 foi sancionada a lei 13.982 que criou o Auxílio Emergencial do Governo Federal, transferindo R\$ 600,00 para famílias em situação de vulnerabilidade em todo o Brasil. Dezoito meses depois foi criado o Auxílio Emergencial do Estado de Minas Gerais destinado às famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 por mês inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais). Até dezembro de 2020 o Governo Federal redirecionou R\$ 275 bilhões aos beneficiários. Um ano depois, o

Sob o governo de Jair Bolsonaro, as políticas de gestão da barbárie (MENEGAT, 2019) empregadas no período de ascensão lulopetista foram descontinuadas e/ou substituídas por outras mais pontuais e de menor efeito sobre as camadas populares. A criação de um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 destinado às famílias de baixa renda não impediu que cenas como a “fila do osso” (FIGURA 13) ocorressem nas ruas de várias cidades brasileiras. Apontando para o nem tão surpreendente fato de que, apesar dos grandes esforços dos governos petistas com essa finalidade, a superação definitiva da fome não poderá ser assegurada pelos meios empregados. Evidencia, ainda, a lógica inerente ao capital, diante da qual as necessidades humanas são apenas um meio da própria realização, e, que, portanto, a factualidade da fome não é muito mais do que uma variável equacional da administração estatal da miséria.



Figura 13 – Vivendo sob a alta no preço dos alimentos, em especial da carne, pessoas disputam ossos rejeitados pelos açougues no Rio de Janeiro - Foto: Folha de São Paulo

Em 2021, com a eclosão da pandemia da COVID-19, a demanda por serviços públicos para atender às vítimas da doença cresceu. A regra civilizatória de “não deixar morrer” antagonizou-se com aquilo que foi defendido pela liderança política federal. No limiar que

Governo do Estado de Minas Gerais direcionou em mais R\$ 270 milhões para as famílias mineiras. Alguns municípios, como Belo Horizonte, chegaram a criar programas semelhantes que redirecionaram renda, mas também cestas básicas às famílias necessitadas.

explicitou a insustentabilidade da ideia de civilização até então amplamente defendida – sobretudo pelo campo político progressista –, os aparelhos de Estado não foram empregados senão para “preservar as melhores condições de restabelecimento e continuidade do mecanismo de acumulação de capital” (MENEGAT, 2020). Durante a pandemia da COVID-19, a “massa de miseráveis” produzida aos montes pela explicitação da crise fundamental na periferia precisava ser contida por um motivo:

Esse mesmo sistema, que agora se entenece por instantes, poucas horas atrás dava prosseguimento a sua política de desmonte total dos sistemas públicos de saúde. As massas de miseráveis supérfluos que o capitalismo produz já há muito sabem que, para ele, as suas vidas não valem nada e, agora, se merecem algum cuidado, é para que seus corpos famélicos não sirvam de propagador do vírus. (MENEGAT, 2020)

Simultâneo ao ímpeto de “salvar vidas”, propagado pela Organização Mundial de Saúde, o impulso de descarte foi admitido e amplamente praticado pela política sanitária do Estado brasileiro durante a pandemia. Sobre aqueles que se encontravam já antes dela no limite da sobrevivência, recaía com mais força o peso do desmonte dos sistemas públicos de saúde e dos mecanismos de assistência, sobrecarregados pela demanda causada pela emergência sanitária.

Revela-se nas enfermarias nesse momento uma imagem (nem tão) distópica: diante da sobrecarga dos hospitais, equipes médicas tiveram de escolher, entre os enfermos, aqueles que teriam chances de sobreviver, daqueles cujas vidas seriam descartadas. A “medicina de guerra”³⁷ aplicada durante a pandemia fornece a imagem-síntese do limiar em que se encontra a crescente massa que ousa reivindicar as benesses da democracia de “fim de feira”. Em um punhado de meses, 600 mil delas foram colocadas entre a vida e a morte e, nessas condições, a morte as venceu sem enfrentar grandes desafios.

A institucionalização da morte é consequência de um processo de asselvajamento dos aparelhos de repressão (KURZ, 2015; SCHOLZ, 2019), que emerge como resposta estatal às consequências da crise. Diante desse processo, o aparato estatal assume frequentemente a função de contenção das massas em fúria diante de suas crescentes e humilhantes necessidades. Uma demonstração da radicalidade do asselvajamento assumida pelas instituições durante a pandemia da COVID-19 ocorreu quando o Ministério da Saúde, junto da prefeitura da capital

³⁷ Fonte: < https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/07/05/interna_gerais,1278867/medicina-de-guerra-medico-expoe-luta-da-rotina-das-utis-na-pandemia.shtml > Acesso em: 13 de novembro de 2022.

amazonense, tentou atingir a “imunidade de rebanho” na cidade de Manaus, assumindo, assim, a necessidade da morte³⁸ como método de gestão da barbárie agudizada durante a pandemia. Entre abril e maio de 2021, a capital foi exposta à máxima supressão de serviços de saúde em meio ao colapso do sistema, com a finalidade de servir de laboratório para testar a hipótese defendida pelo governo de que, se a maior parte da população fosse infectada pelo vírus, a doença reduziria a sua capacidade de propagação. Após terem o acesso ao oxigênio³⁹ negado pelo ministério, mais de 120 manauenses passaram a morrer por dia (FIGURA 14).

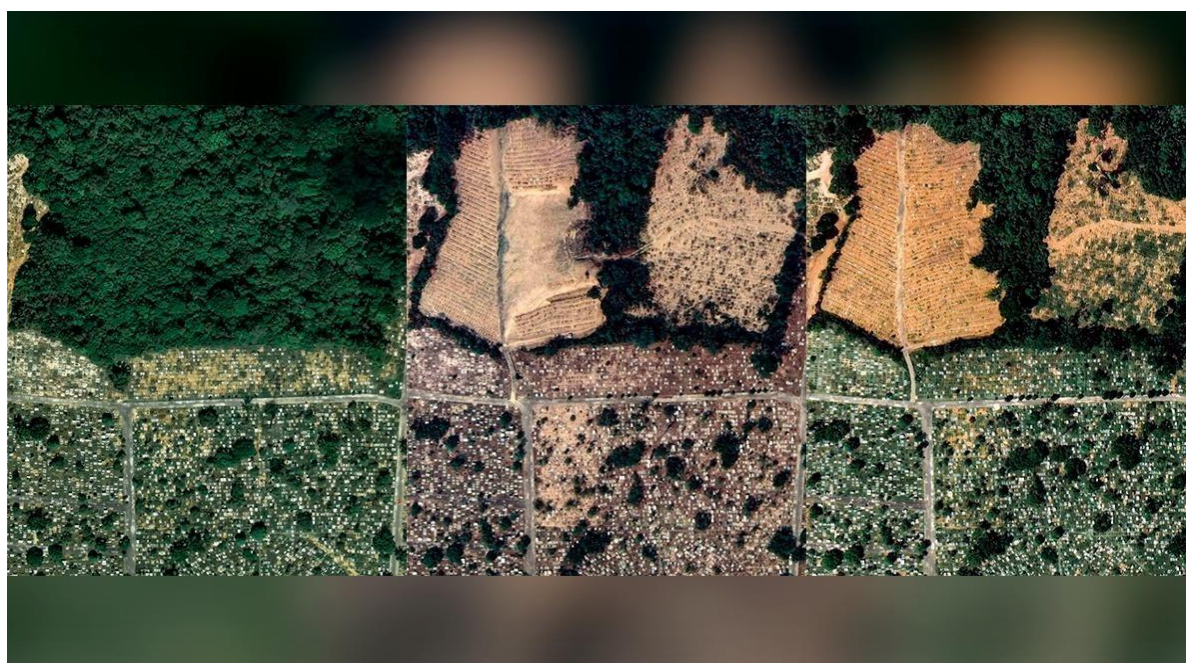


Figura 14 - Comparação de três imagens aéreas do maior cemitério de Manaus. A área ocupada aumentou depois da crise do oxigênio provocada pelo Ministério da Saúde. Imagens: Adriano Liziero/ Geopanoramas

Três décadas depois do marco civilizatório proposto a partir da reabertura democrática, as condições de vida na sociedade brasileira demonstram a consolidação da barbárie como método da economia política (MENEGAT, 2019). A trágica “fila do osso” não deixa escapar a indignidade com que vivem os pobres de uma sociedade cuja força de trabalho se torna crescentemente desnecessária. A “crise do oxigênio” em Manaus radicaliza o sentido do descarte, além de tornar explícito que, bastando que a morte se torne uma necessidade para o

38 Fonte: < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/05/vice-do-amazonas-diz-que-politica-de-imunidade-de-rebanho-apoiada-por-bolsonaro-levou-manaus-ao-colapso.shtml> > Acesso em: 13 de novembro de 2022.

39 Item fundamental no tratamento das crises respiratórias causadas pela doença.

capital, o Estado pode facilmente dispor das condições de eliminação dessas massas supérfluas, com o bônus de ser capaz, inclusive, de autolegitimá-las. Essa função de eliminação é ainda mais evidente nas periferias, onde os chamados “autos de resistência” são produzidos por forças policiais a torto e a direito, mormente tendo como vítimas negros e pobres que ali vivem. A diferença é que ali são as secretarias de segurança pública as instituições responsabilizadas pela violência e pelas políticas de morte, aqui, estamos falando de setores da saúde que também passam a assumir a tarefa de descarte de massas crescentes de seres humanos.

A acelerada corrosão das economias que naufragam em um oceano de desvalorização do valor tem como consequência direta a dissolução dos aparelhos de Estado. Nas regiões já submersas, isto ocorre num duplo golpe: os serviços públicos desaparecem e os aparelhos repressivos asselvajam-se. O Estado na periferia do colapso global se encarrega cada vez mais da repressão das massas de pauperizados pelo sufocamento das suas condições de reprodução. A institucionalização da morte é consequência de um processo de asselvajamento dos aparelhos de repressão (KURZ, 2015; SCHOLZ, 2019) que ascende diante da crise. Embora a brutalidade dos fatos assuste, não é a radicalidade dos métodos de descarte humano que os caracteriza como próprios de uma *economia política da barbárie*, mas é a frequência com que ocorrem, firmando práticas necessárias “para que tudo não desmorone” (MENEGAT, 2019, P.119). Diante da irreversibilidade da crise fundamental do sistema produtor de mercadorias, não é absurdo imaginar que experiências radicais como estas podem se multiplicar.

Na democracia de “fim de feira”, a forma asselvajada dos aparelhos repressivos parece entrar em contradição com uma ideia de democracia que tem como referência um funcionamento idealizado desse sistema nos países industrializados. A incompreensão do modo particular como as economias periféricas se inserem no mercado global, como veremos, impede que se reconheça a sujeição da ordem política à voracidade dessa dinâmica de mercado, a qual, em tempos de colapso, passa a corroer as próprias bases.

O alargamento das funções repressivas, porém, não se restringe ao Estado, ao lado de agentes institucionais, multiplicam-se grupos de poder paralelo como milícias e grupos de extermínio. Difundem-se e têm seus métodos de contenção das convulsões sociais complexificados. Assim, mantém “a rapina e o saque” como “práticas da esfera econômica da vida social” (MENEGAT, 2019, P.119). A velocidade com que esta tendência se difunde sobretudo do lado de fora das “ilhas de valorização” (KURZ, 2015) demonstra que, se a barbárie não pode ser contida pela repressão, ela pode, sem dúvidas, ser acelerada por ela.

2 O SENTIDO DA DOR

“E todos eles se sentiam presos a uma armadilha mais poderosa que eles próprios.”

(STEINBECK, 2022, P.40)

2.1. Aspectos do novo radicalismo de direita⁴⁰ e a agromilícia norte-mineira Movimento Segurança no Campo

A eleição de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) para a presidência da República favoreceu a articulação miliciana Movimento Segurança no Campo em vários níveis. Desde a facilitação ao acesso de armas por meio dos vários decretos editados, seja pela interferência direta de integrantes da administração pública em seu favorecimento. As ações do grupo se alinham estreitamente com a onda de organização da extrema-direita que ajudou a eleger esse projeto em 2018. Mas o que deu esteio a esse projeto não foi apenas um movimento de base local. Em todo o mundo, essas mobilizações seguem um padrão que mais recentemente vem sendo identificado como *alt-right*, uma abreviação para “*alternative-right*”, ou, direita alternativa, o qual é marcado por concepções ultranacionalistas e ultraconservadoras a respeito de temas como “gênero, sexualidade, masculinidade, antisemitismo, raça e inteligência, globalização e cultura, bem como sobre o uso próprio da violência” (HERMANSSON *et al.*, 2020).

A *alt-right* ganhou expressão na última década nos Estados Unidos como ramo radical de extrema-direita, tendo se consolidado enquanto campo político que cultiva o supremacismo branco, que é simpático aos ideais nazi-fascistas (FIGURA 15). A ascensão desse movimento foi coroada com a eleição de Donald J. Trump, que surfou na onda supremacista, como 45º presidente da República (2017-2021). Os ideais da *alt-right* estadunidense, entretanto, não se

⁴⁰ O título é inspirado em obra homônima de Theodor W. Adorno, publicada no Brasil em 2022. O texto é referência importante para a qualificação do fenômeno aqui exposto, o qual será analisado a partir dos elementos particulares que conectam e diferenciam a extrema-direita brasileira desses movimentos que tem emergido em várias partes do mundo.

restringem à nação que lidera o ranking de países com mais armas por cidadão⁴¹. O crescimento de partidos de orientação nazifascista e de figuras políticas à direita como Giorgia Meloni⁴², na Itália, e Marine Le Pen, na França, expõem que fascismo e nacional-socialismo dormem (e acordam) no mesmo berço das modernas democracias europeias.

O radicalismo de extrema-direita da *alt-right* teve início nos Estados Unidos em fóruns virtuais compostos por usuários anônimos, sendo as redes sociais meios fundamentais de organização desses grupos. No Brasil, entre outros fatores, as redes sociais foram decisivas para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018. Foi também a partir das redes que o grupo de ruralistas Movimento Segurança no Campo foi formado e se organizou, mantendo em contato ruralistas do norte de Minas engajados no combate às ocupações de terras. Um caminho comum alçou Jair Bolsonaro ao poder e, em simultâneo, chocou o ovo da serpente entre os ruralistas do norte de Minas Gerais.

Na periferia do mercado mundial, a extrema-direita encontrou campo fértil no Brasil para crescer e também conquistar o espaço político-institucional. Surfando uma onda semelhante à emergente nos EUA, a extrema-direita no Brasil demonstrou grande força no meio virtual, com adeptos engajados em grupos de *Whatsapp*, *Telegram*, *no Twitter*, *Instagram* e *no Facebook*. Entretanto, o tecido social diverso propôs algumas adaptações. No Brasil esse movimento contou com o engajamento determinante de militares das forças armadas e agentes de segurança pública que sustentou sua ascensão e garantiu a sua permanência no poder.

41 Disponível em: < [https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/05/27/ranking-paises-armas-de-fogo-civis.htm#:~:text=Ranking proporcional%3A,cada grupo de 100 habitantes](https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/05/27/ranking-paises-armas-de-fogo-civis.htm#:~:text=Ranking%20proporcional%3A,cada%20grupo%20de%20100%20habitantes) > Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

42 Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-crescimento-da-extrema-direita-na-europa-nos-ultimos-anos/> > Acesso em 13 de fevereiro de 2023.



Figura 15 - Manifestantes carregam bandeiras confederadas e nazistas durante a manifestação "Unite the Right" em Charlottesville, VA. (Sipa via AP Imagens)

Os primeiros indícios de que um movimento de direita se formava no Brasil começaram nas manifestações ocorridas em 2013, quando as ruas de várias capitais do país foram tomadas em protestos motivados pela realização da Copa das Confederações. Até aquele momento os protestos tinham pautas diversas e aglutinavam questionamentos de movimentos organizados à esquerda e aqueles que eram a eles críticos, contrários ao uso de bandeiras, que depois foram ficando conhecidos pela caracterização nacionalista de uso da bandeira nacional e das cores “verde e amarelo”.

A partir de 2014, as manifestações tipicamente à direita cresceram na esteira da Operação Lava-Jato, fazendo ascender pautas como o “combate à corrupção”, “a defesa do armamento civil”, e, não raro, cogitando a necessidade de uma “intervenção militar”. Com esses elementos e pautas foi municida a recém-inventada “consciência patriótica” (BONIFÁCIO, 2017) da extrema-direita brasileira. A projeção de um sujeito moralmente superior orientava as massas que então passaram a arrogar com violência para si um sentido patriótico manifesto no emprego das cores da bandeira nacional (FIGURA 16).



Figura 16 - Manifestantes vestidos com as cores da bandeira exibem em suas camisas o rosto e os nomes de seus heróis: Jair Bolsonaro e Sérgio Moro. Ao fundo, um super-homem inflável. Fonte: Portal UOL, por Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR)

Rapidamente o movimento de caráter regressivo cresceu, passando a ganhar as ruas e demonstrando forte adesão de indivíduos pertencentes a camadas sociais diversas. Talvez um dos primeiros grandes sinais de que algo fugia seriamente do idílico democrata até então projetado sobretudo em meio à esquerda brasileira, que havia vencido todas as últimas quatro eleições, tenha sido a articulação empresarial-parlamentar que culminou no afastamento definitivo de Dilma Rousseff em 2016. Não há dúvidas que a insurgência de extrema-direita como força política também influenciou nesse processo⁴³.

Além do discurso de combate à corrupção, desde 2013 uma das pautas mais fortes na extrema-direita no Brasil tinha como mote o combate à criminalidade. O debate colocou

⁴³ No sintomático 17 de abril de 2016 – dia em que a maioria da câmara votou a favor do impeachment de Dilma Rousseff – o então deputado Jair Bolsonaro, militar da reserva, homenageou um militar no discurso que antecedeu ao seu voto favorável ao afastamento. O agente homenageado era um conhecido torturador do regime militar, cuja lista de vítimas incluía a própria presidenta cujo afastamento estava sendo votado. O gesto foi apenas uma das demonstrações da afinidade que Bolsonaro tentava fazer com os comandos militares, que até pouco o rechaçavam devido aos seus conhecidos atos de intolerável insubordinação. Era também, uma amostra singela das inúmeras ocasiões de sua carreira política em que o militar da reserva fez coro ao uso da força bruta contra quem a ele usasse se opor.

militares e agentes de segurança pública em relevo, os quais passaram a ser tratados como heróis esquecidos, os quais, segundo argumentavam, deveriam legar maior protagonismo no jogo político nacional, o qual estaria dominado por “bandidos”. O militarismo policial, aponta Feltran (2020), é um dos elementos-chave dos movimentos contestatórios que tem caracterizado a ascensão de movimentos de direita em todo mundo.

O protagonismo militar entrou em grande ascensão assim que, sob o governo de Michel Temer, foi decretada uma intervenção federal⁴⁴ no estado do Rio de Janeiro. Assinada no início do ano de 2018, determinou o deslocamento de uma ampla infraestrutura militar para o estado, o que ofereceu grande palco midiático às forças militares e às forças de segurança pública durante todo o ano eleitoral. A determinação, assinada pelo então presidente Michel Temer, foi apenas o primeiro capítulo de uma longa história recente de ampliação do protagonismo militar sobre o poder político central.

Os militares que, com a intervenção, conseguiram se manter na mídia ao longo de todo o ano que antecedeu as eleições de 2018, produzindo, no mínimo uma grande propaganda militarista difundida por todos os canais, não demoraram a receber a sua parte na fatura eleitoral. Prova disso é que, em fevereiro de 2019, pouco mais de um ano depois da intervenção, o próprio general Braga Netto, responsável pela intervenção no estado do Rio de Janeiro, foi convidado para assumir o Ministério da Casa Civil, após a saída do então ministro Ônix Lorenzoni. Ao longo dos anos de governo o número de militares em cargos de civis triplicou. Estima-se que no ano de 2022 cerca de 1.085 postos do governo federal foram ocupados por militares em ministérios como o da Saúde, da Educação e do Meio Ambiente.

Segundo o jornalista Fábio Victor (2022), que estudou as movimentações recentes das forças armadas, desde a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, a cúpula militar se mostrava insatisfeita com o esforço de vasculhar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar. A insatisfação com as descobertas do órgão se somou à onda “antipolítica” que crescia ao mesmo tempo em que se transformava em uma onda “antiesquerda”. Em 2014, o relatório da comissão apontou o nome de 377 agentes da repressão, acusando-os de terem cometido crimes durante a ditadura civil-militar. esse contexto favoreceu

⁴⁴ Em agosto de 2018, o jornal Folha de São Paulo explicava em que consistia a intervenção – que ainda gerava dúvidas se devia ser chamada de “federal” ou “militar”: “Na prática, as polícias, os bombeiros e o sistema penitenciário estão sob o comando federal, que nomeou interventor o general Walter Souza Braga Netto, do Exército.”. Fonte: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/intervencao-federal-no-rj-faz-6-meses-entenda-o-que-aconteceu-ate-agora.shtml> > Acesso em 17 de dezembro de 2022.

o apoio de setores militares a Jair Bolsonaro. Isto, somado ao “histórico anticomunismo dos fardados achou guarida e se renovou, estimulando que militares zangados com Dilma e entusiasmados com Temer avalizassem Bolsonaro contra a ‘onda vermelha’.”.

Em simultâneo, a alta mobilização do regressivo movimento “verde e amarelo”, afinadíssima ao ritmo tocado pela banda militar durante a intervenção, exigia-se maior o combate à criminalidade, inflamava a pauta da segurança pública sob o lema moral “bandido bom é bandido morto⁴⁵”. Contensão de gastos sociais, encolhimento da capacidade do Estado de gestão das crescentes necessidades de uma população pauperizada, aumento da demanda e das intervenções bélicas de órgãos de segurança pública, naturalização da morte como solução de conflitos sociais – expressões de um processo de crise, cujo discurso nacionalista é resposta caricata à crescente impotência das camadas médias.

A candidatura de Jair Messias Bolsonaro subiu o tom da sinfonia tocada pelos instrumentos militares, colando no militarismo ascendente, como solução para os problemas apontados pelos movimentos de extrema-direita. Desde então, a tensão apenas subiu. As expressões de violência se complexificaram ao longo dos últimos anos e se organizaram em torno de várias frentes, então articulado em torno do presidente eleito.

⁴⁵ “Bandido bom é bandido morto!” foi o slogan de sucesso da campanha eleitoral utilizada por José Guilherme Godinho, o Sivuca, quando Delegado de Polícia do Rio de Janeiro, para se eleger em meados da década de 80 (1986) Deputado Estadual, sendo que os postes públicos no centro do RJ tinham cartazes com esse slogan, como pude constatar pessoalmente. Disponível em: < <https://emporiododireito.com.br/leitura/bandido-bom-e-bandido-morto-uma-frase-da-decada-de-80-que-renasce-como-ditado-popular> > Acesso 21/03/2023



Figura 17 - Manifestantes de extrema-direita utilizam bandeira do Pravy Sektor (setor direito), grupo de direita ucraniano que defende o ultra-nacionalismo, o conservadorismo e a ideia de nação única. A manifestação ocorreu na Avenida Paulista em junho de 2020.

Em estudo sobre esta onda no Brasil, Gabriel Feltran (2020) aponta semelhanças de origem e de princípios entre movimentos que emergiram em outras partes do mundo. Um dos traços genéticos – que ironicamente Feltran apelida – da “revolução que estamos vivendo”⁴⁶ tem a ver com ascensão ao protagonismo de pessoas que até pouco tempo “não se interessavam por política”, as quais assumem ter saído recentemente da apatia política e que passaram a se organizar de modo mais contundente em defesa de pautas conservadoras (FIGURA 17). Recém-chegados ao palco político, recusam radicalmente tudo aquilo que consideram ser representativo do sistema político vigente.

⁴⁶ A ironia desenhada por Feltran é a seguinte: embora a postura de recusa à ordem social vigente possa ser aparentemente revolucionária, o conteúdo da revolta não objetiva nenhuma transformação profunda da sociedade. O caráter revolucionário do Movimento Segurança no Campo somente pode ser interpretado por um viés irônico (o que creio ser a sugestão do autor), uma vez que o empenho de suas massas não busca mudança profunda de um sistema que percebem estar degradado, mas ao aprofundamento das condições de degradação subjetiva de determinados indivíduos neste sistema.

Uma publicação assinada por um grupo de militantes que faz uma análise crítica do cenário avalia que “a direita não perdeu tempo com a defesa da democracia” (UM GRUPO DE MILITANTES NA NEBLINA, 2022, P.15) para atingir seus objetivos políticos. Usou das instituições e jogou com seus limites, explorando o espírito de contestação insurgente no campo da direita:

Já que a esquerda se identificava com a ordem, a contestação passou para o campo oposto. Foi a direita quem levou massas às ruas para derrubar um governo (e inverteu símbolos e práticas de [dos protestos iniciados em] junho [de 2013], transfigurando, por exemplo, o MPL em MBL⁴⁷). (idem).

O espírito contestador que leva à recusa ao “sistema” é sustentado pela avaliação moral dos valores deste sistema, os quais se encontram degradados e que, portanto, devem ser



Figura 18 - Em São Miguel do Oeste, Santa Catarina, manifestantes fizeram gesto nazista durante a execução do hino nacional. O ato de forte caráter golpista, ocorreu em novembro de 2022, e contestava o resultado das urnas que elegeram Lula pela 3ª vez

47 É inevitável não pensar na cacofônica inversão proposta pelo Movimento Segurança no Campo, cuja sigla é MSC, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST, por eles combatido.

imediatamente substituídos por valores moralmente superiores, os conservadores, frequentemente referendados pelo lema integralista⁴⁸ “Deus, pátria e família” (FIGURA 18).

Nesse contexto, não fosse a legislação proibitiva às manifestações públicas de militares e policiais, já não faltavam motivos para que os heróis da direita, militares das forças armadas e policiais, integrassem ativamente o movimento. Nesse período, um escritor charlatão que influenciou fortemente o pensamento da direita brasileira chegou a oferecer cursos gratuitos a policiais militares⁴⁹ que quisessem participar. Tudo que precisavam era de um sinal verde (e amarelo?) das cúpulas militares para que pudessem integrar o movimento que os louvava. E ele, finalmente, aconteceu, assim que as cúpulas das forças armadas, que autorizaram que Jair Bolsonaro fizesse campanha no interior dos quartéis⁵⁰. Prática proibida pelo Código Militar.

Embora tenha inspiração em um movimento que não se limita a seus contornos locais, mobilizado sobretudo por uma rede de informações paralelas (em grande parte falsas) nas redes sociais, a partir de 2013 o movimento de extrema-direita no Brasil foi ganhando características próprias. A mobilização insuflou militares e empresários do agronegócio, que alçaram Jair Bolsonaro e Sérgio Moro como líderes incontestes da massa raivosa. O uso da violência por indivíduos ou grupos autoritários que arroguem para si algum tipo de superioridade moral é estimulado, sendo comum a idolatria de profissões e indivíduos que possuam armas. É no seio desse processo que nasce a milícia “do agro” Movimento Segurança no Campo, unindo indivíduos pertencentes a agrupamentos sociais aparentemente distintos⁵¹, militares e agentes de segurança pública a empresários rurais.

O forte apelo nacionalista, a exploração dos discursos moralistas e, sobretudo, o antagonismo “antipolítica” e “anti-esquerda” foram mote das campanhas eleitorais de integrantes e apoiadores da milícia Movimento Segurança no Campo. Durante a pré-campanha para o cargo de deputado federal nas eleições de 2018 e 2022, o general Mário Araújo se utiliza dos mesmos marcadores visuais que serviram como identificadores do movimento de extrema-

⁴⁸ Inspirados nos regimes totalitários nazi-fascistas europeus, os movimentos integralistas ecoam o lema propagado por Mussolini durante o regime autoritário fascista.

⁴⁹ “Olavo dará curso grátis a PMs, e Carlos Bolsonaro apoia aulas antiesquerda”. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/21/carlos-bolsonaro-exalta-ideia-de-olavo-de-carvalho-de-curso-gratis-para-pms.htm> > Acesso em 02 de abril de 2023.

⁵⁰ “Quartéis se abrem para a campanha eleitoral de Bolsonaro” Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/20/politica/1508513779_228341.html >. Acesso em 02 de abril de 2023.

⁵¹ “(...) é que os apoiadores do velho e do novo fascismo estão hoje espalhados por toda a população” (ADORNO, 2022, P.48).

direita. As cores da bandeira (verde, amarelo, azul e branco) são empregadas em praticamente todas as postagens de campanha nas redes sociais do candidato. Com forte apelo moral, a campanha tem como pilares “família, defesa da pátria, religião e empreendedorismo” (segundo site da campanha que foi extinto), além de sustentar forte apoio às profissões armadas e associar o campo político de esquerda à criminalidade (FIGURA 19).

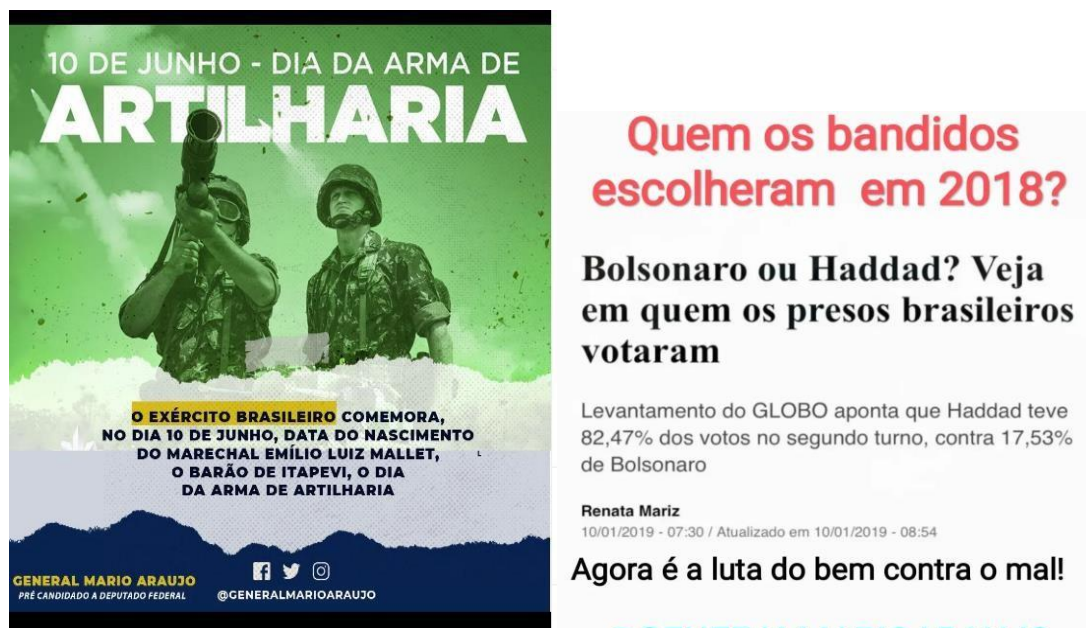


Figura 19 - Postagens em redes sociais do candidato General Mário Araújo e de seus assessores - na postagem o candidato comemora o "dia da arma de artilharia"

O general, um dos principais facilitadores da atuação miliciana do Movimento Segurança no Campo, integra a massa de militares da reserva que passaram a disputar cargos políticos. Embora não tenha conquistado um cargo por meio das urnas, foi indicado pelo governador Romeu Zema para a principal cadeira da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, de onde saiu 2 anos depois devido à sua dificuldade de estabelecer diálogo com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais⁵². Devido à proximidade com a milícia Movimento Segurança no Campo, o cargo garantiu conquistas importantes ao grupo de proprietários do Norte de Minas, em especial para Leonardo Andrade, que foi responsabilizado pelo ataque com caminhão-baú ao acampamento Recanto das Águias.

⁵² “Falta de diálogo com a ALMG pode ter tirado general da Sejusp, avaliam deputados” Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/politica/falta-de-dialogo-com-a-almg-pode-ter-tirado-general-da-sejusp-avaliam-deputados-1.2439524> > Acesso em 02 de abril de 2023.

Embora Bolsonaro seja uma figura política que inspira violência, e enquanto chefe de Estado tenha reforçado esse tom nas instituições, é preciso reforçar aqui que o processo de brutalização e organização das formas de violência tem contornos mais amplos. Ele encarna o militarismo policial (FELTRAN, 2020), elemento ascendente na extrema-direita no Brasil e nos radicalismos de direita de todo o mundo, e, portanto, não pode ser resumido à imagem do líder.

A demonstração de poder das forças armadas foi determinante para formatar a ascensão da extrema-direita no país em torno dos uniformes verde-oliva. A intervenção, porém, desde o início consistiu em um controle suposto da violência civil já que o propósito para ela previsto não chegou nem perto de ser cumprido. A baixa efetividade desta grande operação militar é um dos indícios de que a finalidade da intervenção não se restringia à que fora proposta. Ela é, ao mesmo tempo, sintoma e combustível do processo que levou à ascensão da extrema-direita. A ascensão da extrema direita antecede e, mais provavelmente, sucederá o bolsonarismo, tendo como uma das principais articuladoras as instituições militares, mas também entidades setoriais, como as do agronegócio. A ascensão de métodos de repressão paralelos ao monopólio da violência estatal é um dos sintomas imediatos dessa tendência que tem difundido pelo país.

2.2. O “agrobolsonarismo” e a milícia “do agro” no norte de Minas Gerais

Embora a atuação dessa classe média rural como milícia “do agro” tenha Montes Claros como centro da articulação do grupo (FIGURA 20), proprietários fundiários de outras porções do norte de Minas são beneficiados pelas pressões feitas pela milícia. Há um conjunto de interesses em comum que é partilhado por um perfil de produtor rural que, junto das forças militares e policiais mencionadas, deu sustentação para a ascensão da extrema-direita no Brasil. Ao longo dos últimos anos, em todo o Brasil houve uma estreita vinculação entre as lideranças do agronegócio de pequeno e médio porte com a figura de Jair Bolsonaro a qual foi sustentada, em grande medida, pelo antagonismo destes em relação ao que Pompeia (2022) chamou de “elites do agronegócio”.



Figura 20 - O então presidente Jair Bolsonaro em campanha em Montes Claros. No palco estão Carlos Viana, candidato ao governo do estado apoiado por Bolsonaro, e lideranças ruralistas. Foto: Equipe Política de O TEMPO

De acordo com Pompeia (2022), a aproximação se concretiza em 2017, após uma cisão entre os membros da União Democrática Ruralista (UDR) com a Confederação da Agricultura

e Pecuária do Brasil (CNA), entidade que foi considerada por uma parte dos ruralistas como tendo sido dominada pelos gigantes da agroindústria. O desentendimento se intensificou quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela admissibilidade da cobrança da União sobre os empregadores rurais de uma contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural⁵³⁵⁴). O tributo, que custeava parte da aposentadoria de trabalhadores do campo, geraria despesas aos produtores, o que fez com que a UDR defendesse a sua completa extinção:

Depois da audiência no Senado, ficaram patentes as diferenças internas no agronegócio quanto ao tema: enquanto a UDR e outras entidades politicamente secundarizadas em Brasília propunham a extinção completa das dívidas do Funrural, os frigoríficos, a CNA, a maioria do IPA e parlamentares da direção da bancada ruralista preferiram outra opção: pressionar o governo Temer a aceitar um refinanciamento das obrigações, em termos extremamente vantajosos para as elites dos sistemas alimentares. (IDEM).

Com o apoio do então presidente da UDR, Nabhan Garcia, em 31 de julho de 2017, Jair Bolsonaro participou de um evento em Gramado, no Rio Grande do Sul. Durante o encontro de ruralistas, Nabhan “reclamou das agroindústrias, dos tributos e das fiscalizações ambiental e trabalhista” e defendeu a candidatura de Jair Bolsonaro para a Presidência. Sob o calor do descontentamento dos pequenos e médios proprietários com a força abstrata da concorrência que se impõe sobre seus negócios, é chocado o ovo da serpente:

em seu discurso de campanha, enfatizou as pautas que agradavam principalmente os fazendeiros com papel subalterno na cena política e econômica. Defendeu a redução de impostos para a agropecuária e a possibilidade de supressão das dívidas do Funrural, posicionou-se contra os movimentos sociais e contra os direitos territoriais de povos e populações tradicionais, fez críticas à fiscalização e à punição a ilícitos ambientais e propôs a facilitação do uso de armas de fogo por proprietários rurais. Era exatamente o que muitos desses fazendeiros queriam ouvir, e nenhum outro candidato à Presidência estava propondo na campanha de 2018. (idem)

53 A Associação Brasileira dos Produtos de Soja é uma entidade representativa, constituída por produtores rurais ligados às culturas de soja, milho e outros grãos.

54 Em 1971 uma lei que determinou a cobrança de 2% sobre a comercialização do produtor rural com a finalidade de arrecadar dinheiro para financiar a previdência rural, o Funrural foi criado. Em 1988, com a nova Constituição Federal, o termo Funrural foi extinto e foi criado o Regime Geral de Previdência Social, com regras diferenciadas para o campo e para a cidade. Disponível em: < <https://www.canalrural.com.br/programas/entenda-como-funrural-surgiu-evolucao-cobranca-longo-dos-anos-67279/> > Acesso em 21/03/2023

A proximidade do projeto político do governo Bolsonaro com essa parte significativa do agro ficou tão estreita que o autor sugere o emprego do termo “agrobolsonarismo” para designar a força deste laço e, ao mesmo tempo, distinguir o nível de adesão das diferentes franjas do agronegócio brasileiro ao projeto de extrema-direita. Dos bloqueios de estradas instalados no pós-eleição, passando pelos acampamentos posicionados em frente a quartéis de militares, até o ataque às sedes dos Três Poderes em Brasília (FIGURA 21), ficou explícito a que ponto poderia chegar a ampla adesão de pequenos e médios produtores rurais ao que representou grupo que governou o país até 2022⁵⁵. Investigações oficiais têm apontado que empresários deste setor financiaram ações que tinham como horizonte anular o resultado eleitoral, promovendo um golpe de Estado para reconduzir o poder oficialmente ao candidato derrotado, Jair Bolsonaro, e aos militares que fizeram parte do governo.



Figura 21 - Foto do ataque aos prédios da Praça dos Três Poderes em Brasília, ocorrido em 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse do atual presidente da República Lula. Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil / CP

A ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, a partir de 2019, permitiu que fossem estreitados os laços entre empresários do agronegócio que se sentiam descontentes com a concentração

⁵⁵ Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/investigacoes-acham-mais-aco-es-do-agronegocio-para-financiar-acao-golpista/> > Acesso em 15 de janeiro de 2023.

industrial nas cadeias produtivas, a qual, num regime de concorrência, prejudicava os detentores de produções de menor porte. Pompeia cita o caso dos sojicultores, que gozavam de menores vantagens comerciais e “se ressentiam das dificuldades”:

Ao contrário dos produtores de soja gigantes (que operam com dezenas ou centenas de milhares de hectares plantados com a oleaginosa), os sojicultores menores sentiam de forma aguda as perdas em disputas distributivas com corporações e se ressentiam das dificuldades na interlocução com o Estado. (idem).

No dia 04 de abril de 2018 as Aprosojas⁵⁶ estaduais, aliadas aos sindicatos rurais de vários municípios brasileiros, organizaram uma manifestação intitulada “Abril Verde e Amarelo”, que culminou na elevação do nome de Nabhan Garcia como melhor representante do grupo para a pasta do Ministério da Agricultura de Jair Bolsonaro. A indicada, porém, foi uma liderança considerada mais vinculada às elites do agronegócio, Tereza Cristina. Nota-se que os sindicatos rurais tiveram uma estreita relação com a indicação de Nabhan Garcia quando observamos que durante esta manifestação dois terços destes estiveram presentes. Em Montes Claros não parece ter sido diferente, uma vez que a estreita relação entre o sindicato rural e o governo Bolsonaro foi confirmada em várias ocasiões, inclusive durante a visita do então candidato ao município em 2022, que ocorreu justamente no Parque de Exposições do município, onde fica a sede do Sindicato Rural e da Sociedade Rural (local onde foi arquitetado o ataque ao acampamento Recanto das Águias).

Em Montes Claros e região, informou um representante do Sindicato Rural, há um “percentual muito grande de propriedades familiares” filiadas ao sindicato, as quais, seguindo o raciocínio de Pompeia, concorrem “por baixo” com os gigantes da agroindústria. Decorre desta conjuntura, mas também a supera, algo como uma frustração desses proprietários rurais que dá origem à milícia Movimento Segurança no Campo, agregando sobretudo entre aqueles que mantém médios empreendimentos, entre eles, alguns vinculados ao Sindicato Rural de Montes Claros. Há aqui uma diferença nos tipos de conflitos em que empresas de grande porte se envolvem. Uma pessoa com quem conversei em 2021 informou que, diferentemente dos membros da milícia, os responsáveis por empreendimentos de grande porte na região

⁵⁶ Aprosoja é uma entidade de representação dos produtores de soja e milho no âmbito nacional.

normalmente são protagonistas de embates menos diretos, que deslocam os conflitos para a esfera jurídica:

Então, muitas pessoas dependem diretamente do trabalho lá. A gente vê que a diferença é essa. A gente não tem a figura do fazendeiro conflitante, a gente tem representantes dele: o gerente, os capangas, que intimidam as pessoas, diferente desses latifundiários [como os do MSC] que eles geralmente são as pessoas que fazem toda a condução, toda a armação, todo o pensamento, o planejamento pra poder fazer os conflitos acontecerem, de ameaçar, de armar as pessoas, contratar capangas de fora. Eles contratam mesmo, já teve caso lá no Brejo dos Crioulos desses milicianos de contratarem milícias pra andar lá no território armados atrás desses carros de carroceria pra poder intimidar mesmo, ne!? Andam com armas em punho e mostrando sempre. A gente vê essa diferença. A pressão não é diferente, claro, mas a forma de violência é mais sutil. Ali o cara acusa as famílias de colocarem fogo em lugar que não foram elas que colocaram. A família é acusada de colocar fogo na fazenda, sendo que foi o próprio fazendeiro que faz ou manda o gerente da fazenda acontecer o incêndio. A gente vê que tem uma violência mais sutil nos grandes empreendimentos.

Enquanto os grandes empreendimentos judicializam as disputas por terra, os médios proprietários se servem da influência e do voluntarismo próprios para manter o controle sobre as terras do Norte de Minas. A milícia Movimento Segurança no Campo organiza os mecanismos de controle fundiário de médios proprietários, tendo tido conquistas importantes vinculadas ao período do governo Bolsonaro, garantidas pela vinculação de seus membros com as instituições, como nos episódios das Fazendas Norte América e Bom Jesus. Veremos, porém, que a atuação da milícia não se resume a pressionar por expropriações de famílias em acampamentos, mas também a pressões instituições contra regularizações fundiárias para territórios de comunidades tradicionais, as quais, por sua vez, têm como rastro o assassinato de um militante da Liga dos Camponeses Pobres, em 2014.

3 CRISE E A RAPINA DE TERRAS PELA MILÍCIA “DO AGRO” NO NORTE DE MINAS GERAIS

“Quanto mais o capital se impõe, mais ele parece requerer a expansão territorial, e parece, pois, recolocar a importância da terra como mecanismo de mitigação de sua crise imanente” (BOECHAT, TOLEDO, PITTA, 2020, P.50)

“Pelo contrário, com frequência ocorre que convicções e ideologias, justamente quando elas não são mais de fato substanciais devido à situação objetiva, assumem então seu caráter demoníaco, seu caráter verdadeiramente destrutivo.” (ADORNO, 2020, P. 48)

3.1. Crise, land grabbing e a rapina de terras no norte de Minas Gerais

Duas coisas chamaram a minha atenção em particular na conversa com uma liderança ruralista que aconteceu em campo, em 2021. A primeira é a ênfase que ela dava no acesso dos empreendimentos rurais à tecnologia e ao conhecimento técnico empregado no aprimoramento dos processos produtivos das fazendas. A segunda também. A pessoa com quem conversei enfatizava com frequência que os tempos haviam mudado, e que hoje não havia mais fazendeiro, que a nomenclatura correspondente ao fazendeiro, nos dias de hoje, é a de produtor rural. Foi impressionante observar que o radical ‘tecn’ se repete ao menos dez vezes nas anotações de campo, e é, em essência, o centro de quase todo o diálogo que durou um pouco mais de uma hora.

Quando perguntada a sua leitura a respeito de conflitos por terra, prontamente condenou a invasão de propriedades, argumentando que conhecia dezenas de ocupações no norte de Minas, dentre as quais nenhuma possuía produção, disse: “zero!”. Relendo as notas, tive a impressão de que a pessoa parecia querer vender o peixe, como se quisesse promover o agronegócio norte-mineiro, o qual teria um grande potencial a ser explorado. Com o tempo, fui entendendo que a repressão às ocupações de terra tinha um sentido direto, objetivo, que tinha a ver com explorar uma espécie de vocação que “ainda” não teria se realizado.

Em uma outra ocasião, conversava com um grupo de pessoas próximas aos movimentos sociais do norte de Minas, elas falavam sobre a dificuldade dos jovens de permanecerem nas

comunidades onde cresceram. Falavam sobre uma dificuldade muito grande de se conseguir emprego no entorno dos municípios da porção leste do norte de Minas, onde nos últimos 20 anos houve uma forte expansão da mineração. Elas estavam cientes do desafio que era combater a mineração em uma região em que, com exceção de Janaúba, Pirapora e Montes Claros, todos os municípios possuem renda inferior a R\$ 509,10 por pessoa⁵⁷. A expectativa de empregar-se na mineração tornava temas como “a permanência na terra”, “a luta pelo território” e a “preservação das nascentes”, que eram tratados em reuniões de formação com esses jovens, distantes demais das necessidades imediatas deles, as quais se tornavam concretas como um sentimento de urgência de aumentar a renda familiar.

Embora partam de pessoas que ocupam posições radicalmente divergentes no espectro político-ideológico, há em comum nessas falas uma expectativa em relação a algo que não se realizou. Para que este “algo” se realizasse, no caso do ruralista, dada a grande capacidade produtiva dos empreendimentos rurais, faltaria desburocratizar o Estado, adequando as instituições de controle ambiental, por exemplo, às necessidades dos empreendimentos rurais da sua região. Na visão dos jovens nas áreas afetadas pela mineração, falta emprego e renda junto destas atividades econômicas.

Se, de um lado, a veneração à tecnologia opera no sentido de promover os negócios do norte de Minas e torná-los destino preferencial de investimentos, de outro, esconde os limites objetivos que se impõem inclusive sobre o crescimento do capital individual dos ultratemporâneos produtores rurais. O mesmo limite objetivo que se apresenta fetichistamente como sendo possivelmente resolúvel por meio da incorporação de capital constante – sob a forma dos insumos agrícolas comemorados pelo ruralista, por exemplo – se impõe sobre pequenas comunidades afetadas pela mineração, cujos jovens se queixam da falta de emprego – por sua vez, sob a forma da desnecessidade do capital variável que seus trabalhos incorporam aos processos produtivos das commodities predominantes na região.

Enquanto a mineração se espalha sobretudo na porção leste do norte de Minas Gerais, área onde houve um “decrécimo em números absolutos da área destinada ao cultivo do eucalipto” (LEITE et al, 2012, p.), nas proximidades do Vale do rio São Francisco, na porção

⁵⁷ Segundo Mapa da Riqueza no Brasil, levantamento de rendimentos da população brasileira, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas em 2023, e produzido com base em dados de 2020.

oeste, são expandidas as já predominantes atividades agrícola e pecuária. A partir do levantamento da consultoria AgraFNP⁵⁸ os autores afirmam que:

(...) a terra rural na região Norte de Minas Gerais sofreu grande valorização nos últimos anos. Esse aumento no valor da terra está relacionado ao aumento da área de pastagem e de lavoura na região, haja vista que a demanda por terra para produção agropecuária vem crescendo, notadamente nas áreas próximas aos distritos de irrigação do Jaíba, do Gorutuba e de Pirapora. De acordo com a AgraFNP (2010), até 2009 o preço da terra bruta no Norte de Minas Gerais valorizou cerca de 200%, em relação ao que se ofertava pelo hectare em 2006. (idem).

A constatação feita para o norte de Minas por Leite et al. (2012) repercute como tendência até 2010, também para o estado, que em 2015, teve uma das maiores altas na valorização média das terras de todo o Brasil⁵⁹. Parece coincidir com este processo chamado de “valorização das terras”, a ampliação da exploração mineral sobre os municípios da vertente oeste da Serra do Espinhaço. Diante da previsão de exaustão⁶⁰ de algumas das principais jazidas de ferro do estado localizadas no quadrilátero ferrífero⁶¹, áreas do estado com disponibilidade de ferro considerado de “baixo teor” passaram a ser corteadas pelas mineradoras. Entre 2000 e 2020, o estado de Minas Gerais acumulou 4.038 solicitações de abertura de lavras junto à Agência Nacional de Mineração (ANM), o que corresponde a um total de 19% de todas as solicitações feitas no país. Foi assim que o Alto Rio Pardo, localizado na microrregião Salinas⁶²

⁵⁸ Dados do Anuário da Agricultura Brasileira (2010), publicado pela consultoria AgraFNP. A consulta foi feita com o intuito de analisar a concentração do eucalipto na região da Serra do Espinhaço, entre as mesorregiões do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

⁵⁹ Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/economia/terras-em-mg-valorizam-mais-que-media-nacional-1.1005119> > Acesso em 29 de março de 2023.

⁶⁰ Disponível em: < <https://diariodocomercio.com.br/juntos-por-minas/exaustao-de-jazidas-preocupa-municipios-mineradores-de-mg/> >. Acesso em 29 de setembro de 2022.

⁶¹ Área de aproximadamente 7.000 km², que abarca os municípios como Brumadinho, Sabará, Rio Piracicaba, Congonhas, Casa Branca, Itaúna, Itabira, Nova Lima, Santa Bárbara, Mariana e Ouro Preto. A mineração é a principal atividade produtiva de quase todos esses municípios.

⁶² Atualmente, o Norte de Minas é subdividido em oito microrregiões (Pirapora, São Francisco, Janaúria, Janaúba, Montes Claros, Salinas, Grão Mogol e Norte de Minas Gerais), entre as quais se dividem 89 municípios. A dinâmica produtiva da região está umbilicalmente ligada ao Rio São Francisco, desde a origem das primeiras fazendas de gado no século XVII até os projetos de ordenamento territorial da SUDENE e da CODEVASF, que impulsionaram parte importante do atual modelo de apropriação fundiária da região. A atividade mineradora tem se espalhado especialmente pelas microrregiões fronteiriças à vertente oeste do Espinhaço (Salinas e Montes Claros), espalhando-se na direção da microrregião Janaúba.

(APÊNDICE B), a partir do ano de 2008, ficou conhecido como a “nova fronteira mineral” do estado de Minas Gerais. Estima-se que as jazidas localizadas na porção alta do vale do Rio Pardo contenham mais de 20 bilhões de toneladas de minério de ferro (BARBOSA, 2014). A estrangeira Sulamericana Metais (SAM), empresa subsidiária da chinesa Honbridge Holdings, tem como objetivo “tornar economicamente viável o minério de baixo teor existente na região”. Para isso, a empresa prevê a construção da maior barragem de rejeitos do Brasil, além de um mineroduto que permita conectar o município de Grão Mogol (MG) a Ilhéus (BA).

Um pouco mais a noroeste, na microrregião Janaúba, outra estrangeira da mineração, a canadense Carpathian Gold, tem operado na extração de ouro no município de Riacho dos Machados desde 2009. A previsão do governo do estado é de que sejam extraídos 2,2 milhões de toneladas por ano, gerando um faturamento de R\$100 a R\$160 milhões anuais⁶³. Este é até agora o único projeto mineral efetivamente em curso na região. Nos municípios de Grão Mogol, Rio Pardo de Minas, Padre Carvalho e Serranópolis de Minas há processos de licenciamentos ainda não concluídos, para os quais é estimado o faturamento de mais 8 bilhões por ano. Todos estes empreendimentos estão localizados em municípios que margeiam ou estão localizados sobre a vertente oeste da Serra do Espinhaço, a uma distância de aproximadamente 140 quilômetros (ou, duas horas em veículo de passeio) de Montes Claros.

O assédio de empresas estrangeiras nas terras onde há “minério de baixo valor” parece integrar o processo de aceleração da “corrida recente para a aquisição de terras” (BOECHAT, PITTA, TOLEDO, 2020) – conhecido na literatura sobre questão fundiária como *land grabbing*, porém sob as especificidades da atividade minerária. Tal processo tem sido chamado de “banquete nos trópicos” por abranger terras em todo o mundo, mas mais marcadamente aquelas “passíveis de serem adquiridas a preços baixos e com boa fertilidade e localização” (P.76) – geralmente localizadas entre as áreas em que a incidência solar oferece melhores condições de especular o preço das terras, nos trópicos. Trata-se de uma hipótese que merece ser investigada mais a fundo levando em conta sobretudo as especificidades do setor mineral para a aquisição e utilização das terras.

Embora resultem do mesmo processo que tem gerado uma “valorização das terras”, ligado ao crescimento do assédio sobre as terras tropicais que, entre outras consequências, levou à expansão da mineração no norte de Minas, os impactos repercutem de modo distinto sobre a

⁶³ Disponível em: <<https://ibram.org.br/noticia/mineradora-canadense-abre-corrida-doouro-em-riacho-dos-machados/>> Acesso em 23 de novembro de 2022.

terra, dos proprietários rurais, e o trabalho, dos jovens. Isto porque estamos falando de setores de produção de commodities que se expandem sob uma crise fundamental que impacta a taxa de lucro ao mesmo tempo em que atinge em cheio a necessidade do trabalho nos processos produtivos. Estamos falando de uma alteração que atinge em cheio a centralidade do trabalho nos processos produtivos dos mais diversos setores. A alteração nas forças produtivas de trabalho, representadas pelo desenvolvimento de produtos científicos de aplicabilidade tecnológica nos processos, é promovida com a finalidade de reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadorias, seja elas toneladas de mineral, arrobas de boi gordo ou quilômetros rodados em um aplicativo de transporte.

No apagar das luzes do século XX, quando o fim do capitalismo de Estado (ou socialismo real soviético) já havia sido dissolvido, as forças produtivas de trabalho vivem a sua última e determinante revolução, a terceira revolução industrial. Enquanto o desenvolvimento da microeletrônica alçou níveis talvez antes inimagináveis de produtividade, a alteração na expansão da aplicação da força de trabalho ficou atravancada. Este foi o momento de manifestação daquilo que foi por Kurz (2014) interpretado como um processo de colapso interno do capitalismo. A forma desenvolvida desta sociedade solapa o trabalho, tornando-o obsoleto, sob a determinação de expandir necessidades “cujo único sentido é ampliar a produção de valores” (MENEGAT, 2019, P.50). Ocorre que a ampliação da produção de valores torna-se de mais em mais incapaz de ser efetivada como mercadoria, pois o próprio processo que a originou limita, desde o seu fundamento, a mobilização do trabalho vivo que poderia realizá-la. O processo de produção de mercadorias, assim como a feira do primeiro capítulo, está, aparentemente, em pleno funcionamento, mas cada vez menos gente pode profanar os frutos exibidos nas bancas.

A queixa dos jovens deriva da transformação dos processos produtivos em procedimentos altamente tecnificados e mecanização, sejam eles os recém instalados da mineração, ou os em processo de expansão, da agropecuária. Ao contrário da propaganda de que a mineração trará emprego e desenvolvimento para os moradores das cidades por ela atingidas, o que alguns deles observam mais tarde é que apenas alguns conseguem de fato se empregar na atividade. A exaltação dos meios (técnica e tecnologia tão comemorados pelo ruralista), ignora “os fins perseguidos” (ADORNO, 2020, P.54) pela sociedade nesse processo de mecanização das atividades produtivas. Impede que se veja que os meios utilizados, tão comemorados pelo ruralista, conduzem ao cenário de crise do trabalho (HEIDEMANN *et al.*, 2014), sob a qual os modelos produtivos deixaram de ser geradores de emprego e de renda,

como foram outrora (BOECHAT *et al.*, 2020). A experiência de empobrecimento generalizado pressiona esses indivíduos a ampliar o circuito da busca por trabalho, o que inclui a necessidade de mobilizar o próprio trabalho entre localidades e atividades variadas. Sob este cenário as ocupações de terra representam uma espécie de alívio e de esperança para trabalhadores rurais, vaqueiros e agricultores que não têm emprego fixo – segundo uma liderança de movimento social, este é o perfil médio dos ocupantes de terras.

Há ainda um aspecto nada trivial da expansão de atividades como a mineração e a agropecuária sobre o norte de Minas relacionado diretamente com a aridez e a disputa não somente por terra, mas também por água. Sendo estas atividades que exigem alta disponibilidade de água – no caso da mineração, desde a exploração do mineral até o beneficiamento – este recurso se torna particularmente central em uma área marcada pela aridez. A pressão sobre os recursos hídricos tem sido sentida de forma acumulada nas comunidades norte-mineiras, já que desde a década de 1960 as várias atividades produtivas desenvolvidas na região dependiam grandemente destes. Com isso, o acesso à água foi se tornando cada vez mais limitado, especialmente no caso das comunidades de trabalhadores rurais, comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

A limitação se deveu à concentração da propriedade fundiária, que aumentou os cercamentos (GONÇALVES, 2020) e restringiu o acesso direto a várias porções de terras antes consideradas de uso coletivo. A degradação ambiental também limitou o acesso à água na medida em que levou a uma redução da vazão e aumentou o assoreamento dos rios. Em campo houve relatos de rios que deixaram de ser navegáveis por pequenos barcos e onde não se pode mais pescar. A seca definitiva do rio Peruaçu, no município de Januária, cujos impactos e reações foram analisados por Marília Silva (2020), tem intrigado os moradores que vivem nas suas antigas margens, já que nem mesmo a delimitação das áreas de proteção foi capaz de salvar o rio.

A questão hídrica é uma variável crucial na análise das disputas fundiárias travadas pela milícia Movimento Segurança no Campo no norte de Minas. Na conversa com integrantes da Pastoral da Terra, foi apontado que as áreas mais disputadas eram as com acesso mais facilitado à água, sendo estas propriedades “valorizadíssimas”. Sobre esse tema, o ruralista com quem conversei demonstrou particular preocupação na medida em que as constantes secas implicavam em endividamentos e “descapitalização”. Segundo ele, até o final de 2019 o norte de Minas passou por uma “seca brava”, que dificultou a produção e descapitalizou o produtor

rural. Muitos tiveram que vender seus rebanhos, perderam suas reservas, tiveram de recorrer a empréstimos e acabaram se endividando.

Associado a um processo de concorrência com grandes negócios, o endividamento dos produtores rurais ocorre em um contexto em que a terra tem se valorizado, ganhando importância “como mecanismo de mitigação” da crise imanente do capital (BOECHAT *et al.*, 2020, P.50). Muitas das terras do norte de Minas estão em disputa por serem “áreas devolutas não discriminadas, ou com vícios gritantes na sucessão imobiliária” (COSTA, 2020, P. 80), o que torna particular o interesse dos proprietários rurais em manter controle sobre essas terras. Ainda, reprimir a organização dos pobres do campo em torno de movimentos que ocupam terras, evita que estas se desvalorizem, facilitando a compra e venda, bem como processos de grilagem.

Enquanto isso, a pressão sobre as terras por atividades de mineração e agricultura intensiva, que se utilizam de barragens de porções fluviais, agrava o cenário de aridez, uma vez que esta pressão sobre as terras tem se transformado em uma pressão sobre as águas. A questão hídrica é determinante nas disputas que envolvem o regime fundiário norte-mineiro, mas também sobre a dinâmica social das relações de trabalho, na medida em que a pressão sobre os recursos hídricos torna o uso das terras muitas vezes inviável. A pressão sobre a terra e a água tem como consequência direta e indireta a expropriação daqueles que delas dependem para tirar seu sustento. Contraditoriamente, isso só faz aumentar a pressão sobre os pobres, bem como adiciona motivos à organização de movimentos de luta pela terra.

3.2. A astúcia de “ninguém”⁶⁴: crise, expropriações e mobilidade do trabalho no norte de Minas

É curioso que até o momento de redação deste texto não houve notícia da atuação da milícia Movimento Segurança no Campo em municípios que disputam com a mineração. A informação que obtive é de que os grandes empreendimentos, agropecuários e mineradores, além de tendencialmente travarem mais disputas judiciais, tendem a expor menos os seus gestores. Não significa que a pressão seja inexistente ou menor, mas ela é menos identificada com a empresa. Seus responsáveis não são conhecidos na região, pois geralmente vêm de fora, e, quando pressionam os ocupantes em processos de expropriação não dão as caras pois, de acordo com uma entrevistada, contratam “capangas de fora” que intimidam as pessoas. Ela relata ainda que estes últimos são encarregados de andar no território armados, atrás de carros de carroceria, e que, embora instalem uma tensão no entorno, a forma da violência é mais sutil.

Diferentemente dos conflitos em que os membros da milícia se deslocam, investem e se expõem, as disputas fundiárias contra grandes empreendimentos são travadas contra “ninguém”. A astúcia desse “ninguém” – o Ulisses do século XXI, cujo retorno à Ítaca pode ser transposto aqui como um retorno a uma conjunção entre violência econômica e violência extraeconômica semelhantes às do período da “assim chamada acumulação primitiva” – confere uma aparência extremamente vantajosa às categorias econômicas, representadas por esse ente jurídico abstrato, intangível, cuja personificação é diluída entre várias figuras (e ao mesmo tempo nenhuma). De mais em mais aqueles que vivem nas vilas e cidades por onde expande sobretudo a mineração têm tido de lidar com as promessas feitas por “ninguém” e também por “ninguém” descumpridas.

Não é nenhuma novidade o relato de que os grandes empreendimentos que chegam em pequenos municípios exploram as expectativas de aumento da renda com ofertas de emprego e desenvolvimento para a cidade. Ainda nas fases de licenciamento a promessa torna menos ameaçadora a chegada do estranho (MARTINS, 1993). Imagino que a realidade de históricas

⁶⁴ O título da seção é homônimo ao texto de André Campos (2018), que propõe uma interpretação do texto de Homero, a Odisseia. Tem-se como referência o trecho do poema em que Ulisses está preso junto de seus companheiros na caverna de um ciclope quando é salvo pela própria astúcia: embebeda o ciclope com um vinho forte, aguarda que ele pegue no sono, golpeia seus olhos e, para evitar que outros moradores da ilha venham em socorro do ciclope ferido, apresenta-se como “ninguém”. Como “ninguém” golpeou o ciclope nos olhos, não há alguém contra quem os outros ciclopes poderiam se opor e combater. Diferentemente de Ulisses, que arquiteta o plano e traz à consciência suas etapas de execução, “ninguém” aqui é a força inconsciente do capital, que invariavelmente é personificada pelos agentes econômicos. Estes últimos “coisas”, meros receptáculos da relação social capital.

migrações, e os sofrimentos por elas gerados, tenha marcado profundamente as famílias do norte de Minas Gerais.

Ao longo das últimas três décadas, houve uma intensificação da difusão de empreendimentos do agronegócio nos municípios da região, em que complexos agroindustriais como os do vale Jaíba se integraram à dinâmica do comércio internacional (MENDES, 2019). As lavras de mineração expandiram sobretudo na porção leste do norte de Minas (ANEXO B), sobre as microrregiões Salinas, Grão Mogol, Montes Claros e Janaúba.

A chegada de grandes empreendimentos, como sugere a entrevistada mencionada anteriormente, alimenta, sobretudo entre os mais jovens, uma esperança de permanência em suas comunidades de origem. Alimenta entre aqueles que têm desejo de permanecer, uma esperança ainda que remota de não ter de se desfazer dos laços constituídos entre familiares e amigos. A queixa de que os empreendimentos chegantes empregam pouco, ou que apenas são destinados aos raros trabalhadores qualificados, é nutrida por algo que parece um desejo de que as empresas possam finalmente retribuir a hospitalidade que lhes foi oferecida. Tal queixa ignora, assim como o personagem Muley de “As Vinhas da Ira”, que é “ninguém” quem lhes deve essa retribuição.

Uma vez que a promessa de emprego e permanência não se concretiza – ou se torna realidade apenas para alguns poucos –, a parte da população que não consegue se empregar ao mesmo tempo sente o aumento da pressão sobre as terras em que vivem e também sobre os recursos, sobretudo a água disponível. Sob este contexto, migram para municípios grandes, mas cada vez mais para municípios próximos, como Montes Claros⁶⁵.

Na virada do século Paula e Cleps Júnior (2002) já apontavam a tendência desta cidade de receber a população dos municípios vizinhos afetados pelo processo de industrialização da agricultura pelo qual passou o Brasil ao longo das últimas décadas. Segundo os dados do IBGE expostos na tabela 1, em 2021 a população estimada para o município de Montes Claros era de 417.478 pessoas. É possível também visualizar que ao longo de 12 anos a taxa de crescimento

⁶⁵ Analisando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (CAGED), Dota e Queiroz (2019) sugerem que o aumento nos índices de desemprego e de informalidade tem levado à “queda no volume de fluxos de longa e média distância, tendo aumentado os fluxos de curta de distância” (P.415). Apontam, que ao longo dos últimos anos houve uma diminuição geral dos fluxos migratórios, que impactou menos a migração interestadual, modalidade migratória proeminente em nível nacional. Em partes isso pode explicar o fato de Montes Claros ser um município que tem recebido um número alto de migrantes cuja origem é a própria região.

populacional de Montes Claros ficou sempre acima da taxa de toda a região, tendo crescido desde 2010 11,07%, enquanto a população no norte de Minas cresceu 6,1%.

Uma pesquisa de acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família de Montes Claros apontou que, até 2009, 38% dos adultos tinham origem de outros municípios do norte de Minas Gerais (ROSA, 2010). Dentre eles, 82% eram “não-brancos”, e, em sua maioria (74%), ocupavam postos de trabalho que exigiam pouca ou nenhuma qualificação profissional, como faxineiros, trabalhadores de serviços gerais e serventes de pedreiro, 14% viviam no meio rural (hoje são aproximadamente 9%). São famílias que vivem em “situação de notável dificuldade” (P.80).

População Residente					
Por Município e por Região de Planejamento					
Ano	Montes Claros		Norte De Minas		Participação do Município na Região
	População	Taxa de Crescimento	População	Taxa de Crescimento	
2009	363.227	-	1.632.163	-	22,3%
2010	361.915	-0,4%	1.610.413	-1,3%	22,5%
2011	366.135	1,2%	1.619.489	0,6%	22,6%
2012	370.216	1,1%	1.628.230	0,5%	22,7%
2013	385.898	4,2%	1.686.913	3,6%	22,9%
2014	390.212	1,1%	1.696.838	0,6%	23,0%
2015	394.350	1,1%	1.706.355	0,6%	23,1%
2016	398.288	1,0%	1.715.407	0,5%	23,2%
2017	402.027	0,9%	1.724.012	0,5%	23,3%
2018	404.804	0,7%	1.713.465	-0,6%	23,6%
2019	409.341	1,1%	1.718.448	0,3%	23,8%
2020	413.487	1,0%	1.732.580	0,8%	23,9%
2021	417.478	1,0%	1.738.644	0,3%	24,0%

Tabela 1 - Tabela produzida pela Fecomércio com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Segundo o Mapa da Riqueza no Brasil produzido pela Fundação Getúlio Vargas com base em dados de 2020 divulgados em 2023, a renda média da população de Montes Claros foi de R\$990,64, a maior do norte de Minas, segundo o registro. Em Varzelândia, onde fica o Brejo dos Crioulos, apontado por uma entrevistada como tendo sido também alvo de milícia, a renda é de R\$173,72. Pedras de Maria da Cruz, onde em 2014 ocorreu o assassinato da liderança da Liga dos Camponeses Pobres, Cleomar Rodrigues, teve uma das menores rendas médias do estado, registrando R\$ 88,66 por pessoa. Com exceção de Janaúba, Pirapora e Montes Claros, como apontamos anteriormente, todos os municípios do Norte de Minas Gerais possuem renda inferior a R\$ 509,10 por pessoa, ou seja, menos de ½ salário mínimo.

Analisando os dados disponibilizados pela Gerência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social da Prefeitura de Montes Claros, em 2021 um total de 55.824 famílias estavam cadastradas no Cadastro Único – base de dados do Governo Federal por meio da qual é feita a análise e a distribuição de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Destas, 16,61%, ou 9.277, encontravam-se em situação de extrema pobreza. Segundo os dados,

em 2022 o número era de 13.284, dentre as quais 1.191 estavam vinculados ao CRAS Rural, destinado à população que vive fora da área urbana.

Quadro quantitativo dos CRAS com números das famílias em situação de Extrema Pobreza – referência maio de 2022			
CRAS	No Total de Famílias em Extrema Pobreza (ref. Maio 22)	Extrema Pobreza (Famílias beneficiárias PAB)	Extrema Pobreza (Famílias não beneficiárias PAB)
Total	13.284	12.056	1.228

Tabela 2 - Tabela adaptada a partir dos dados fornecidos pela Gerência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social da Prefeitura de Montes Claros. Fonte: GGSUAS/ Vigilância Socioassistencial- Extração CECAD: Junho/ 2022.

Os dados acima demonstram que Montes Claros concentrou e segue concentrando trabalhadores rurais e urbanos altamente precarizados. Muitos dos quais, expropriados pela expansão da agropecuária e da mineração em outras porções do norte de Minas Gerais, buscam aquilo que “ninguém” prometeu: emprego, renda e melhores condições para a sobrevivência própria e de seus familiares. Ali, menos distantes de casa, podem encontrar, talvez, meios para sobreviver oferecendo serviços na construção civil, em fazendas ou fazendo bicos. Enquanto força de trabalho flexível, se adequam às oscilações das atividades econômicas da cidade, mantendo-se com muita dificuldade em áreas rurais e/ou periféricas, sobretudo quando não são contemplados pelos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Chamou a minha atenção que nas duas idas a campo em Montes Claros, o asfalto da cidade antes um grande problema para quem transitasse, por exemplo, pela avenida sanitária, estava impecável, a infraestrutura da cidade como um todo estava mais bem cuidada. Com tantas melhorias na aparência, destacava-se que no entorno do Mercado Municipal, que fica no centro da cidade, houvesse tantas pessoas em situação de rua. Dentre elas, em 2020, uma venezuelana, que segurava uma criança de colo e um cartaz com um pedido de ajuda. A situação, dentre tantas outras, me impressionou. Sempre que relembro ela custa a sair da minha cabeça. Fez despertar o entendimento de que a miséria não é um fenômeno localizado; fez pensar na

dimensão global da miséria do nosso tempo. Em contraste com a cidade embelezada, a pobreza. Esta foi comentada desde o primeiro diálogo em campo pela a dona de um restaurante, que apontou este como sendo um dos problemas mais graves na cidade. Ficou mais nítido como o problema da pobreza fazia parte da dinâmica local quando eu soube que o restaurante popular que ficava no Mercado havia sido fechado em 2016. O encerramento do atendimento ao público, especialmente tendo em vista que o restaurante popular do mercado atendia também à população de rua, soou como um alerta a respeito do lugar da pobreza na cidade que apresenta os melhores índices econômicos do norte de Minas Gerais. A justificativa para o fechamento apresentada pelo Secretário de Desenvolvimento Social foi a de que o restaurante “não dava lucro”⁶⁶. Em 2020 o antigo restaurante serve hoje de abrigo às pessoas que se encontram em situação de rua⁶⁷.

É preciso dizer que a tragédia narrada, entretanto, não é uma particularidade de Montes Claros – embora a resposta miliciana dos proprietários rurais à situação de pobreza da população seja. O “limite a que o desenvolvimento desta forma social chegou” repercute como miséria sobre os vários cantos do mundo, como negação catastrófica das “condições elementares de existência de milhões de seres humanos” (MENEGAT, 2019, P.53). A expulsão de parte crescente da população dos cada vez mais escassos postos de trabalho, somado à deterioração das condições de sobrevivência ligadas à apropriação direta da natureza (árvores, frutos, caças e água), exige que as diferentes instâncias do Estado sejam recorridas para atender à insurgente necessidade de contenção da miséria. Ocorre que a política governamental não faz mais do que gerir os efeitos de uma crise que atinge em cheio os pilares da sociedade capitalista uma vez que o “‘direito ao trabalho’ foi antes negado pelo processo de produção.” (idem). Ao mesmo tempo em que os meios de sobrevivência são garantidos pela transferência de uma renda monetária, a dependência da forma dinheiro se entranha de mais e mais na vida social. Do ponto de vista da forma social os programas de transferência de renda podem ser interpretados como uma espécie de indenização pós-tragédia, uma vez que estes recursos são destinados àqueles

⁶⁶ “Depois do fechamento, que ocorreu no apagar das luzes de 2016 para receber adequações determinadas pelo Corpo de Bombeiros, o local foi completamente esquecido pela atual administração.”. Disponível em: < <https://onorte.net/montesclaros/fechado-ha-quase-quatro-anos-restaurante-popular-esta-completamente-deteriorado-1.804976> > Acesso em 29 de março de 2023.

⁶⁷ O sentido da decisão pelo fechamento do restaurante popular do Mercado Municipal, levando em conta principalmente essa consequência, que foi a ocupação do espaço por pessoas em situação de rua, parece ser orientado pelo mesmo princípio sacrificial que nos conduziu a ter pessoas disputando por “ossos” e “oxigênio” durante a pandemia da COVID-19.

que têm seus meios de sobrevivência – estejam eles ligados diretamente à decadência das condições de assalariamento ou não – degradados.

Sob a pressão da pobreza, com poucas alternativas no horizonte, 55 famílias ocuparam um terreno no bairro Independência, cerca de oito meses depois da última ida a campo, que ocorreu em setembro de 2021. O CRAS que atende ao bairro Independência registrou neste ano cerca de 1.346 pessoas em situação de extrema pobreza, cuja renda corresponde a até R\$ 89,00 por pessoa/mês. Dentre as 1.346, 125 não são atendidas pelo programa Bolsa Família. De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Montes Claros, o bairro Independência tem 516 famílias em situação de extrema pobreza, dentre elas, 48 não são assistidas pelo programa Bolsa Família. O bairro apresenta o maior índice de extrema pobreza de toda a regional atendida pelo CRAS a ele correspondente.

A ocupação (FIGURA 22), que durou menos de 24 horas, foi organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e tinha as seguintes reivindicações:

Com 55 famílias sem-terra e sem-teto, o MTST ocupou uma área abandonada, em Montes Claros, MG, no final da Rua Simon Bolívar, no Bairro Independência dia 14/5/2022. A área ocupada “pertence” à Família Ataíde, área de 38 hectares (380.000 m²) no meio de Montes Claros, entre o aeroporto e a Lagoa da Pampulha, área nobre que desde 2016 é ZEIS (Zona Especial de Interesse social), no Plano Diretor da Cidade, propriedade que nunca cumpriu sua função social e os pretensos proprietários devem mais de 7 milhões de reais de IPTU. A ocupação foi batizada de Ocupação Tereza de Benguela e reforça o quanto a luta por moradia é digna e necessária!

Nosso povo mais pobre sofre com a especulação imobiliária e um déficit habitacional de aproximadamente 10 mil unidades em Montes Claros e que só aumentou frente ao atual desgoverno de Bolsonaro e o alimento neoliberal do governador de MG, Romeu Zema. (CPT MG)



Figura 22 - Ocupação Tereza de Benguela, do MTST, em Montes Claros, MG. Foto: Rede de Apoio ao MTST.

De acordo com o relato publicado no site da Comissão Pastoral da Terra – Minas Gerais, a ocupação foi dissolvida pela ação de homens armados, que agiram, assim como na desocupação de 2018 da Fazenda Bom Jesus, sob a guarida do efetivo policial presente:

A PM foi requisitada e não agiu, foi cúmplice de um despejo violento e sem decisão judicial da Ocupação Tereza de Benguela, em Montes Claros. Família Ataíde no comando, com vários homens aparentemente armados. Primeiro, a Família Ataíde colocou seguranças particulares com claro caráter de jagunçagem, cercou toda a área, impedindo pessoas da Rede de Apoio de entrarem na Ocupação. Todo tipo de ameaças, de calúnia, injúria e difamação foram proferidas sobre as famílias que legitimamente lutam por moradia digna e adequada. A PM veio em um primeiro momento, depois foi embora e assumiu postura de ser cúmplice de um despejo feito por jagunços, SEM DECISÃO JUDICIAL. Fecharam as entradas com montes de terra trazidos em caminhões caçambas, inclusive bloquearam uma estrada vicinal do município. O MTST pediu reiteradas vezes para que a PM se fizesse presente, pois era um massacre anunciado. Na Ocupação Tereza de Benguela tinha muitas crianças, idosos, deficientes, crianças autistas com famílias que clamam por terra e moradia, pois não suportam mais a cruz do aluguel ou a humilhação que é sobreviver de favor nas costas de parentes. (CPT – MG).

Não restam dúvidas de que o conjunto de transformações da moderna sociedade em crise repercutem com violência sobre os mais pobres das mais diversas maneiras. Listo aqui

apenas alguns aspectos, ciente de que há níveis e expressões da violência que não foram apreendidos nos breves contatos possibilitados pelas idas a campo, os quais encontram limitações inclusive na própria linguagem para que possam ser expressos. A astúcia de “ninguém” – imagem à qual recorro para representar o capital como força abstrata – expropria famílias inteiras, mas, diferentemente do sentido da expropriação na forma clássica da acumulação primitiva, não há aqui formação das condições de imposição do capital como relação social dominante, pois esta já é a forma social dominante.

O que se observa é uma disputa pela terra como meio para amenizar a iminência de mais uma rodada de efeitos corrosivos da crise fundamental do capital. O processo de crise que leva ao aumento da pressão sobre terras em processo de regularização, ou sobre terras pertencentes a comunidades ou ocupadas por integrantes de movimentos de luta pela terra, recai duplamente sobre a população pobre. Expropriações que forcem a mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1970), sujeitando essas populações a migrações em busca de trabalho. Estes, quando existentes – pois muitos já foram extintos com o desenvolvimento automatizado das forças produtivas – oferecem condições bastante precárias, inviabilizando a sobrevivência também por meio da renda obtida com trabalho. As políticas de transferência de renda compensam e intermediam a incapacidade dos postos de trabalho disponíveis de oferecer condições de sobrevivência aos despossuídos. Ao mesmo tempo, fazem circular dinheiro, também como meio de amenizar a limitação de realização das mercadorias.

Embora as políticas de governo sejam capazes de remediar a dinâmica da crise, parece haver algo que não fica tão visível se analisarmos apenas a conduta política dos agentes locais envolvidos. A “falta de pujança econômica” (KURZ, 2015, P. 40), como a que experimentamos na periferia do capitalismo, atinge em cheio a capacidade de inserção social pelo trabalho de uma massa crescente de pessoas. Com o setor industrial nacional em desaceleração, as áreas urbanas são cada vez menos uma alternativa para aqueles que migram do “interior” em busca de trabalho nas cidades. As regiões dominadas pela produção agroindustrial tampouco têm sido capazes de se fazer via de escape do desemprego estrutural, já que a tendência de mecanização também desconvida o trabalho da produção de mercadorias agrícolas. Um cenário de possibilidades restritas – e de expectativas decrescentes (ARANTES, 2014) – torna os programas de transferência de renda a única saída para os sobreviventes do navio que ora naufraga.

Enquanto corolário de um processo de produção, conduzido por forças estranhas, a crise, e seus efeitos sobre a vida humana em todo o mundo, não deve ser interpretada como mero

efeito da má vontade ou da ignorância das camadas dominantes. Estas respondem e reagem aos processos também sob um grosso véu de inconsciência. Os instrumentos institucionais, por sua vez, sejam eles movidos pela boa ou pela má vontade daqueles que ocupam cargos na gestão pública, remediam a catástrofe, cujas proporções ultrapassam em muito a capacidade gerencial do Estado. O termo “crise” aqui invocado não é trazido para descrever uma fase aguda, ou um agravamento episódico das condições de reprodução do capital. A crise da qual aqui falamos atinge os fundamentos da forma social capitalista, repercutindo sobre o modo como terra, trabalho e capital são operados enquanto categorias do sistema de produção de mercadorias.

Sob a crise fundamental do sistema de produção de mercadorias, as formas de violência impõem um novo sentido, que tem um forte caráter sacrificial. O desenvolvimento das forças produtivas engendrado pela terceira revolução industrial conduziu economias do mundo todo a uma espécie de “beco sem saída” na medida em que acelerou a incorporação da microeletrônica nos processos produtivos. Esse processo atinge a base da produção de valor – que é o trabalho –, levando a uma crise nas condições de realização daquilo que é a finalidade precípua da forma capital, que é a capacidade de valorizar o valor por meio da geração de mais valor, somente possível por meio do trabalho.

Visualizamos alguns elementos deste processo e suas consequências sobre o contexto de relações de trabalho constituídas entre a milícia e aqueles que foram por ela vitimados: automatização dos processos produtivos da agroindústria constituída no norte de Minas, automatização dos processos produtivos da atividade minerária recém-chegada, tendência de redução nos postos de trabalho, valorização das terras, escasseamento dos recursos hídricos, processos de expropriação, mobilização do trabalho em migrações internas rumo a Montes Claros, por exemplo, inserção em trabalhos precários. Tal contexto agrava as necessidades de muitas das famílias que vivem em áreas urbanas e rurais, muitas delas, dependentes de programas de transferência de renda, que vêm nas ocupações alternativas para a própria sobrevivência.

4 O FIM-FINAL DO SERTÃO?

“Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência.”

KARL MARX, O Capital, 2013, p.786.

4.1. A violência de coronéis e jagunços e o sentido da modernização

O entendimento de que o antigo mandão e/ou o coronel “ainda existe” compõe parte importante das análises dos conflitos contemporâneos e repercute sobre as interpretações das disputas por terra no norte de Minas. A conclusão pela permanência do atraso representado por essas figuras do passado aparece nas leituras que abordam a violência pela perspectiva dos conflitos no campo (OLIVEIRA, 1988) e pela perspectiva dos conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004). Enquanto linha de interpretação dos fenômenos de violência no campo, esse entendimento exerce influência sobre o olhar de técnicos e militantes que atuam na luta pela terra, os quais não raro se queixam de que os conflitos são causados por fazendeiros que adotam uma posição atrasada em relação aos movimentos de luta pela terra. O questionamento diante da violência contra comunidades rurais e acampamentos é frequentemente manifesto com críticas à mentalidade “atrasada” dos proprietários rurais.

O diagnóstico do atraso foi difundido pela tradição crítica brasileira ao longo de todo o último século. Embora seja um raciocínio aplicado com pouco critério a qualquer tipo de relação que não se assemelhe aos referenciais europeus, ele é empregado com ainda maior frequência quando os campos teóricos se debruçam sobre fenômenos que ocorrem no assim chamado sertão⁶⁸. As análises que se orientam por esse diagnóstico conduzem à equívoca

⁶⁸ Há uma associação entre “atraso”, “sertão” e “coronelismo” que é bastante repetida em entrevistas e em pesquisas acadêmicas, a qual busco aqui desnaturalizar.

interpretação dos atuais conflitos por terra como sendo resultado de relações sociais atrasadas, se pautam por uma comparação com as relações constituídas nos centros do capitalismo⁶⁹.

A prece é ritualisticamente repetida sem muito incômodo, orientada pela “suposição de que haveria algum sentido obrigatório da evolução geral das formas de vida social da espécie, já indicado no presente pelos países industrializados” (MENEGAT, 2022, p.7). Segundo essa tradição

o que não se modifica está fadado a se tornar um resto ou um fóssil vivo que estorva as condições de possibilidade de ser bem sucedido na seleção natural das formas sociais, algo como um peso morto que se carrega por capricho e sem a consciência (de preferência científica) ou o desprendimento (este sempre moral) para a realização de fins superiores. (idem)

Na prática, o emprego deste raciocínio termina por confundir as análises dos fenômenos de violência, levando a crer que os conflitos no campo são uma excrescência de nosso tempo, e não uma expressão de um ímpeto imanente à forma social. Agentes históricos são criticados por aquilo que não lhes é exclusivo, que é a falta de consciência em suas decisões, inconsciência que não é desvirtude desta ou daquela camada social específica, nem sinal de falta de qualidade moral, mas condição da própria vida sob a dominação autômata do capital.

A comparação com a época dos coronéis não se limita somente ao vocabulário dos pesquisadores de conflitos. Influenciada pela noção de conflitos ambientais, proposta por Acelrad (2004), uma pesquisa recente realizada em uma comunidade quilombola do norte de Minas Gerais, diagnosticou haver entre seus membros uma espécie de saudosismo em relação ao tempo dos coronéis (COSTA, 2020). O saudosismo se deve à rejeição aos imbróglis institucionais junto aos órgãos ambientais, os quais exercem controle de Estado sobre as formas de apropriação da natureza ali vigentes. Segundo a percepção relatada pelo pesquisador, as restrições de uso teriam sido menos impactantes no “tempo dos coronéis”, em comparação com o período atual. Justificativa empregada em uma avaliação de que nos tempos de hoje as coisas estão muito piores do que naquele tempo. Não só entre os teóricos, mas também entre as comunidades, o termo faz parte do vocabulário cotidiano, e faz referência à história das famílias que hoje ali vivem.

⁶⁹ É fato que a concentração fundiária seja um problema tipicamente brasileiro, que condiciona os conflitos por terra. Entretanto, isso não implica em ceder espaço em nossa crítica à ideologia modernizadora, a qual, sabemos é facilmente incorporada e servil a regimes autoritários.

Seja em avaliações pessimistas ou otimistas, o momento do “coronelismo” é, sem dúvidas, um ponto de referência das análises das relações constituídas no “sertão”, o qual influencia grandemente nas análises das relações contemporâneas. Embora possamos ver algumas semelhanças, como, por exemplo, no fato de que o proprietário fundiário personifica o capital e se impõe por meio de violência extra-econômica (MARX, 2013) contra os despossuídos que se avizinham, o conteúdo das relações e, assim, a finalidade da violência sobre as comunidades rurais do norte de Minas, tem um sentido singular em nosso tempo. É sobre esse sentido singular que pretendemos nos debruçar aqui. Observando a relação coronel e jagunço, enquanto agentes da violência direta, proporemos um olhar sobre essa dessemelhança.

A relação coronel e jagunço surge oficialmente com a criação da Guarda Nacional, em 1831, sob o regime de relações que ficou conhecido como sistema coronelista. Subordinada ao Ministro da Justiça, a Guarda extinguiu outros corpos de milícia e ordenanças da colônia, e passou a arregimentar forças a partir das vilas e em suas redondezas, onde os chefes de comuna foram designados coronéis. Este era o posto mais alto da Guarda, geralmente ocupado por fazendeiros, comerciantes e/ou industriais abastados. Os jagunços tinham origens variadas, sendo muitos deles fugitivos de outras capitanias⁷⁰ e/ou agregados da fazenda.

Era o serviço do agregado que sustentava a terra do coronel, como meio de acumulação de riqueza do empreendimento do fazendeiro. Ficava acordado que o agregado e seus parentes deviam ceder uma parte de sua produção familiar, o que, a depender do acordo, poderia ser uma quarta, uma terça e até meia parte daquilo que produzissem. Além da divisão da produção, o agregado devia estar sempre à disposição para “satisfazer as necessidades do fazendeiro” (LEITE, 2014, p.81), o que fazia sob um forte sentimento de dever para com o patrão, que era quem lhe cedia as terras por meio das quais ele produzir o próprio sustento. Isto só era possível porque, ao controlar a terra, o proprietário fundiário detinha o monopólio dos meios de produção, o que lhe permitia empregar violência direta sobre aqueles que lhe eram subordinados.

⁷⁰ “As instruções do conde de Valadares esbarraram principalmente nos sertões, com a dificuldade de serem feitas as diligências, uma vez que os criminosos dificilmente eram encontrados, fugiam para outras capitanias ou eram acoitados pelos seus patronos.” (ANASTASIA, 2005, P.38). A historiadora fala de uma fuga de criminosos em direção ao sertão e sugere que alguns deles tinham como patrões os próprios coronéis. A autora propõe uma oposição entre as Minas e o Sertão cuja marca distintiva tem a ver com a efetividade da lei e das instituições nas Minas, em antagonismo com a inefetividade no sertão. A autora, atenta aos documentos, analisa a lei política, ao que uma vez escrito no papel permite balizar o seu cumprimento e seu descumprimento. Ignora, porém, que a lei econômica opera pela legislação, mas pode também dela prescindir. A violência, como veremos, não é signo da ausência de instituições, pois também por elas se manifesta.

Entre o fim do período colonial e a ascensão da República Velha o monopólio da terra era o principal meio para forçar trabalho:

o principal expediente de subordinação dos expropriados ao proprietário fundiário era o monopólio dos meios de produção (especialmente a terra) através de recursos que mesclavam o emprego da violência direta com o que parecia estar no campo da dominação pessoal. (idem, p.82)

O emprego da violência permitia forçar a submissão, fazendo com que a parte do trabalho cedido pelo agregado garantisse a expansão da fazenda agropastoril no sertão mineiro (LEITE, 2014, p.84). A função de jagunço de fazenda integrava a miríade de atividades para as quais os agregados deveriam se colocar à disposição do patrão.

O vínculo entre a propriedade de terras e o comando dos postos mais altos era também sustentado pelo fato de que os coronéis serviam voluntariamente ao exercício militar, o que exigia que eles tivessem de desembolsar de suas posses para garantir o pleno exercício da função. Eles pagavam pela patente e pelo uniforme próprio e os dos soldados. Esses custos não eram acessíveis para uma pessoa que não tivesse posses, e, menos ainda, dinheiro, como era a condição dos agregados. Os jagunços e agregados eram despossuídos das condições que lhes poderiam conferir ascensão ao máximo posto da guarda.

Nesse contexto, na ausência de formação de uma superpopulação relativa como meio para forçar trabalho, era o coronel quem personificava as condições de “forçar e se apropriar do mais-produto social” (idem, p.82). A violência, portanto, tem o sentido de fornecer condições de acumulação para a fazenda, o que só é possível pela coerção exercida pelo proprietário de terras.

O monopólio da violência, um dos pressupostos básicos da formação do Estado moderno, é constituído de maneira lenta e gradual em meio a esse processo, que se consolida décadas depois, *pari-passu* à “internalização de parte dos custos do processo de modernização” (idem, P.84). O Estado se torna o principal agente modernizador das relações de produção, processo que tem seu ascenso a partir da Revolução de 1930. Isso ocorre na mesma medida em que “as próprias dinâmicas regionais de imposição do trabalho” (GRUPO DE SEXTA, 2022, P.328) também deixaram de ser a principal força motriz do processo de acumulação. Nesse momento o eixo produtivo do capital personificado da fazenda agropastoril é deslocado para o capital cafeeiro e, posteriormente, para o capital industrial. Essa transformação autonomiza capital e Estado, rompe com a transferência para o fazendeiro-coronel do controle do trabalho

pela violência, controle este que passa a ser exercido pela centralização da violência pelo Estado. A aparência de autonomia entre Estado e “necessidades imediatas de reprodução” dependeu da especialização dos diversos setores de gestão e da contratação de profissionais “para o cumprimento de suas funções burocráticas” (idem, p.329) – como as que deram origem às atuais secretarias e ministérios de segurança pública.

Em simultâneo à formação do capital cafeeiro e do capital industrial, que até o período iniciado com o Estado Novo seguiam vinculados, há a formação de uma superpopulação relativa. É essa condição que permite, assim que se autonomiza do Estado, que o capital possa dispor da força de trabalho, que passa a “fluir num mercado de trabalho nacional”. Progressivamente se generalizam as formas de assalariamento, o que suscitou inclusive a criação da legislação trabalhista em 1943.

As formas assalariadas foram “substituindo as relações de produção particulares” (idem, p.328) tais como aquelas vigentes na fazenda agropastoril, onde uma vez o fazendeiro-coronel era agente de mobilização da força de trabalho pela violência. A transformação no regime real da relação coronel-jagunço, engendrada pelo processo de formação do Estado e de sua “aparência de autonomia” em relação ao capital, progressivamente converte o antigo agregado sempre à disposição “para satisfazer as necessidades do fazendeiro” (LEITE, 2014, P.81) em uma força de trabalho que também se autonomiza do fazendeiro e da terra.

Passados quase dois séculos desde a criação da Guarda Nacional, instituição que deu origem à figura do “coronel”, transformações fundamentais se impuseram sobre as relações hoje constituídas. Enquanto categorias estruturantes da forma social vigente, terra, trabalho e capital repercutem inevitavelmente o processo de crise, o que confere a elas um sentido distinto daquele vigente em momentos passados do desenvolvimento do capitalismo. Houve duas grandes guerras, a ascensão e o declínio do fordismo, o início e o fim do conflito de sistemas produtores de mercadorias instalado durante a guerra fria, a tardia industrialização brasileira e também, mais recentemente, a terceira revolução industrial. Em quase duzentos anos passamos por um momento de formação da força de trabalho, em meio ao qual foram forjadas as condições de dominação social funcionais ao regime de produção de valor, para um momento em que uma crise atinge o próprio trabalho, sem que sejam alteradas as condições da dominação social.

Também as formas de violência são conduzidas com outro fim. Nesta fase, a violência direta promovida pelo proprietário fundiário se soma à violência abstrata em seu mais alto grau de fetichismo. A violência direta segue personificando a força impessoal do capital enquanto

relação social, porém, as relações não mais possuem o sentido de subordinar agregados-jagunços a fazendeiros-coronéis para gerar acumulação para a fazenda. Diferentemente das interpretações que veem na emergência das formas de violência em disputas por terra um reflexo de atraso – como se forças atávicas e autoritárias retornassem de onde nunca deveriam ter saído para violar o imaculado presente democrático – a milicianização dos métodos de repressão emerge em um momento radicalmente distinto do desenvolvimento do capitalismo.

A crise fundamental atinge hoje em cheio o processo de modernização retardatária que se arrastava no Brasil nas últimas décadas do século XX, operando como uma locomotiva, sugere Kurz (2015), que carrega consigo conflitos sociais “a todos os níveis em todos os contextos” (P.19). A formação de milícias, como a organizada por ruralistas no norte de Minas Gerais, é uma das reações que se insere nesse processo. A milícia norte-mineira emerge também como recurso desse processo de crise, mas em meio a uma profunda reconfiguração das forças sociais que no Brasil e no mundo tem levado à ascensão de novos radicalismos de direita. No sertão dos nossos tempos, a milícia norte-mineira revela o “caráter verdadeiramente destrutivo” (ADORNO, 2022) do nacionalismo sob o desmoronamento do Estado. Enquanto manifestação de um processo de dessocialização catastrófica (KURZ, 2014; MENEGAT, 2022), a milícia Movimento Segurança no Campo se apresenta como um experimento bem sucedido de mobilização de forças destrutivas da sociedade.

4.2. Milícias e o sentido da violência no processo de dessocialização catastrófica

“Este processo talvez não possa ser explicável sem o recurso crítico ao inominável sofrimento sem hora para término que esta sociedade implica. Este sofrimento não comparece aqui como apelo moral à justiça, mas como verdade última das formas de existência (daseinform) que este constructo requer para prolongar o seu fim (no duplo sentido).”
(MENEGAT, 2019, p.282).

Uma milícia não é senão um dos vários mecanismos de reposição da ordem social capitalista. Embora seja uma expressão de um poder paralelo ao monopólio da violência do Estado, a milícia se vincula às mais diversas instâncias do Estado enquanto instrumento da viabilização de interesses determinados. Milicianos como Adriano da Nóbrega⁷¹ se associam àqueles que ocupam cargos em câmaras legislativas, são próximos a lideranças do poder executivo, ocupam cargos públicos e, se não os tomam diretamente, buscam influenciar decisões institucionais que favorecem a inserção político-econômica do próprio grupo em uma posição determinada da ordem social. A milícia “do agro” possui o mesmo *modus-perandi*, embora atue com a finalidade de manter uma espécie de controle fundiário nos contextos de conflitos por terra no norte de Minas Gerais.

Sobretudo entre marxistas, não há nenhuma novidade nas afirmações que sugerem que o aparato estatal esteja a serviço das camadas dominantes da sociedade. Tampouco há novidade na análise de que o meio jurídico-formal seja a principal via de legitimação das posições oligárquicas que estas camadas ocupam. Uma vez explicitado o vínculo entre Estado e milícia, seria fácil deduzir, seguindo essa perspectiva, que, portanto, as milícias servem ao mesmo propósito de servir as oligarquias no poder. Seria, porém, uma simplificação muito grande afirmá-lo sem ter em conta uma análise do momento da dominação social que leva à emergência de formas de repressão como essa. A violência das milícias se consolida hoje como instrumento

⁷¹ O miliciano Adriano da Nóbrega, ex-policia do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), é conhecido por ter sido chefe do Escritório do Crime, grupo de pistoleiros e assassinos de elite que atua na zona Oeste do Rio de Janeiro. O grupo ficou recentemente mais conhecido por ter sido apontado em investigações criminais como tendo sido responsável pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes em março de 2018. Segundo a investigação jornalística promovida por Juliana dal Piva, desde 2005 o ex-policia possui ligações estreitas com a família Bolsonaro, tendo inclusive recebido medalhas e visitas de Flavio e Jair na cadeia após prisão em flagrante pela execução de um jovem.

extra-jurídico alinhado às decisões jurídico-institucionais que atendem a “magnatas da economia” (BEDSZENT, 2017), mas não é a serviço de uma economia qualquer, é a uma economia de crise.

Diferentemente do que ocorreu no Brasil no período que sucedeu à crise do sistema colonial (NOVAIS, 1981) – que duas décadas depois difundiu, por todo o território imperial, títulos de coronéis da Guarda Nacional – a violência das milícias não é um recurso para a formação de condições para a imposição de relações sociais capitalistas em formação. Os grupos armados que atuam hoje são expressão de um processo consolidado de modernização capitalista, embora sob as condições retardatárias típicas de sua condição de periferia. Neste contexto, esses grupos armados não atuam devido na ausência de instituições de Estado em processo de consolidação, atuam em um momento que consiste no seu inverso, pois em meio ao “desmoronamento do poder estatal moderno” (BEDSZENT, 2017).

Nas disputas fundiárias contemporâneas, diferentemente dos jagunços que serviam aos coronéis da Guarda Nacional, as tropas das milícias contemporâneas são compostas por indivíduos que não necessariamente possuem vínculo direto e funcional com o proprietário fundiário. A mediação empresarial dos seguranças particulares dificulta o lastreamento dos contratantes dos serviços de ameaça e execução sumária por eles fornecidos. Se durante a vigência do sistema coronelista os agregados – marcadamente indivíduos do sexo masculino – serviam como soldados das tropas da Guarda Nacional, hoje quem executa o serviço de violência geralmente é contratado “por fora”, como agente segurança privada. Atualmente os agentes são pagos por serviço e podem ser contratados de modo independente ou por empresas de segurança privada.

A força de trabalho mobilizada pelo pistoleiro tem como característica principal o emprego de violência direta mediante pagamento em dinheiro pelo serviço. Peregrina Cavalcante (2003), que estudou grupos de pistoleiros atuantes no Ceará, afirma que para alguns é uma maneira “fácil de ganhar dinheiro”, que garante algum prestígio àquele que nela se insere (P.13). A autora analisa que a pistolagem geralmente aparece como oportunidade para pessoas de origem pobre que passam a se inserir em redes de relacionamento que incluem autoridades como oficiais da polícia militar, juízes, fazendeiros e comerciantes (idem). Ela complementa que “Às vezes o ingresso se dá após cumprimento de pena na cadeia. O pistoleiro oculta-se nas fazendas, à espera de um serviço. Mata o inimigo de seu protetor. É capaz de arriscar sua própria vida pelo patrão. O pistoleiro de honra, o mais tradicional, está acabando”. (idem, P.153).

Se, como afirma a pesquisadora, “o pistoleiro de honra está acabando” é porque há novas formas da violência que convém às transformações das relações vigentes. Um exemplo desse novo regime de relações é ilustrado no relatório produzido pela De Olho nos Ruralistas, “Oligarquias Armadas”. Segundo consta, mudanças recentes, promovidas pelo governo Bolsonaro, permitiram que megaempreendimentos agropecuários e minerários pudessem dispor de esquemas de segurança e armamentos próprios, o que deu origem a uma nova categoria de vigilância, a “segurança orgânica”:

são empresas que contratam seus próprios vigilantes em vez de terceirizarem sua proteção e que podem requisitar à Polícia Federal e ao Exército Brasileiro permissão para compra e venda de armas de fogo, inclusive as de grosso calibre, inseridas na lista de Produtos Controlados pelo Exército (PCE). Esta lista inclui materiais explosivos e fuzis. (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022).

O relatório produzido pela ONG jornalística no ano de 2022 indica que o estímulo ao comércio de armas promovido ao longo dos 04 anos de governo ampliou os métodos de repressão, sobretudo entre as gigantes do agronegócio brasileiro. A “segurança orgânica” foi autorizada para os megaempreendimentos agropecuários como o da JBS, da Cosan, da Raízen e da Bayer. O relatório da ONG também chama a atenção para o crescimento do número de vigilantes irregulares que surgiram após a “ampliação de políticas de flexibilização na comercialização e porte de armas de fogo no Brasil” (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022). Os dados fornecidos estimam que aproximadamente 526 mil pessoas trabalhem irregularmente em empresas de segurança privada no país. O que se observa com essas decisões é que há um aumento do potencial letal de trabalhadores cujo vínculo de trabalho é, senão apenas frágil, em seu limite, incomprovável. Enquanto os gigantes treinam e municiam seus próprios exércitos, os médios produtores, como os pertencentes à Sociedade Rural de Montes Claros, se servem da profusão de empresas terceirizadas de segurança que, por exemplo, tiveram acesso facilitado a armas sem que houvesse um maior controle da situação funcional daqueles que desempenham esses serviços.

Quando não é fornecida por empresas de segurança que operam localmente – e a escolha por elas depende também do “tipo de serviço” –, a força de trabalho do pistoleiro é mobilizada por pessoas em geral que não são conhecidas na região em que atacam. Elas se deslocam, portanto, entre municípios e até entre diferentes unidades da federação (BARREIRA, 2014) para evitar identificação de suas vítimas. Trata-se, como afirmou Peregrina Cavalcante (2003)

de uma função que é em geral desempenhada por sujeitos do sexo masculino, que recebem por serviço, sendo o vínculo empregatício um empecilho à discricção necessária ao trabalho. Sujeitam-se à função, assim, ou sujeitos que já não tem nada a perder (cujo número crescente poderá formar verdadeiros exércitos de pistoleiros), sujeitos que provavelmente não têm nem expectativa de vincular-se formalmente a algum posto de trabalho. Pode, ainda, ser realizada por agentes de segurança pública subordinados a mandantes que colaboram com os interesses da milícia, como foi o caso do despejo do Acampamento Recanto das Águias em Capitão Enéas, ou, como no caso emblemático do Rio de Janeiro, que se vinculam às organizações milicianas para “fazer um extra”.

A milícia formada por proprietários rurais no norte de Minas é um dos exemplos desse regime de relações sociais constituídas sobre os escombros da civilização moderna. O conteúdo da relação entre proprietários rurais, seus subordinados, e as comunidades que são alvo da milícia revelam um arranjo que parece ser sintomático de que uma forma de violência ainda pouco conhecida está em processo de consolidação. Os decretos de armas sancionados ao longo dos quatro anos de governo de Jair Bolsonaro facilitaram grandemente o acesso a armas⁷², fazendo crescer atividades regulares e irregulares de segurança privada, assim como a formação de articulações milicianas como o Movimento Segurança no Campo. Diferentemente das grandes empresas do “agro” que dispõem de “segurança orgânica”, mas igualmente beneficiados pelos decretos, os ruralistas do norte de Minas acionam agentes que fornecem seus serviços por meio de empresas de segurança privada.

Uma análise da violência nos conflitos por terra de nosso próprio tempo exige que nos atentemos para o modo como a violência direta é empregada nas relações de produção de valor, sobretudo no momento em que se configura a crise dessas relações. Por isso, os meios utilizados por aqueles que personificam o capital em empreendimentos fundiários interessam e são reveladores da dinâmica das relações sociais vigentes e, portanto, do momento de imposição da dominação social capitalista. No caso da milícia “do agro” que atua no norte de Minas Gerais, a terceirização do serviço permite que os mandantes dos ataques terroristas a comunidades sejam mais dificilmente identificados, uma vez que não há laços entre os envolvidos. Trata-se de uma conveniência e tanto para proprietários que, se associados a esses conflitos como

⁷² Após mais de 40 decretos de Bolsonaro, brasileiros compram 1.300 armas por dia, 12/09/2022 Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/12/apos-mais-de-40-decretos-de-bolsonaro-brasileiros-compram-1-300-armas-por-dia>>, Acesso em 21/03/2023

mandantes, podem eventualmente ter de se haver com o sistema judiciário de um Estado em processo de desmoronamento.

Sob a catástrofe geral instalada pelo processo de crise da sociedade produtora de mercadorias, emergem novas forças para reger a destruição. Enquanto sob o desmoronamento do Estado serviços e bem-estar são preteridos, os métodos de oficiais de repressão são facilitados. A insurgência dos métodos ditos paralelos de repressão, encontra nas decisões oficiais de Estado uma via para a própria consolidação, com isso, decretos e decisões de secretarias de segurança pública abrem os caminhos para um maior controle do próprio capital sobre as formas de violência. As empresas de segurança privada e setores internos de “segurança orgânica” protegem por meio da mobilização de força de trabalho, em alguns casos, empobrecida e marginalizada, aquilo que realmente importa, que são as fontes de lucro. Enquanto a facilitação do acesso às armas viabiliza a extinção daqueles que já não oferecem mais utilidade para o capital, o nacionalismo ascendente da extrema-direita é o instrumento que gera a identificação entre aqueles que fazem parte da “nação” e aqueles que não fazem parte dela, cuja vida tem, portanto, menor relevância, podendo ser mais facilmente descartada.

Durante o ataque à fazenda Bom Jesus, em abril de 2018, uma bandeira vermelha do MST que havia sido hasteada durante a ocupação foi retirada, sob os gritos eufóricos dos ruralistas⁷³. Na sequência, a bandeira é substituída por uma do Brasil. Naquele contexto, a bandeira vermelha representa um projeto que para os ruralistas é indigno, que é visto como se atendesse a interesses particularizados, e, portanto, menos nobres que os grandiosos interesses nacionais. Esse é o aspecto verdadeiramente destrutivo do nacionalismo que, sob sua decadência, sustenta a identificação de seus adeptos com os elementos da “verdadeira nação”. Ao mesmo tempo que o faz, o faz em oposição àqueles que são considerados os povos sem nação, que somente constituem aquele regime de identificação pelo seu negativo. A verdadeira nação triunfa como identidade coletiva sobre os escombros da sociedade, estes recaem primeiro e com força sobre aqueles que carregam consigo os marcadores sociais, raciais, sexuais, comportamentais e ideológicos que podem e devem ser sacrificados.

⁷³ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=z2FstLUWCLs> > Acesso em 02 de abril de 2023.

4.3. A milícia para além do controle fundiário de rapina

“Para quem não vê nada diante de si e para quem não quer a transformação da base social, não sobra absolutamente nada, senão dizer, como o Wotan de Richard Wagner: ‘Sabes o que Wotan quer? O fim’.” (ADORNO, 2020, P.52).

Em 2014, a morte do militante da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Cleomar Rodrigues de Almeida (FIGURA 23), marcou um momento de acirramento dos conflitos por terra no norte de Minas Gerais. Segundo as informações da LCP, Cleomar foi assassinado sob o comando do gerente de uma das fazendas do município de Pedras de Maria da Cruz, às margens do rio São Francisco. Este é um dos episódios que fez com que, ao longo dos últimos 13 anos, a macrorregião Norte fosse classificada como a mais conflitiva do estado de Minas Gerais.

Tomar conhecimento do que aconteceu com Cleomar me fez pensar em um dos casos mais emblemáticos de assassinato em conflitos no campo na história brasileira, que foi a morte de João Pedro Teixeira. Seja pelo fato de que a morte do militante das ligas camponesas de Sapé (FIGURA 24), na Paraíba, antecipou a repressão que viria a se tornar prática usual durante a ditadura civil-militar, seja por conta da perseguição à equipe e à direção do filme “Cabra marcado pra morrer” (1984)⁷⁴, que se propunha a construir uma narrativa ficcional a partir do caso real. Já como consequência do regime, em 1964 o filme foi duramente censurado desde as gravações, que contavam com a atuação da esposa de João Pedro, Elizabeth Teixeira, interpretando ela mesma. Embora tragédias como essas tenham marcado a história do Brasil, no campo e na cidade⁷⁵, elas não devem ser encaradas como sendo triviais, cotidianas, ou como meras consequências de uma sociedade violenta e autoritária (CHAUÍ, 2014). Atos bárbaros como esses, direcionados contra aqueles que lutam contra os patentes problemas sociais, mobilizam, certamente, a nossa indignação, e não podem/não devem ser tratados com frieza pelas pesquisas que sobre eles se debruçam – embora esta seja a tendência dominante do comportamento social na atual fase da moderna sociedade produtora de mercadorias.

⁷⁵ Marielle Franco, presente!



Figura 23 - Cleomar Rodrigues de Almeida, dirigente da Liga dos Camponeses Pobres no norte de Minas Gerais assassinado em outubro de 2014.



Figura 24 - Elizabeth Teixeira ao lado dos filhos logo após o assassinato de João Pedro - Reprodução / Cabra Marcado Para Morrer

Analisada em seu próprio tempo, a violência contra aqueles que lutam por melhores condições de vida para si e para os seus possui um sentido que é muitas vezes difícil de ser lido. Apegamo-nos ora à dor, ora aos números, para não nos esquecermos daquilo que não queremos que se repita. No entanto, embora dor e números nos permitam manter acesa a memória, o sentido dessas perdas no conjunto da sociedade por vezes nos escapa. Por fim, a falta de sentido das perdas nos remete a uma condição aporética, que é a falta de sentido da própria sociedade. Perdas cuja banalidade que as determina resume o sentido esvaziado que tem a vida sob o império do capital. Entretanto, ainda que pressionados por forças estranhas e abstratas que pressionam pela apropriação de terras, quais são as forças físicas-materiais que puxaram o gatilho da 12 que matou Cleomar? Quais mecanismos particulares operam sobre cérebro, nervos, músculos e sentidos (MARX, 2013) daqueles que matam e mandam matar?

Talvez sejam perguntas de difícil resposta, cuja elaboração exigiria recorrer a outras áreas do conhecimento, por isso, me limitarei a mobilizar aqui um pouco daquilo que foi exposto ao longo do texto para esboçar uma hipótese que se relaciona com elas. Proponho pensar que os ataques comandados e/ou apoiados pela milícia não são motivados exclusivamente por uma finalidade econômica imediata, resultando também da costura de uma dimensão psicossocial que tem se movido na direção de uma antecipação da catástrofe social (ADORNO, 2020).

Embora o contexto de emergência da milícia Movimento Segurança no Campo – que, como vimos, atua no entorno de Montes Claros e é influente no norte de Minas Gerais – seja manifestação de uma força abstrata e dos interesses econômicos que os personificam, o sentido da organização da violência proposto por seus membros não é reflexo exclusivo da fantasmagoria do capital (o “ninguém”). A escalada da violência em disputas fundiárias, assim como a complexificação de suas formas – sejam elas a profusão de empresas de segurança privada ou a articulação de milícias formadas por proprietários rurais – relaciona-se com o momento do capital pelo sentido tácito de sacrifício humano inerente à sua crise fundamental. Os mecanismos de repressão forjados sob a crise, independentemente de sua aparência rústica ou ultratecnológica, carregam consigo essa marca *espiritual*, cujo molde é o sentido histórico da violência de nosso tempo.

Analisando a obsolescência do trabalho abstrato com foco na ruína da periferia mundial, Scholz (2019) admite semelhanças entre as formas da violência na periferia sob o colapso do sistema produtor de mercadorias e a forma da violência no período histórico da formação da

moderna sociedade burguesa, que ficou conhecido como processo de “acumulação primitiva”⁷⁶. Ela questiona as interpretações que sugerem que o sentido histórico da acumulação primitiva teria permanecido orientando as formas de violência em nossos tempos. Diferentemente do período de formação das condições de imposição do capital, que nas periferias foi marcado pela colonização, o que forja a atual fase histórica do capital é o desmoronamento das estruturas que sustentaram a própria origem do capital. O declínio da sociedade ora ancorada no trabalho tem hoje por princípio-limite o descarte do material humano “já não valorizável” (KURZ, 2014, P.370).

Enquanto nas metrópoles a crise conduz “a um desemprego estrutural, a capacidades excedentes em escala mundial e à fuga do capital monetário para a superestrutura financeira (conjuntura das bolhas financeiras)” (KURZ, 2015, P. 39), as limitações para o reequipamento microeletrônico aceleram o colapso das economias nacionais periféricas. Estas mantêm no máximo, ilhas de valorização para metrópoles capitalistas (à exemplo das agroexportadoras, sobretudo instaladas no vale do Jaíba, de alguns dos parques industriais de Montes Claros e das mineradoras estrangeiras recém-chegadas no norte de Minas). Sob a crise também podem⁷⁷ ocorrer “lutas sangrentas pelo controle das últimas fontes de criação duradoura de valor” (BEDSZENT, 2014).

Sob esse contexto asselvajam-se os aparelhos repressivos (SCHOLZ, 2019) que atuam na contenção da desordem provocada pela obsolescência do trabalho. Nas periferias, onde esta tendência se espalha com maior velocidade, os regimes autocráticos se tornam terrenos férteis para milícias. No Brasil, periferia do mercado global, vivenciamos ao longo dos últimos anos um processo de aceleração desta tendência, promovido pela ascensão da extrema-direita ao controle dos aparelhos repressivos. O asselvajamento repercutiu sobre aparelhos que até então não eram vistos como sendo potencialmente repressivos, atingindo níveis inimagináveis até

⁷⁶ O processo ficou conhecido como “acumulação primitiva”, mas, na verdade, esse termo refere-se às teses que Marx buscava combater de que a formação da riqueza na sociedade moderna teria sido possível graças ao empenho de uma “elite laboriosa”. No capítulo 24 d’O Capital, Marx expõe a violência do processo de imposição do capital como relação social, marcado por expropriação, deslocamentos forçados, legislações humanamente degradantes e muita miséria.

⁷⁷ A hipótese de que a terra no norte de Minas talvez seja uma dessas “últimas fontes” é aqui levantada como possibilidade, pois, considera-se ser necessária uma análise mais aprofundada tanto da tese levantada por Bedszent quanto das condições objetivas de inserção do norte de Minas na dinâmica econômica mundial de crise.

para o próprio Jair Bolsonaro, que dizia ser necessário “matar 30 mil⁷⁸”, e conseguiu chegar a quase 700 mil mortos registrados pela COVID-19 no país. Neste período, ironicamente, o Ministério da Saúde foi o principal aparelho de promoção da morte no país.

A mudança de governo ocorrida em 2023 representa a desaceleração dessas tendências, mas, de modo algum sugere qualquer possibilidade de superação do sentido e da forma de violência que está posta, afinal a crise atinge os fundamentos da forma social. “A política” não é uma dimensão autônoma, operada à revelia da crise. Enquanto dimensão apenas aparentemente cindida tem sido capaz, no limite, de propor estratégias de gestão da barbárie (MENEGAT, 2019), mas não de contê-la. Os governos não são capazes de criar mecanismos para estancar a lesão ao casco deste navio naufragante⁷⁹.

“Nas situações de crise”, sentencia Kurz (2014), quando o auto-sacrifício pelo trabalho se torna impossível, é reconstituído “o literal sacrifício humano no seu verdadeiro sentido arcaico, sob a forma da instalação de uma maquinaria de morte” (P.370). O sacrifício⁸⁰ pode acontecer de três modos:

primeiro, como agudização da relação do sacrifício objetivada, na medida em que as pessoas vêem o seu acesso vedado a cada vez mais fontes da reprodução; em segundo lugar, sob a forma da guerra e da guerra civil industrializada; e, em terceiro lugar, como assassinio diretamente organizado de material humano já não valorizável no âmbito de um “estado de exceção”, apoiado em legislação excepcional de todo tipo. (idem).

O primeiro modo de sacrifício me faz lembrar do episódio do churrasco com cerveja no meio da estrada durante o despejo da ocupação da Fazenda Bom Jesus. Enquanto impediam o

⁷⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/andre-santana/2021/03/28/bolsonaro-desejou-30-mil-mortos-a-pandemia-multiplicou-o-numero-por-10.htm> > Acesso em 20 de março de 2023.

⁷⁹ Enquanto o navio afunda, intelectuais à direita e à esquerda, tocam piano e esperam que as forças da natureza se convertam em forças humanas, compadecendo-se dos talentosos pianistas. Mas o mar traga tábua por tábua, e depois tecla por tecla do instrumento de acompanhamento da sinfonia da crise. E qual é esse instrumento no sentido não-metafórico? As próprias técnicas às quais se atribui o poder de amenizar a agressividade do processo que corrói as entranhas desta nossa forma social. Entre os diferentes gestores da barbárie, é evidente que há distinções concretas. Entre assistir ao naufrágio e procurar contê-lo, buscando eventualmente disponibilizar materiais para garantir a sobrevivência daqueles que possam vir a se salvar e oficializar o extermínio há uma diferença significativa. A sobrevivência – ainda que sem garantias do que virá – não é o mesmo do que atirar todos os tripulantes ao mar enquanto a parte que afunda é a proa do navio. Ocorre que a condição de crise permite apenas que se faça uma mediação muito limitada dos materiais flutuantes do navio entre os naufragos, o que em hipótese alguma restitui ao navio a sua forma original.

trânsito na estrada, logo em frente à cerca do terreno em que estavam as famílias, os proprietários bebiam e assavam carnes em uma churrasqueira ali instalada. Enquanto gesto, o ato pode ser interpretado como uma espécie de provocação, como um ato de crueldade e até de tortura psicológica. Se interpretado enquanto caráter psicológico de uma socialização fetichista (SCHOLZ, 2013, P.49), o gesto de tortura física e simbólica expõe as entranhas do funcionamento do modelo civilizatório vigente, evidenciando a diferença entre aqueles que podem comer à vontade e aqueles que não podem, ou que somente podem comer sob a autorização daqueles que têm permissão para comer.



Figura 25 - Integrante do Movimento Segurança no Campo conversa com policiais que operaram no dia do despejo das famílias do Acampamento Recanto das Águias, 2019



Figura 26 - Fotos: Repórter Brasil.

Os sacrificados têm cor. Adiciona-se à tortura promovida pela milícia a diferença racial, traço pessoal cujos sacrificados carregam em seus corpos, marca que não podem esconder. A cor os torna miras preferenciais do sacrifício, distinção que tacitamente autoriza que se aumente a carga de sadismo das torturas. Nas filmagens do despejo ocorrido em 2019, casas levantadas com simplicidade, onde moravam famílias, dentre elas algumas compostas por pessoas idosas entram em contraste com a figura da proprietária rural que integra a milícia. Ela, branca, dos olhos claros, trajando belas roupas e múltiplos adereços; eles, pessoas negras, que viviam naquela terra já há quase três anos e agora, expropriados.

O terceiro modo de sacrifício foi experimentado no assassinato de Cleomar Rodrigues e no ataque com caminhão-baú ao acampamento Recanto das Águias. A instalação do Estado de Exceção foi devidamente testada ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro, quando a milícia estreitou ainda mais o alinhamento próprio com as instituições policiais, graças à mediação junto à Secretaria de Segurança Pública, comandada até 2021 pelo General Mário Araújo. Seguindo esse critério para analisar as ações mobilizadas pela milícia e no contexto de violência das disputas por terras que aqui busquei expor, apenas a situação de guerra não está instalada, mas, sem dúvidas, a “antecipação do terror” (ADORNO, 2020) que é traço dos radicalismos de direita, já se ocupa de garantir que os proprietários rurais estejam devidamente preparados para quando esta for devidamente declarada.

Considerações finais

“As grandes crises sempre são também locomotivas de conflitos sociais a todos os níveis e em todos os contextos.”
(KURZ, 2015, p. 19).

A inquietação surgida lá nos idos de 2015, quando a abrupta experiência do estouro da boiada (FIGURA 27) capturou meu medo e exigiu explicações ganhou aqui novos tons. Para além de uma experiência traumática, quis que aquele susto pudesse ser também um experimento de elaboração do sentido da violência em nosso tempo. Este foi o meu desejo. O tempo, por sua vez, demonstrou que a agressão do ruralista tinha contextos mais profundos e que seguiam a tendência de ser ainda mais agravados, ou, nos termos da Roswitha Scholz, asselvajados. Esse processo tem resultado na emergência de mecanismos de repressão elaborados, que se impõem sob forte caráter sacrificial, como são as milícias, e como é a milícia de empresários rurais formada em 2017 no norte de Minas Gerais.



Figura 27 - Fotografia produzida sob o sangue frio do caminhante Diego Zanotti durante o ‘estouro da boiada’. Arinos, 2015

Para entender o sentido da dominação social que a milícia norte-mineira personifica em nosso tempo, busquei expor algumas de suas práticas, assim como o seu modo de organização, relacionando-o com o sentido histórico da violência sob a crise da forma social vigente. A

reflexão que partiu desse questionamento passou por três níveis: 1. de apresentação das práticas que caracterizam a milícia norte-mineira; 2. de contextualização das condições psicossociais em nível nacional e internacional que levaram à sua emergência; 3. de apreensão da dinâmica das relações em que surge a milícia no norte de Minas Gerais.

No primeiro nível busquei demonstrar que a milícia “do agro” Movimento Segurança no Campo mobiliza proprietários rurais que atuam nas proximidades do município de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, em ações de repressão e expropriação de acampamentos e comunidades rurais. Exponho que o grupo de ruralistas mantém proximidade com militares das forças armadas e agentes de segurança pública, utilizando-se da influência e da capacidade de imposição de violência destes para reprimir ocupações de terras no norte de Minas Gerais. Além da proximidade com as forças do Estado, contratam pistoleiros vinculados a empresas, mas também indivíduos esporádicos, que não possuem vínculo formal de serviço, para executar ameaças e ataques às ocupações. Expus que, nesses ataques, a milícia impede a chegada de recursos essenciais (água e alimentos) aos ocupantes por meio do bloqueio de estradas. Em simultâneo às restrições, pistoleiros verbalizam ameaças de morte e empunham armas, gerando terror nas famílias.

A partir dessa apresentação sugeri alguns nexos entre a crise que atinge o fundamento da forma social e o contexto de conflito que foi exposto. Entendo que estas famílias que vivem em áreas urbanas e rurais, sobretudo no entorno de Montes Claros, integram a crescente parcela da população que vive espremida entre as impossibilidades do tempo em que seus trabalhos são, em grande parte dispensáveis. As ocupações de terras e de terrenos urbanos são para elas alternativas para amenizar as inúmeras dificuldades impostas à sobrevivência daqueles cuja força de trabalho é, decerto, dispensável para o capital.

Concluo que em um tempo em que as possibilidades de se fornecer o próprio trabalho para obter os meios de sustentar a própria sobrevivência são cada vez mais restritas, a violência ganha um sentido arcaico de sacrifício “sob a forma da instalação de uma máquina de morte” (KURZ, 2014, P.370). Os atos violentos perpetrados pela milícia que atua na repressão dessas ocupações carregam esse mesmo sentido de dispensabilidade, de eliminação. As milícias, mas não somente elas, são forças sociais que se preparam e, a depender do contexto, se dispõem a operar essa maquinaria.

Acrescento uma interpretação sobre o sentido de sacrifício mortal da violência que se apresenta de forma ainda mais radicalizada nas periferias do mercado mundial “recém-libertas” de processos autoritários, como é o caso do Brasil pós-redemocratização. Dois episódios

revelam o sentido e a radicalidade com que esse princípio sacrificial que orienta o nosso tempo e pode ser operado pela maquinaria estatal: “a fila do osso” e a “crise do oxigênio em Manaus”. Outro episódio, este em Montes Claros, o fechamento do Restaurante Popular sob a justificativa de “não dar lucro” e a posterior ocupação do espaço por pessoas em situação de rua, me pareceu cumprir com papel equivalente a essas duas trágicas cenas ocorridas durante a pandemia. Os três episódios revelam a capacidade de execução e autolegitimação do descarte de seres humanos que foi desempenhado, neste caso, não por uma milícia, mas pelo Estado quando regido pelo “desejo de fim” mobilizado pela extrema-direita durante seu exercício no poder.

Num segundo nível, apoiei-me no cenário nacional e internacional de emergência de novos radicalismos de direita no século XXI para expor o contexto de origem da milícia. Na esteira dos movimentos de extrema-direita a milícia emergiu da articulação entre empresários rurais, militares das forças armadas e agentes da segurança pública, que se organizaram no entorno deste grupo com o intuito de sufocar entidades e iniciativas que se aproximam do espectro político de esquerda que atuam sob a forma de movimentos de luta pela terra e/ou moradia. No Brasil o militarismo policial (FELTRAN, 2020) que caracteriza esses movimentos teve como alicerce as forças armadas que articularam as condições para se manterem protagonistas desse processo de fortalecimento da extrema-direita. A Intervenção Federal que ocorre no Rio de Janeiro em pleno ano eleitoral serviu de referência para demonstrar o papel desempenhado por estas forças, o qual, associado a setores nada inexpressivos do agronegócio, foram base sustentadora do projeto bolsonarista.

A organização de produtores rurais em torno de uma milícia surge no norte de Minas em meio a um contexto de explicitação das diferenças internas entre o agronegócio de médio porte e a agroindústria. Em âmbito nacional o agrobolsonarismo é explicado como uma organização que surge de um processo de concorrência de crise entre grandes e médios produtores. Este processo parece funcionar como uma espécie de ignição de algo que corre em simultâneo-paralelo à construção fanstasmática que encarna e ressuscita o cadáver do espírito nacional. Este espírito destrutivo, incorporado pelos aderentes do radicalismo de direita que ascendeu no Brasil ao longo da última década, diferentemente da perseguição nazifascista contra o povo judeu, se direciona como desejo de destruição dos considerados sobrantes, que são em geral os pobres, negros, mulheres ou aqueles que com eles se identificam.

A experiência em uma sociedade em crise atinge a todos, e move alguns sob uma espécie de voluntarismo à barbárie. Os radicalismos de direita insurgentes, em especial, mobilizam o

desejo de destruição, nutrindo a vontade de que se chegue logo o “fim-final”. Enquanto tendência majoritária da extrema-direita brasileira, o bolsonarismo rapidamente capturou a massa de insatisfeitos, dando um sentido maior do que o da causa própria, este estreitamente vinculado a elementos nacionalistas muito comuns no meio militar como as cores da bandeira e o sentido de “defesa da nação”. O nacionalismo tosco mobilizado pela extrema-direita tem seu “caráter verdadeiramente destrutivo” (ADORNO, 2022) explicitado na emergência da milícia norte-mineira, orientada que é por essa carga ideológica.

Num terceiro nível, busco analisar a milícia “do agro” como expressão de uma dominação impessoal que se impõe a partir das condições particulares estabelecidas no norte de Minas Gerais. Avalio que embora se torne mais explícita em um contexto de conflito fundiário, a dominância violenta do capital articula-se por meios também menos perceptíveis e mais sutis e é perpetrada pela diversidade de agentes, que, sob esta forma social, “são personificações das relações econômicas” (MARX, 2013, P.160).

Proponho que no norte de Minas Gerais a “racionalização tecnológica” tem reconfigurado as relações de trabalho, o que parece estar acontecendo de modo mais acelerado nas áreas de expansão da mineração. As consequências são observáveis pela população que narra aos técnicos que atuam em seus municípios o descontentamento com o desemprego, mas também nas condições de extrema pobreza que vem sendo experienciadas por uma parcela da população de Montes Claros, muitos deles, migrantes internos à própria macrorregião. Estes são, em geral, os alvos da violência a milícia: trabalhadores rurais, vaqueiros, agricultores, em alguns casos, mas também, prestadores de serviços domésticos e trabalhadores da construção civil, a depender da circunstância. Muitos migrantes, pessoas empobrecidas, as quais buscam ocupações de terras e de terrenos urbanos como alternativa ao desemprego e ao pagamento de aluguel.

Entendo que a milícia Movimento Segurança no Campo se apresenta como uma alternativa de controle fundiário nesse cenário – embora não necessariamente suas ações tenham como finalidade a grilagem de terras – a milícia sem dúvidas facilita que processos como esse ocorram, pois pressiona contra novas ocupações e desarticula os movimentos sociais pelo medo. Este, associado ao contexto pandêmico, provocou consequências difíceis de medir ao longo dos últimos anos nos movimentos sociais.

Propus, por fim, analisar que o acirramento da concorrência entre empreendimentos rurais e em um contexto de valorização das terras no norte de Minas pode ter influenciado a emergência da milícia. A milícia é uma estrutura que assegura a rapina de terra em processos de grilagem, sufoca a ação de movimentos sociais em ocupações, além de, servindo-se de argumentos nacionalistas da extrema-direita, atuar na demarcação dos alvos sociais, raciais, sexuais, comportamentais, ideológicos, enfim, aqueles que podem e devem ser sacrificados na ordem social em crise.

Encerro as considerações da pesquisa retomando a necessidade de que a leitura dos fenômenos de violência seja acompanhada de um esforço de compreensão da vinculação deste com o atual momento de desenvolvimento do capital. O esforço perseguido ao longo de todo o processo de pesquisa sobre a dinâmica social em torno da milícia Movimento Segurança no Campo foi orientado por esse intento, embora, na busca das diferenças, muitas vezes ele tenha se embaraçado com as dinâmicas relacionais de outros tempos. A partir dessa investigação sugiro que o sentido da dominação social da violência da “milícia do agro” difere fundamentalmente daquele instituído por coronéis e mandões dos sertões do Brasil em formação. Tratei de tentar apresentar a violência como expressão brutal de uma forma social altamente racionalizada por meio da qual se expressa a radicalidade das milícias.

A hipótese que se desenhou foi a seguinte: se no processo de formação das condições históricas de imposição do capitalismo a violência serviu para subjugar as massas recém expropriadas – no caso do Brasil, os agregados – hoje a violência possui um sentido fundamentalmente diverso. O uso da força em processos de expropriação hoje serve à liberação da terra para a fruição do capital sob o intento especulativo, em ações de grilagem de terras e/ou com a finalidade de se manter domínio territorial em áreas de interesse. Nestas assim chamadas áreas de potencial interesse, pois não concorrem com grandes empreendimentos, não há em geral desejo de que se forme uma força de trabalho, portanto, a expropriação não está relacionada com qualquer outro processo de formação de superpopulação relativa. A expropriação serve para deixar a terra livre da massa desclassificada não necessariamente para que seja feito uso produtivo da terra e, provavelmente, para evitar a desvalorização de terrenos adjacentes, que são alvo de especulação. Ainda, ao buscar desarticular e afastar movimentos sociais de áreas com problemas jurídicos (dívidas, processos viciados) interessa nestes casos evitar a exposição pública, comumente feita por movimentos sociais, de processos de grilagem de terras.

Não é coincidência que observemos no atual momento a ascensão de milícias, como as do Rio de Janeiro, mas também em áreas rurais. O sentido contemporâneo da violência por elas propagado é o do sacrifício da vida. Uma de suas expressões é o asselvajamento dos aparelhos de repressão estatais e, diante do desmoronamento da capacidade do Estado de sustenta-lo, surgem as milícias. Em tempos de ascensão de radicalismos de direita, estas não têm dificuldades para encontrar indivíduos motivados pelo desejo de fim. Esta é também expressão da maneira como os efeitos da crise recaem sobre eles (material e psicossocialmente).

Entender que a dominação social é abstrata e atinge a todos não torna menos relevante o combate à organização das milícias, nem torna menos abjeta a perseguição e a tortura das massas empobrecidas. Penso que esse raciocínio permite criar uma desidentificação com as simplificações e as justificativas que recorrem à “falta de avanços” no desenvolvimento da forma social capitalista, a qual expõe o caráter inerentemente destrutivo dos processos de modernização capitalistas. Com isso desejo explicitar a complexidade das disputas, e dar espaço para que possa ser percebida também a dimensão dos fracassos daqueles que ousam alimentar utopias em um mundo em ruínas. Uma tal tentativa de ruptura com as ilusões progressistas tem o intuito de permitir que novos espaços para indignação contra a barbárie de nosso tempo, ainda não saibamos aonde, possam, enfim, surgir.



Figura 28 - Casa em ruínas no centro de Montes Claros, 2021. Foto: autoria própria

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, (2004).
- ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- ADORNO, Theodor. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo, Unesp, 2020.
- AMANTINO, Marcia. **O Sertão Oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde**. *Varia História*, Minas Gerais, v. 29, p. 79-97, 2003.
- ANASTASIA, Carla. **A Geografia do crime: violência nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BARBOSA, Rômulo Soares. **Mineração no norte de Minas Gerais: tensões e conflitos pelo acesso e uso da água**. *Revista Desenvolvimento Social*, v. 11, n. 1, p. 43-50, 2014.
- BARREIRA, César. **Crimes de pistolagem e de mando**. 2014.
- BEDSZENT, Gerd. **Zusammenbruch der Peripherie. Gescheiterte Staaten als Tummelplatz von Drogenbaronen, Warlords und Weltordnungskriegern** [Colapso da periferia. Estados falidos como campo de jogos de barões da droga, senhores da guerra e guerreiros do ordenamento mundial], Berlin, 2014.
- BEDSZENT, Gerd. Original **Oligarchie Als Erscheinungsform Erodierender Staatsmacht**. Publicado no nº 14 da revista *exit! Krise und Kritik der Warengesellschaft*, ISBN 978-3-89502-403-0, Maio de 2017.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. São Paulo: Editora Alameda, 2020.
- BOECHAT, Cássio; TOLEDO, Carlos; PITTA, Fábio; **Land grabbing e crise do capital: possíveis interseções dos debates**. In: *Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: Land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2020.
- BONIFÁCIO, Frederico. **Deus e o diabo na terra do sol: crise, conservadorismo e necessidade do mal no Brasil contemporâneo**. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2018.
- CAMPOS, André Malta. **A astúcia de ninguém: ser e não ser na Odisseia: uma interpretação do poema de Homero seguida da tradução de oitos cantos**. Belo Horizonte: Impressões de Minas. Acesso em: 19 mar. 2023, 2018.

- CANO, Ignacio. DUARTE, Thais. **No sapatinho : a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]**. Laboratório de Análise da Violência (LAV) & e Fundação Henrich Böll, Rio de Janeiro, 2012.
- CARONE, Edgard. **Coronelismo: Definição Histórica e Bibliografia**. Revista de Administração de Empresas, 11(3): 85-92, jul./set. 1971.
- CARVALHO, José Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Rio de Janeiro, 1997: Revista Dados vol. 40 no. 2.
- CATALANI, Felipe. **(Prefácio) Depois da meia-noite no século: Adorno e as análises do fascismo**. In: ADORNO, Theodor. Aspectos do novo radicalismo de direita. São Paulo, Unesp, 2020.
- CAVALCANTE, Peregrina. **Como se fabrica um pistoleiro**. São Paulo, A Girafa Editora, 2003.
- CHAUÍ, Marilena; ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUÍ-BERLINCK, Luciana. **Sobre a violência: Escritos de Marilena Chauí**, vol. 5. Autêntica, 2017.
- CORREA, Ana Elisa C. **Crise da modernização e gestão da barbárie: a trajetória do MST e os limites da questão agrária**. Tese de doutorado defendida na UFRJ, em 2018.
- COSTA JÚNIOR, José Airton. **De milícias de Antigo Regime à milícia nacional: a formação da Guarda Nacional no Ceará (1831-1840)**. Dissertação de mestrado, UFMG. Fortaleza, 2016.
- COSTA, João Batista de Almeida. **Conflitos ambientais no sertão roseano: a atualização do carrancismo contra veredeiros e quilombolas em Minas Gerais**. Anuário Antropológico, v. 45, n. 3, p. 287-303, 2020.
- DE OLHO NOS RURALISTAS. **Oligarquia armadas: empresas que protagonizam conflitos agrários obtiveram acesso a armamento durante governo Bolsonaro**. Brasil, 2022
- DE PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha; JÚNIOR, João Cleps. **Migrações internas no sertão das Gerais: " A esperança de melhoria de vida"**. Revista Unimontes Científica, v. 4, n. 2, p. 93-106, 2002.
- DOTA, Ednelson Mariano; QUEIROZ, Silvana Nunes de. **Migração interna em tempos de crise no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 21, p. 415-430, 2019.
- FELTRAN, Gabriel. **The revolution we're living**. HAU: Journal of Ethnographic Theory. Volume 10, Number 1. Spring 2020.
- FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (Org.). **Atlas da questão agrária Norte Mineira**. São Paulo: Entremares, 2020.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GRUPO DE SEXTA. **Formação do trabalho e modernização retardatária no Brasil. In: Os sentidos da modernização: ensaios críticos sobre formação nacional e crise.** Vitória, Edufes, 2022.

HEIDEMANN, Heinz.; TOLEDO, Carlos.; BOECHAT, Cássio.. **O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica.** Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. Estudos avançados 28 (81), 2014.

HERMANSSON, Patrik et al. **The international alt-right: Fascism for the 21st century?.** Routledge, 2020.

HIRATA, Daniel V. Couto, Mapa dos Grupos Armados No Rio De Janeiro. In : Fonte Segura - Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

KURZ, Robert. **Dominação sem Sujeito: Sobre a superação de uma crítica social redutora.** 1993

KURZ, Robert. **Die Nächste Rationalisierungswelle.** Disponível em : < <http://www.obeco-online.org/rkurz248.htm> >. 2007.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política.** Lisboa: Antígona. (2014).

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

KURZ, Robert. **A democracia devora seus filhos.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LEITE, Ana Carolina G. **Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho e coronelismo no Brasil.** Cuadernos De Geografía | Revista Colombiana De Geografía | Vol. 23, n.º 1, 2014.

LEITE, Marcos Esdras; ALMEIDA, Jefferson Willian Lopes; DA SILVA, Renato Ferreira. **Análise espaço-temporal do eucalipto no Norte de Minas Gerais nos anos de 1986, 1996 e 2010.** GeoTextos, 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MARTINS, José. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política (livro I).** São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** Boitempo editorial, 2015.

MENDES, Luiz Fernando B. **Comércio Internacional e padrões de especialização regional: o caso da região Norte de Minas, 2006 a 2016.** Dissertação de mestrado, Unimontes, 2018.

MENEGAT, Marildo. **Convergência do terror.** Blog da Consequência, 2020.

MENEGAT, Marildo. **O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto, in: A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe.** Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MENEGAT, Marildo. **Violência e Barbárie: um pequeno estudo sobre as origens remotas do bolsonarismo.** Argumentum, v. 11, n. 2, p. 7-16, 2019.

MENEGAT, Marildo. **Como afundamos no submundo das milícias.** Outras Palavras, 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** 2007.

POMPEIA, Caio. **O agrobolsonarismo.** Revista Piauí, Edição 184, Janeiro 2022.

REPÓRTER BRASIL. Série de Reportagem “**A nova cara do Velho Chico**”, 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/velhochico/de-grande-sertao-a-bacurau>

ROSA, Tereza. **Beneficiários do Programa Bolsa Família de Montes Claros-MG: Onde Estão E Como Vivem.** Dissertação De Mestrado, Unimontes, Montes Claros, 2010.

SCHOLZ, Roswitha. **El Patriarcado Productor De Mercancías. Tesis Sobre Capitalismo Y Relaciones De Género.** Traduzido para Constelaciones. Revista de Teoría Crítica. 2013.

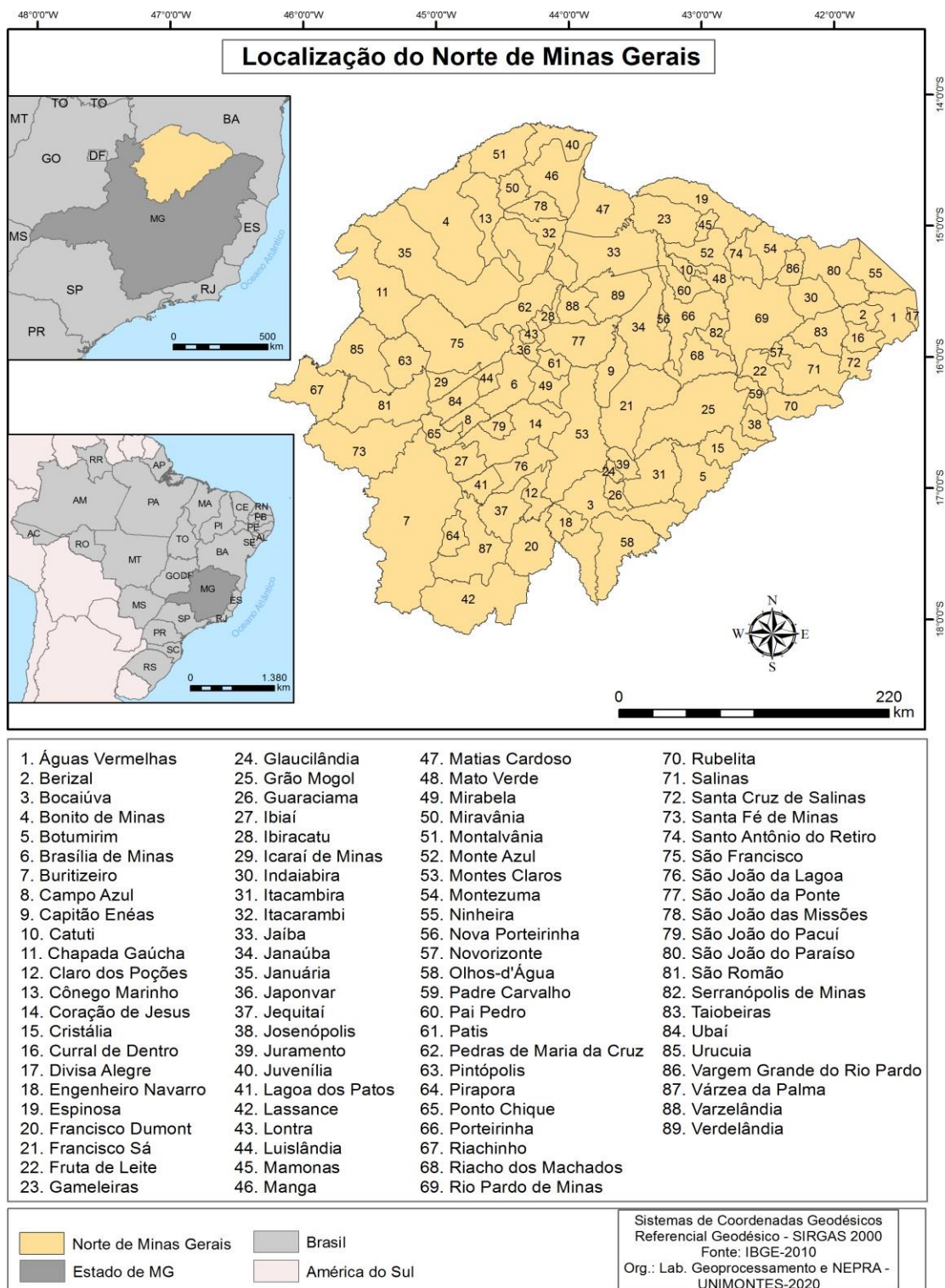
SCHOLZ, Roswitha. **Cristóvão Colombo Forever? Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do «colapso da modernização».** Geografares, n. 28, 2019.

SILVA, Marília Raiane Rodrigues. **Nas margens do rio Peruaçu: a apropriação da natureza e a natureza das práticas.** Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2021.

STEINBECK, John. **As vinhas da ira.** Editora Record, Rio de Janeiro, 2022.

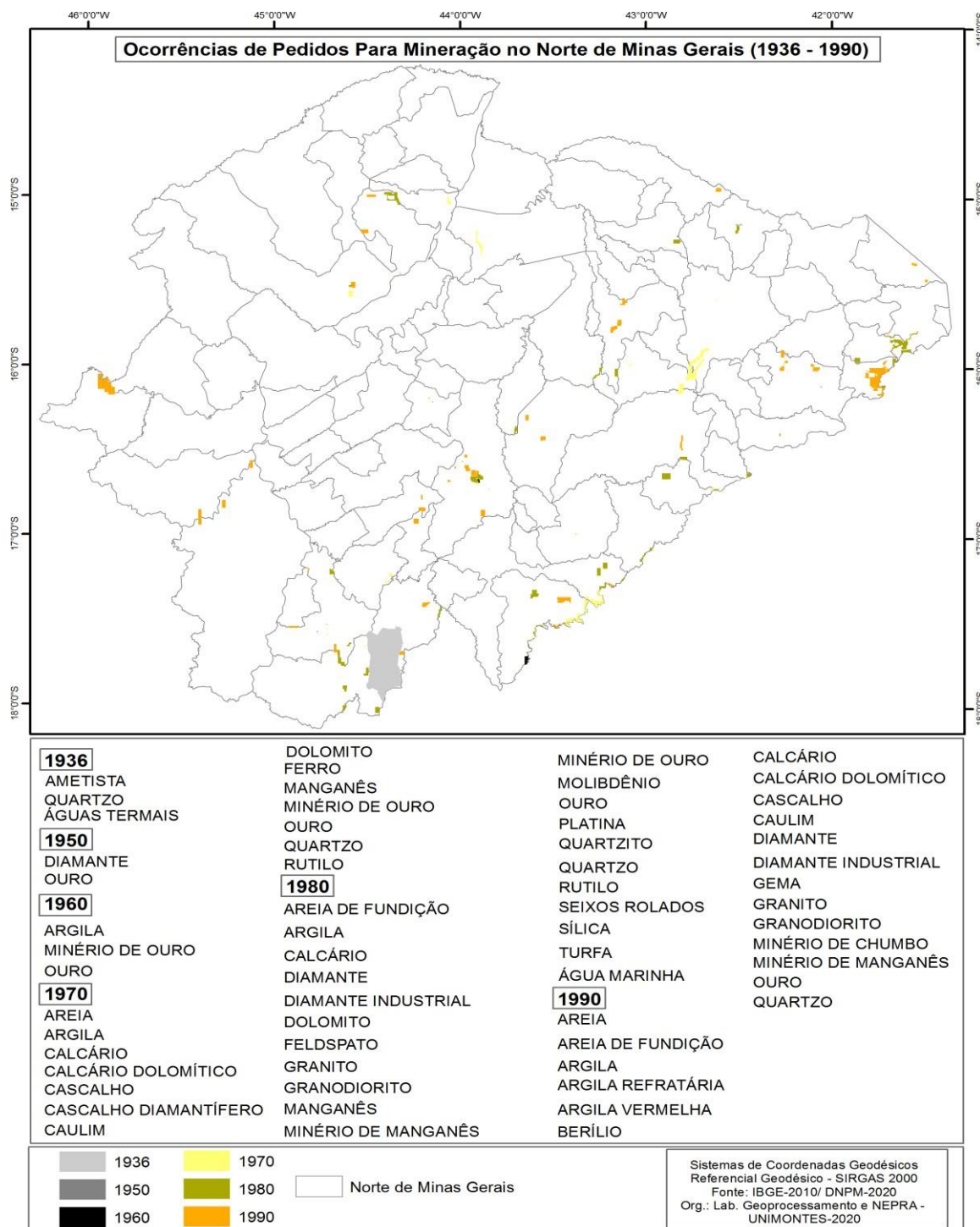
VICTOR, Fábio. **Poder camuflado: Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro.** Companhia das Letras, São Paulo, 2022.

ANEXO A – Mapa de localização do Norte de Minas Gerais -



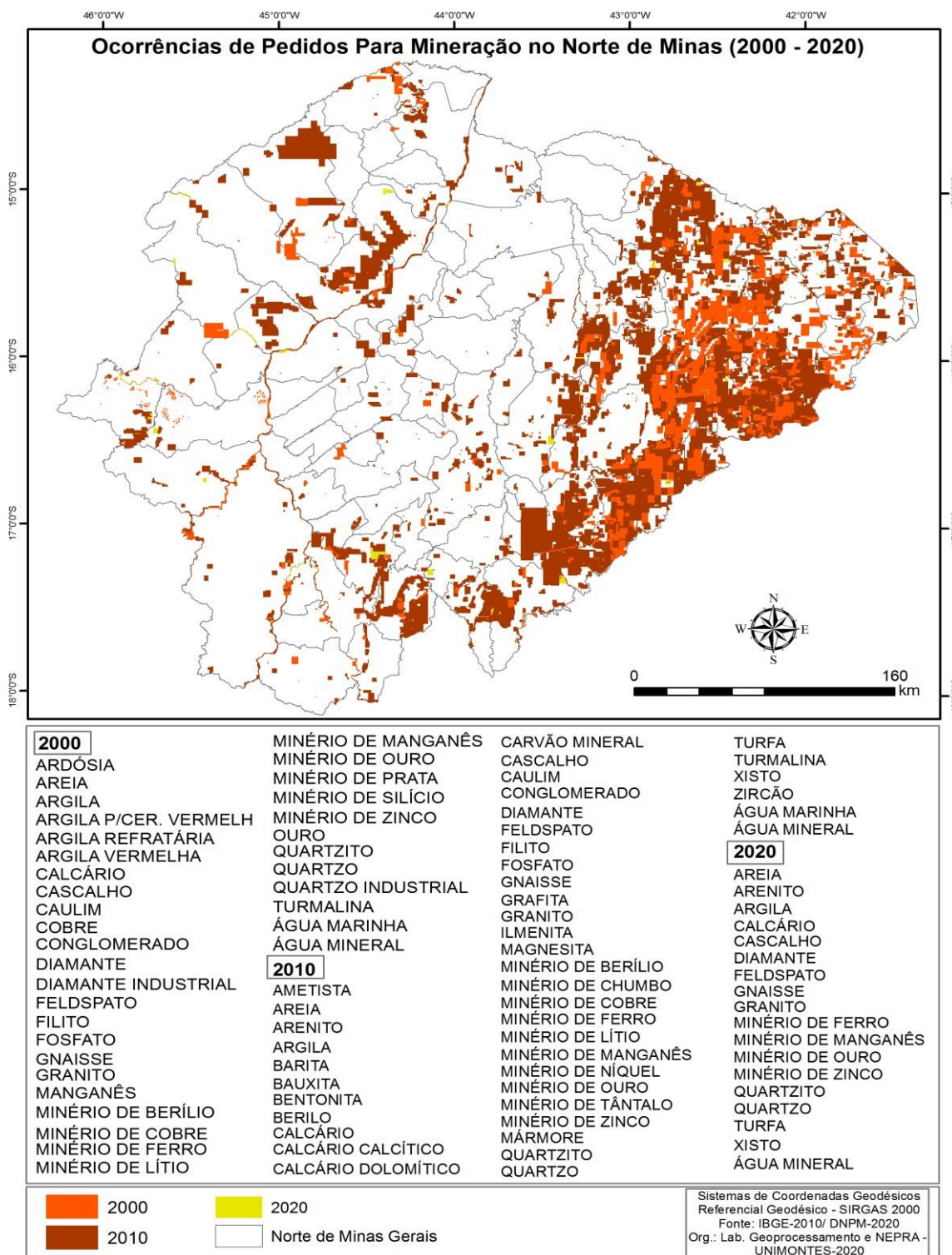
Fonte: Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, 2022

ANEXO B – Mapa de ocorrências de pedidos de mineração no norte de Minas Gerais(1936 – 1990)



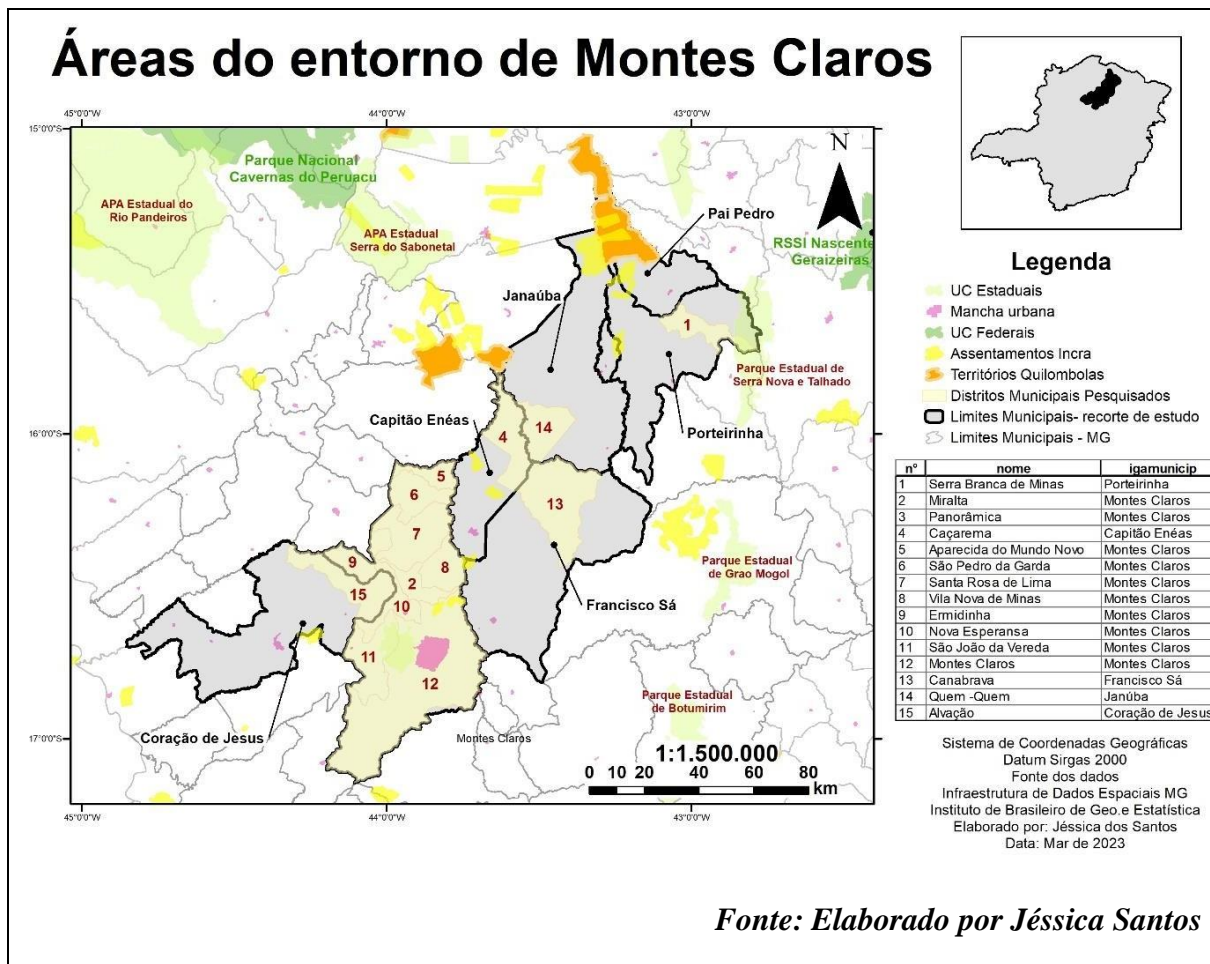
Fonte: Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, 2022

ANEXO C - Mapa de ocorrências de pedidos de mineração no norte de Minas Gerais (2000 – 2020)



Fonte: Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, 2022

ANEXO D - Mapa das áreas de proteção e territórios quilombolas do entorno de Montes Claros

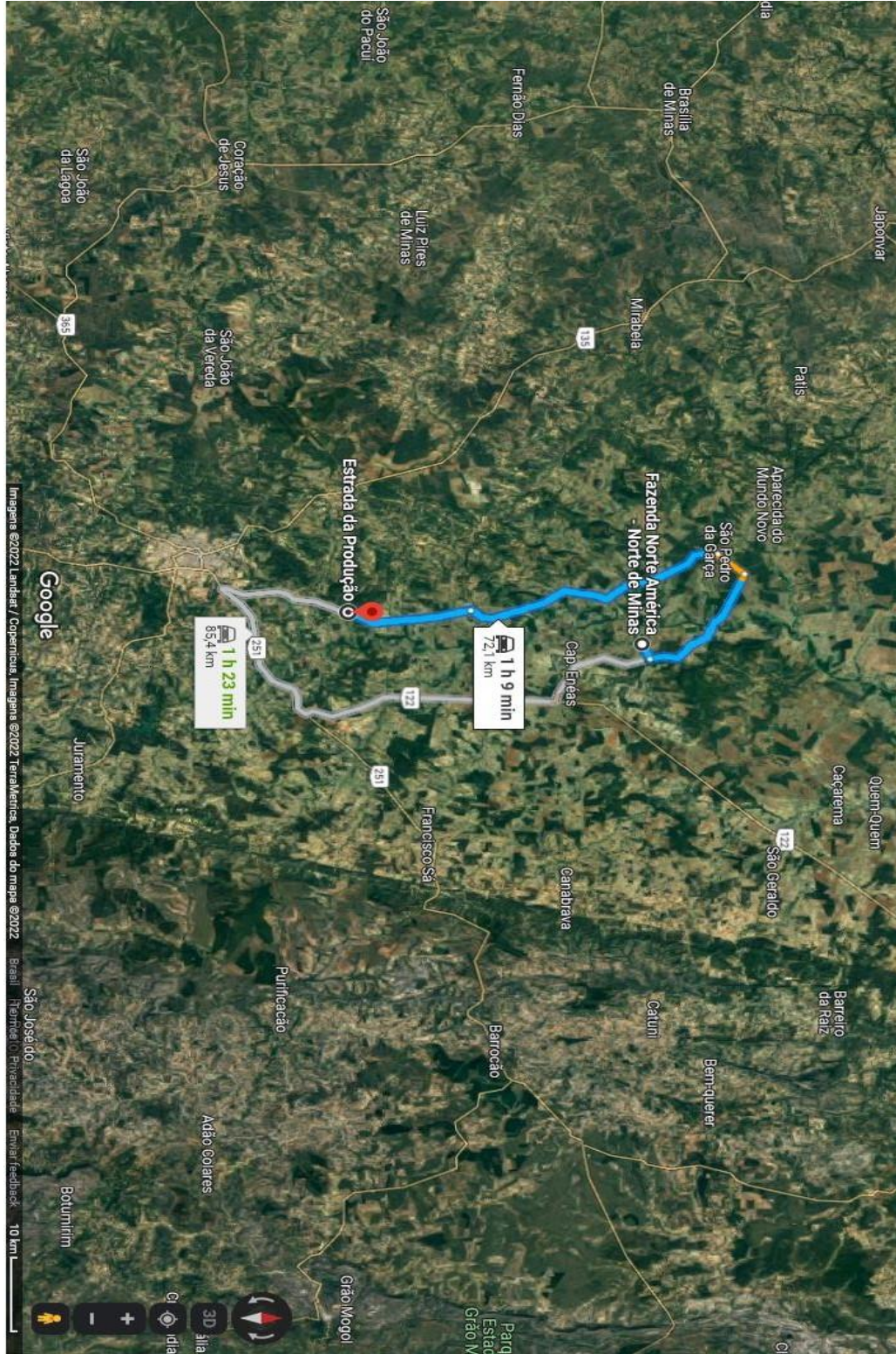


APÊNDICE A - Formulário virtual padrão enviado aos entrevistados (base das entrevistas de campo)

Ser-tão Moderno: questões sobre o sertão de Minas Gerais de nossos tempos
Este formulário integra uma pesquisa de mestrado em curso, orientada pela professora doutora Doralice Barros Pereira, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Ela trata das manifestações políticas e da violência na região do Norte de Minas Gerais. Para garantir maior expressividade às entrevistadas e entrevistados, os nomes próprios não serão mencionados na pesquisa, a menos que a pessoa deseje (neste caso, é preciso manifestar-se na caixa de comentários adicionais ao fim do formulário). Em caso de dúvidas e/ou outros questionamentos entrar em contato: ser.tao.mundus@gmail.com
Seu nome
Idade
Escolaridade
Profissão
Cidade em que mora
Tempo que passou ou vive no Norte de Minas
A partir do que você conhece, quais são para você os principais elementos que remetem a alguma especificidade do norte de Minas?
Quais traços ou características que você destacaria como particulares à política no norte de Minas Gerais?
Como você vê a violência no norte de Minas hoje?

Você identifica os principais agentes que a promovem?
Quais são os métodos empregados?
Para você, houve mudança significativa nos métodos? Quais?
E quanto aos agentes de violência no norte de Minas nos últimos 20 anos?Quais mudanças você percebe?
Você apontaria que há famílias tradicionais que exercem algum tipo de poder econômico e político no norte de Minas nos dias atuais?
Quais seriam elas?
Liste as principais características destas famílias que você destacaria(negócios com os quais estão vinculados, partidos e articulações políticas,etc) no que tange à atuação delas hoje
Comentários adicionais (caso deseje acrescentar outras informações ou sugestões sobre o tema)

APÊNDICE B – Distância entre as fazendas Bom Jesus (Montes Claros) e Norte América (Capitão Enéas)



APÊNDICE C - AMBULATIO – notas-crônicas de campo⁸¹

Dia 1. 13/11/2020

As coisas, os ritmos, a vida, acontecem a despeito do nosso desejo, à revelia de nossas necessidades, apesar de nossos esforços. São 16:41. Em Montes Claros chove intensamente e cá estou eu me dividindo indevidamente entre a presença em campo e a presença virtual, arrependida, talvez, usando como recurso a culpa para dar vazão à frustração do imaginado diante de seu desencontro com o ‘real’. Esta se desloca de um canto ao outro e impede de pensar. Mas, o que, afinal, é o real que, ao não se encontrar com o imaginado, frustra-se? O “real” molhado da chuva? Ou do ar pesado de uma cidade que naquele momento era movimentada à força ainda sob rigidez imposta pela pandemia?

O intuito inicial deste campo era observar como se movimentava a política regional com foco no que ocorria em Montes Claros. À época, com a questão de pesquisa ainda norteadas pelo coronelismo, parecia necessário compreender o clima política da cidade durante o período eleitoral. Mesmo que o clima eleitoral fosse quase nenhum. Dois dias antes da cidade ir às urnas, a pauta da eleição quase não aparecia no trato cotidiano da cidade. Com exceção de alguns adesivos em carros, havia poucas menções a propaganda eleitoral nas ruas. Nesta sexta-feira, 13 de novembro de 2020, pré-eleição, a chuva torna o tempo no fim de tarde em Montes Claros, ameno, ainda que o calor seja mantido pelo movimento da cidade permanece agitado. Diante do cruzamento de onde escrevo e me abrigo da chuva vejo lojas vazias, carros e motos se atacam entre si numa dança de iminente colisão.

O único contato possível até aquele momento do campo havia possibilitado reconhecer uma oscilação entre a apatia e a indignação em relação a questões políticas, surgida na fala de uma comerciante do mercado municipal. Ela se queixava do oportunismo de alguns apoiadores de políticos que se utilizavam do espaço do mercado, na condição de clientes (e comerciantes) para fazer campanha para seus respectivos candidatos. Analisava haver pouca diferença entre os candidatos, já que “todos roubavam”. Ainda, logo na sequência, manifestou gratidão à Deus por tê-la dado a oportunidade de abrir e manter seu estabelecimento no mercado, que é um restaurante. Observou, entretanto, como sendo uma questão politicamente relevante, que nos

⁸¹ As notas aqui transcritas correspondem a observações realizadas no 1º campo da pesquisa, quando fui acompanhar o processo eleitoral municipal em Montes Claros (MG).

últimos sete anos houve um aumento progressivo da população de rua no município. Entendia que isto não se devia ao desejo das pessoas de permanecerem assim e reconhecia que muitas pessoas não possuíam mesmo condições de viver uma vida com melhores condições. A sua filha, tinha outro tom. Embora também não demonstrasse muito interesse pelo assunto, falava de candidatos em que pensava votar para o executivo e sobre a possibilidade de ‘votar em branco’ para candidatos ao legislativo.

Saindo do mercado, caminhei em busca de um bar, sem muita esperança, seguindo o rumo das indicações oferecidas por um taxista que estava na praça da Santa Casa. Quando interrogado sobre a possibilidade de encontrar algum buteco nas imediações, onde eu intuí que poderia encontrar alguém para conversar, o homem, que estava ali recostado na parede buscando abrigo da chuva fina que já caía, informou que seria difícil encontrar algum buteco no centro da cidade. Me surpreendi e tentei especificar que o que procurava não era um bar, ou uma balada, mas um buteco mesmo, onde pudesse sentar, tomar uma cerveja e conversar com as pessoas. Ele indicou um na seguida toda reta daquela rua da praça, há aproximadamente oito quarteirões dali. Segui a caminhada na rua dom João Pimenta e foi quando a chuva me impediu de continuar. Busquei abrigo em uma marquise e foi por sobre o degrau da vitrine que me acomodei e me incomodei com minhas tralhas, angústias e dúvidas que aqui esboço. Findada tomada de notas, dirigi-me pelos quarteirões que restavam rumo ao buteco indicado pelo taxista. Passei por uma lanchonete de aparência bastante curiosa, pois antiga, a qual julguei poder ser um bar, mas que não tinha mais gente ali do que os funcionários, não havia de poder ser interessante sentar ali naquele momento. Uma escultura de metal em uma praça me chamou a atenção. Era uma borboleta, cheia de detalhes para os quais não me atentei, obstinada que estava por encontrar um lugar onde houvesse gente em meio ao, ainda que naquele momento mais relaxado, imperativo de isolamento da pandemia.

Cheguei a pedir informação novamente e me indicaram que o bar ficava ali perto, onde tinha um churrasquinho. Mas eu não vi nenhum churrasquinho no horizonte. Segui. Me surpreendi quando, nos passos seguintes, me deparei com um bar de rock, no qual tocava uma playlist de hits clássicos selecionados. O bar tinha naquela hora umas 10 pessoas, contando com os 2 ou 3 atendentes. Quase todos os presentes eram homens, de idades variadas. Antes mesmo de conseguir pedir um refrigerante fui abordada por um dos clientes do bar que disse ter me visto mais cedo no mercado municipal enquanto apresentava dúvida sobre o restaurante em que iria almoçar. Papo vai, papo vem, e por fim ele é mais uma daquelas pessoas que dizia “apolítica” e “apartidária”, mais um que foi acometido por essa febre conveniente. A atitude dele, porém,

se diferia da posição assumida pela comerciante do mercado. Embora tenha se posicionado “fora” da política, ou “sem posição”, no momento seguinte ele fez uma fala de defesa do candidato favorito, que concorria à reeleição, Humberto Souto, a quem elogiou pelas obras e feitos durante o último governo. Outro ponto de interesse da conversa com essa pessoa foi o momento em que comentou sobre seu trabalho e sobre uma prática que ele identifica ser corrente nas empresas grandes de Montes Claros. Ele trabalha que o possibilita transitar com alguma sazonalidade entre a sede da empresa no interior de São Paulo (Araras) e Montes Claros. Ele conta não ter completado sua formação em engenharia, mas seguir atuando nesta empresa devido ao seu currículo, mas também devido à indicação, sendo esta uma prática indispensável para se conseguir emprego nas grandes empresas da região.

Foi quando fui fumar um cigarro e despreziosamente conversei com um outro cliente que estava sentado na mesa rente à porta, a mesa ficava coberta por um toldo de lona que a protegia da chuva. Este estava junto de outro mais velho, que também parecia muito interessado em conversar, pois o interrompia frequentemente. Não me lembro como ele me abordou, mas certamente estava observando a conversa que eu tinha com “o cara do mercado”. Em geral as pessoas perguntam se eu sou de lá já no primeiro contato e é provável que também tenha sido assim que ele tenha puxado conversa. Ele me disse que já namorou uma pessoa que morava em BH, lá no Floramar e que vez ou outra ia lá visita-la, mas que desmanchou o namoro por considerar muito longa a distância entre os dois. Este segundo, numa posição bastante diferente da do último, assumia com certa convicção a sua contrariedade em relação à posição dita majoritária do eleitorado montesclarenses, que tendia a apoiar a reeleição do atual prefeito. Ele afirmou que considerava o segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto “melhor de serviço”, já que suas preocupações não se limitariam a apenas realizar obras na cidade, como fora o perfil do atual prefeito. Ele afirma que o segundo candidato, Ruy Muniz, teria sido vítima de um tipo de perseguição política mobilizada pelo poder judiciário que, segundo ele, estaria a ocorrer em vários municípios da região. Embora demonstre bastante conhecimento e proximidade com a política de vários municípios da região, tendo afirmado ter ajudado várias campanhas e conhecer vários destes candidatos e seus respectivos históricos, ele também demonstra em sua fala algo que se parece com uma apatia, ou uma descrença em relação à política: “tudo está perdido na política”, “não há políticos justos”, “há poucos prefeitos que foram bons para a região”.

O trânsito[4] entre municípios foi possibilitado pela atividade profissional que exerce, instalando estruturas de bombeamento de água e tecnologias de irrigação por entre as diversas

propriedades da região. Alguns dos municípios por ele visitados ficam às margens do rio São Francisco, o qual ele admite com pesar ter se transformado muito e perdido a extensão do seu leito. Ao ser perguntado sobre os motivos que o teriam levado a esta atual condição de escassez ele atribuiu a responsabilidade principalmente aos empresários que faz “uso indevido dos recursos naturais” e “plantam eucalipto nas cabeceiras dos rios”. Considera que na época em que as famílias respondiam pelo controle das fazendas estes danos não eram tão explícitos (algo a se confirmar/investigar com delicadeza). Associa, portanto, a vigência da organização social diretamente comandada pelas famílias tradicionais à preservação dos recursos naturais. Sobre isto, o representante da política “apolítica” havia comentado que há aproximadamente cem anos as famílias tradicionais da região, cujo patrimônio era medido pelos montantes de cabeça de gado que eram mobilizados em suas fazendas, sustentavam entre si muitos conflitos violentos, tendo sido o seu próprio bisavô assassinado em uma emboscada que fora armada por uma fazendeira da região para ele.

Outro aspecto quem, por fim impressionou, e também instaurou uma grande tensão na conversa, porém apenas da minha parte, foi o trato que cada um daqueles homens gentis e solícitos, que me ofereceram refrigerante, espetinho e cerveja várias vezes, tiveram com as suas respectivas contaminações pela COVID-19. Os dois afirmaram terem sido contaminados há mais de um mês, um deles sofrendo ainda com os efeitos causados por ela. Afirma não ter hoje paladar algum e, confessa, não ter feito isolamento social quando percebeu ter sido acometido pela doença. O outro, que teria testado positivo, porém não ter percebido manifestação de quaisquer sintomas, também seguiu de rolê, sem testar novamente, nem adotar qualquer medida de isolamento social.

Uma das intuições que me ocorreu neste curto período de estadia no município foi de que o momento da eleição evidencia várias disputas e interesses que à população parecem abjetos e repugnantes, pois, intuo, são, em alguma medida, reveladores da lógica abstrata do capital. São momentos em que, em sua repercussão mais apelativa a forma fetichista na política é exposta com bastante nitidez a própria contradição fundamental – o que gera um desconforto em quem se reconhece objeto de uma lógica contra a qual se sente impotente. A ação individual, a adesão a x ou y campanha, sustenta uma falsa premissa, que é intuída: a de que os apoiadores e votantes destes projetos são sujeitos, “donos” de um poder de decisão que seria muito maior do que o que de fato é neste cenário mais amplo de tomada de decisões. O que jamais se concretiza, pois mesmo que o peso do voto seja correspondente à quantidade de pessoas que votam, o que movimenta a cena política tem peso diverso do voto e aparece muito pouco durante a campanha.

Apenas o dinheiro, porém, parece oferecer razões suficientes para inebriar esta percepção de que a política é abjeta e praticada por “gente que rouba”. Apenas a materialização da abstração é capaz de oferecer (e repor, e pagar pela) ilusão de um projeto não é o que diz ser. Quando a presença dos apoiadores é bem paga, o assunto principal é posto à mesa, revelando que o que de fato está em jogo é a reposição da abstração. Em geral, o que ocorre não é mais do que a mobilização de recursos para recolocação do que resta de um processo que está condenado. O que é, em alguma medida, percebido por todos aqueles que não são convidados e/ou convencidos a integrá-lo pelo convite do dinheiro.

Quem está dentro da política é quem ajuda na campanha e é quem recebe alguma coisa por isso.

Nota muito técnica sobre “campos” (ou, uma confissão no divã do ônibus): A cada trajeto que me move para fora do desconforto confortável do meu lar, sou impelida a reconhecer a grandiosidade do mundo. Para além dessa beleza que socialmente atribuímos para amenizar e talvez docilizar o pavor que causa essa indimensionável natureza externa, há algo a mais que esse deslocamento proporciona.

Ainda não sei bem dizer o que é, mas o que me parece agora é que a cada choque com essa força exterior, natural e social, torno-me mais capaz de delimitar, pela imaginação, certamente, o meu próprio tamanho nesse mundo. Quando viajo, me faço, me meço, me vejo novamente. Embora nenhum trajeto tenha sido por si só capaz de imprimir sobre mim medidas ou formas definitivas, sinto que enquanto as mudanças do mundo se delineiam diante dos meus olhos, também eu me desenho com mais refino para mim em relação à realidade.

Dia 2. 14/11/2020

Sábado, dia 14 de novembro de 2020. Quase que por acaso surgiu uma prosa no fim da manhã que trouxe alguns questionamentos intrigantes, pois explicitamente posicionada politicamente no espectro político da esquerda petista montesclarenses. Aconteceu no “bar do Lula”, localizado na avenida Cula Mangabeira, aproximadamente nº 360, foi onde iniciei o segundo dia de atividade de campo em Montes Claros. O dono, Ernane, assumidamente petista e santista fanático, diz que prefere ser chamado de Lula. Ele oferece em seu bar uma espécie de serviço de mercearia, onde os consumidores também encontram itens de consumo doméstico como produtos de limpeza e alimentos. Enquanto estive lá, observei o bar, que era todo pintado de vermelho e com fotos do ex-presidente da República, Lula, além de menções ao time do coração,

estava sendo frequentado majoritariamente por homens entre 40 e 70 anos. Sem rodeios, Lula logo entrou no assunto do momento: as eleições municipais. Num tom firme concluiu que “cidade de pecuarista é difícil”, referindo-se às dificuldades enfrentadas pela campanha da candidata que concorre à prefeitura pelo Partido dos Trabalhadores, Leninha. Aponta, ainda, para as dificuldades internas do partido na região que teriam levado à recente expulsão de um de seus membros que declarou apoio político ao atual prefeito de Montes Claros, o senhor Humberto Souto.

Humberto é reconhecido pelas obras que realizou por solicitação dos vereadores. Estes, porém, de acordo com Lula (Ernane), não eram contemplados em suas solicitações se não estivessem acompanhados em suas reuniões pelos coletivos de moradores que demandam por estas obras. Lula ressalta que o atual prefeito não teria feito distinção de partidos para atender às demandas dos vereadores, desde que estes fossem capazes de mobilizar os moradores em grande número para que participassem das solicitações de obras.

Comenta ainda que nos últimos anos houve uma mudança significativa na gestão dos produtos agropecuários do município, antes mobilizados pela Coopagro, que teria sido interrompida nas gestões da prefeitura realizadas por Jairo Ataíde (1997- 2000; 2001-2004).

Uma das atividades econômicas que se destaca no município de Montes Claros que é citada por Ernane no início da conversa é, sabidamente, a pecuária, que ao ter sido beneficiada pela instalação de frigoríficos no município fornece carne para os mercados interno e externo. Destacam-se dois frigoríficos, de acordo com a fala de um dos presentes no bar naquele momento (cujo nome não foi identificado), o Frigonildo e o Maisa.

De acordo com os presentes, Humberto Souto, que teria sido um dos fundadores da Coopagro, onde começou sua carreira política ao lado dos pecuaristas da cidade. Hoje, já mais velho, talvez mais sábio, estaria fazendo um governo para o “povo”.

Sobre a candidata do PT apoiada pelos Lulas (ex-presidente da República e o dono do bar), Leninha, Ernane demonstrou esperança na possibilidade de que ela seja eleita no próximo pleito: “muita gente fala que a próxima é a Leninha”. Fica difícil pensar porque falem isso com o Lula (Ernane) logo no “bar do Lula”.

Um novo cliente chega no bar e comenta sobre a campanha do concorrente do Humberto Souto, Ruy Muniz: “a carreata do Ruy só tinha a Raquel de apoiadora como (candidata a) vereadora”. Estava cheio, mas tinha poucos apoiadores políticos. Lula comenta que, no dia anterior, Ruy, o segundo colocado nas pesquisas (mais tarde, derrotado no pleito), teria passado pelo bar, onde

a carreta fez uma parada. O candidato à prefeitura, ao cumprimentar o Lula, pediu licença, e foi recebido com uma provocação cordial pelo dono do bar “aqui é um ambiente democrático, fique à vontade”. Em resposta, Ruy Muniz teria dito a Lula “você sabe que fui um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores aqui em Montes Claros, não sabe?!”.